



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO**

ELIANE APARECIDA DE ALMEIDA BARROS

**Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos:
diálogo de saberes em defesa da vida**

**CAMPINAS,
2018**

ELIANE APARECIDA DE ALMEIDA BARROS

**Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos:
diálogo de saberes em defesa da vida**

Dissertação apresentada ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas e como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Maria Tait Lima

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Eliane Aparecida de Almeida Barros, e orientada pela Prof^a. Dr^a. Márcia Maria Tait Lima.

CAMPINAS,
2018

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

B278m Barros, Eliane Aparecida de Almeida, 1984-
Mulheres camponesas e seus quintais agroecológicos : diálogo de saberes em defesa da vida / Eliane Aparecida de Almeida Barros. – Campinas, SP : [s.n.], 2018.

Orientador: Márcia Maria Tait de Lima.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Movimento de Mulheres Camponesas. 2. Mulheres do campo - Santa Catarina (Estado). 3. Ecologia agrícola. 4. Feminismo. 5. Epistemologia social - Brasil, Sul. I. Lima, Marcia Maria Tait, 1980-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Peasant women and their agroecological backyards : dialogue of knowledge in defense of life

Palavras-chave em inglês:

Movimento de Mulheres Camponesas

Rural women - Santa Catarina (Brazil)

Agricultural ecology

Feminism

Social epistemology - Brazil, South

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Márcia Maria Tait de Lima [Orientador]

Sandra Raquew dos Santos Azevedo

Laís Silveira Fraga

Data de defesa: 27-02-2018

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural



BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Maria Tait Lima - Presidente
Universidade Estadual de Campinas (Labjor Unicamp)

Profa. Dra. Laís Silveira Fraga - Avaliadora titular
Universidade Estadual de Campinas (FCA Unicamp)

Profa. Dra. Sandra Raquew dos Santos Azevedo - Avaliadora titular
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

**IEL/UNICAMP
2018**

A ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros se encontra no SIGA – Sistema de Gestão Acadêmica

*A todas as mulheres que ousam romper seus silêncios, conquistar seus espaços
e compartilhar seus conhecimentos, lutas e resistências. Em especial,
às mulheres do campo, das águas e das florestas.*

Agradecimentos

Às queridas sobrinhas Isabela, Laura e Maria Elisa por trazerem luz, força e esperança a esse
meu caminhar.

À toda minha família – meu pai, Expedito; minhas irmãs, Elaine e Erika; meu irmão, Júnior e,
em especial, à minha mãe, Cleuza, por me ensinar, ainda na infância, a importância de
escutarmos as plantas.

À Luciana Teruel, por todas as sementes cultivadas e caminhos trilhados junto ao projeto *as
sementeiras*, motivo de meu encontro com a agroecologia.

À Márcia Tait, pelo acolhimento de minhas ideias e inquietudes, por sempre acreditar na
potência de pesquisas epistemologicamente engajadas e socialmente comprometidas.

Às pessoas inspiradoras que Barão Geraldo permitiu o (re)encontro e àquelas que seguem
(re)florelando nos percursos da vida, em especial Débora, Romulo, Lilian, Kelly, Maria
Cláudia, Marina, Giovana, Aline, Raquel, Tati, Brau, Dalvac e Clau.

A todas as militantes do Movimento de Mulheres Camponesas, em especial Lourdes
Bodaneze, Adélia Schmitz, Maria Leci Basso, Ivanete Mantelli, Noemi Krefta, Noeli
Taborda, Michela Calaça, Itamara Almeida, Iridiane Seibert e Rosangela Piovizani.

A toda equipe do Labjor que me acolheu durante esta jornada do mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão
da bolsa de mestrado.

Grata, de mente e coração, a todas e todos vocês!

RESUMO

Este estudo busca refletir sobre as práticas de produção e diálogo de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina (MMC/SC), com foco na experiência do fortalecimento dos quintais produtivos agroecológicos, entendendo as mulheres camponesas como construtoras de conhecimentos e agentes/sujeitos políticos. Com 35 anos de história, o MMC/SC se articula em defesa do *projeto popular de agricultura camponesa*, de bases feministas e agroecológicas, buscando a libertação das mulheres e a superação de todas as formas de opressão e discriminação, a partir da valorização do trabalho e de seus conhecimentos em defesa da vida. Com metodologias de base qualitativa, o estudo constituiu-se de a) pesquisas de campo para a realização de entrevistas em profundidade com dirigentes do Movimento e observação participante em atividades junto à estadual de Santa Catarina e à articulação nacional (MMC Brasil); b) pesquisa documental (materiais produzidos pelo próprio Movimento, como revistas, folhetos, jornais, cartilhas etc.); e c) revisão bibliográfica. A pesquisa aponta a experiência de fortalecimento dos quintais como uma resistência ao patriarcado, à lógica do capital no campo e à ideia de ciência única, trazendo a possibilidade de diálogo e debate epistemológicos entre diferentes formas de conhecimento.

Palavras-chaves: Movimento de Mulheres Camponesas; Epistemologias do sul; Feminismo camponês.

ABSTRACT

This research intends to reflect around the production practices and knowledge dialogues into Peasant Women's Movement in Santa Catarina, Brazil (MMC), focusing on the strengthening experience of the agroecological productive backyards, understanding the peasant women as knowledge constructor and political player. For 35 years, the MMC/SC has made its own history, articulating itself in defense of the *popular project of peasant agriculture* under feminist and agroecological basis, seeking women's liberty and overcoming all forms of oppression and discrimination, from the valorization of work and the knowledge in support of life. Structured under methodologies sustained on qualitative basis, this study consists of a) field research of in-depht interviews with the Movement leaders and participant observation in activities promoted by the MMC in Santa Catarina and along with the national articulation (MMC Brazil); b) documental research (such as materials produced by the Movement - reviews, newspapers, brochures, booklets, among others); and c) bibliographic review. The research aim the strengthening experience of the backyards as a form of resistance from the patriarchy, from the rural capital logic, and from the idea of a unique science, bringing the possibility of dialogue and epistemological debates among different forms of knowledge.

Keywords: Peasant Women's Movement; South epistemologies; peasant feminism

RESUMÉN

Este estudio busca reflexionar sobre las prácticas de producción y diálogo de saberes en el Movimiento de Mujeres Campesinas en Santa Catarina (MMC/SC), con foco en la experiencia del fortalecimiento de los patios productivos agroecológicos, entendiendo a las mujeres campesinas como constructoras de conocimientos y agentes / sujetos políticos. Con 35 años de historia, el MMC/SC se articula en defensa del proyecto popular de agricultura campesina, de bases feministas y agroecológicas, buscando la liberación de las mujeres y la superación de todas las formas de opresión y discriminación, a partir de la valorización del trabajo y de sus conocimientos en defensa de la vida. Con metodologías de base cualitativa, el estudio se constituyó de a) investigaciones de campo para la realización de entrevistas en profundidad con dirigentes del Movimiento y observación participante en actividades junto a la estadual de Santa Catarina y la articulación nacional (MMC Brasil); b) investigación documental (materiales producidos por el propio Movimiento, como revistas, folletos, diarios, cartillas, etc.); y c) revisión bibliográfica. La investigación apunta la experiencia de fortalecimiento de los patios como una resistencia al patriarcado, a la lógica del capital en el campo, ya la idea de ciencia única, trayendo la posibilidad de diálogo y debate epistemológicos entre diferentes formas de conocimiento.

Palabras claves: Movimiento de Mujeres Campesinas; Epistemologías del sur; Feminismo campesino.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABA - Associação Brasileira de Agroecologia
ACARESC - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
AMTR-SUL - Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil
ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
ANAMURI - Asociación de Mujeres Rurales e Indígenas de Chile
ANMC - Associação Nacional das Mulheres Camponesas
ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural
CAPA - Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia
CBA - Congresso Brasileiro de Agroecologia
CIMI - Conselho Indigenista Missionário
CLOC - Coordinadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo
CONAMURI - Coordinadora de Organizaciones Campesinas e Indígenas del Paraguay
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CTA-ZM - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPT- Comissão Pastoral da Terra
ELAA - Escola Latino Americana de Agroecologia
ENA - Encontro Nacional de Agroecologia
FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
LABJOR - Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA - Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC - Movimento de Mulheres Camponesas
MMC/SC – Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina
MMTR- NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste
MPA - Movimento dos Pequenos Agricultores
MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PJR - Pastoral da Juventude Rural

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

RMERA - Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia

UFBA - Universidade Federal da Bahia

UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul

UNESP - Universidade Estadual Paulista

[SUMÁRIO]

INTRODUÇÃO	13
Definições de pesquisa	17
Estrutura da dissertação.....	19
Etapas de campo.....	20
 CAPÍTULO 1 - CORPORIFICAR O CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS SITUADAS E ENGAJADAS.....	 27
1.1. Resistências epistemológicas: construindo uma abordagem feminista crítica	27
1.2. Entre a igualdade e a diferença, os feminismos do Sul global	32
1.3. Movimento de Mulheres Camponesas	35
1.4. Feminismo camponês e popular, uma construção coletiva	38
1.5. A perspectiva agroecológica: modo de vida, ciência, prática e movimento.....	44
 CAPÍTULO 2 - PRÁTICAS FEMINISTAS E CAMPONESAS E A SUSTENTABILIDADE DA VIDA	 52
2.1. A “revolução verde” e a resistência das mulheres	52
2.2. Quintais produtivos agroecológicos: produzindo grandezas	56
2.3. Sementes crioulas e soberania alimentar	63
2.4. Cadernetas agroecológicas e economia feminista: visibilizando grandezas	68
 CAPÍTULO 3 - ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO DO CONHECIMENTO.....	 75
3.1. As “oficinas dos quintais” e o diálogo campo-cidade: formação e auto-organização das mulheres	75
3.2. Dos intercâmbios de experiências entre quintais	81
3.3. Construindo as próprias narrativas: materiais de formação e organização	83
3.4. A mística	89
3.5. Popular, compartilhada e crioula: a comunicação como semente.....	93
3.5.1. Ampliando os quintais produtivos: reformulação do site e oficinas de vídeo.....	95
 REFLEXÕES E HORIZONTES PARA A LUTA QUE CONTINUA.....	 100
REFERÊNCIAS	105
APÊNDICE	111

[INTRODUÇÃO]

A transformação, eu tenho certeza, vem através da semente. A semente que a gente resgata, a semente das organizações, a semente das atitudes. Tudo tem que ser pela semente, porque nós somos uma semente. E isso não precisa aprender numa faculdade. Isso você tem que sentir que está na hora de mudar.

Lourdes Bodaneze, do MMC/SC, em trecho do documentário “Mulheres da Terra”, da Plural Filmes

Uma semente é uma planta em estado de vir a ser. Uma potência que traz consigo a história de muitas gerações, uma trajetória de transformações, resistências e conquistas. De resiliência. E foi com esse sentimento de semente que esta pesquisa foi – e seguirá sendo – cultivada a cada dia, a cada ciclo lunar, a cada estação do ano. Um movimento de conexão entre saberes e fazeres que têm permeado meu corpo, minha(s) (r)existência(s); uma busca por proliferar novas transformações, pensamentos e ações, sobretudo na fronteira entre dois campos férteis que me estimulam a refletir sobre o que seria uma sociedade justa e sustentável: o(s) feminismo(s) e a agroecologia.

Difícil pensar um espaço-tempo que represente minha conexão com esses dois campos, mas arrisco dizer que estiveram presentes desde a minha infância. Se primeiro vieram os questionamentos sobre o porquê de algumas atitudes ou brincadeiras serem consideradas como “coisas de meninos” - o que depois eu problematizaria com a construção de identidades e papéis de gênero¹ -, a observação seguinte teve como foco a divisão do trabalho doméstico: a não responsabilidade de meu pai e meu irmão com os cuidados da casa.

Nasci e cresci em zona urbana, no interior de São Paulo, permeada pela íntima relação de minha mãe com as plantas e seus cuidados com a horta do quintal. Um abacateiro e uma jabuticabeira também faziam parte desse cenário, assim como a sabedoria de dona Sebastiana - uma senhora que vivia próximo à minha casa e para quem minha mãe sempre corria quando precisava do auxílio de suas plantas medicinais. A coleta das ervas, a preparação dos chás e xaropes, o ritual de respeito à natureza: tudo se resolvia no quintal de dona Sebastiana.

¹ Adotamos aqui o conceito de gênero defendido por Scott (1998, p. 15) como “a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar; ela é, antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos”.

Já nos últimos anos, formada como Comunicadora Social com habilitação em Jornalismo, pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), muitas de minhas experiências e aprendizados tiveram raízes no projeto itinerante *as sementeiras*, do qual sigo sendo uma das semeadoras. Por meio dele, desde 2013, conheci assentamentos rurais, comunidades quilombolas, sítios, ecovilas e demais espaços que desenvolvem projetos socioambientais e que seguem na luta pela transformação e emancipação social. Em todos os lugares por onde passa, o projeto compartilha conhecimentos e experiências não apenas sobre agroecologia, como também permacultura², bioconstrução, alimentação saudável, cosméticos naturais, tecnologias sociais, entre outros temas.

E foi durante esse mergulho no universo da agroecologia, em especial, do resgate e da multiplicação das sementes crioulas, que conheci o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Organizado desde a década de 1980, quando as principais bandeiras de luta eram o reconhecimento e a valorização da profissão da trabalhadora rural, o direito à documentação e à previdência social, pública e solidária, sua formação oficial aconteceu em 2004, como resultado da união de vários movimentos de mulheres do campo, das águas e das florestas.

Articulado, atualmente, em 21 estados brasileiros, o MMC integra a Via Campesina Internacional³ e reúne, segundo informações de sua página na *internet*⁴, agricultoras, pescadoras artesanais, quebradeiras de coco, extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. Organizadas desde as comunidades de base até as instâncias de direção nacional, as

² Oriunda da expressão em inglês *permanent culture*, trata-se de um sistema de design para a criação de ambientes humanos sustentáveis e produtivos em equilíbrio e harmonia com a natureza, segundo a definição dos fundadores do movimento na década 1970, Bill Mollison e David Holmgren. Entre suas práticas, estão a sustentabilidade agrícola, social, cultural e econômica. A permacultura afirma, assim, que é preciso entender as plantas, os animais, as construções e demais infraestruturas (água, energia e comunicação) não apenas como elementos isolados, mas como todos sendo parte de um grande sistema conectado (MOLLISON e HOLMGREN, 1983).

³ A Via Campesina é um movimento internacional que reúne milhões de camponeses, pequenos e médios agricultores/as, sem-terra, jovens, indígenas, migrantes e trabalhadores/as agrícolas de todo o mundo. Defende a agricultura camponesa para a soberania alimentar como forma de promover a justiça social e a dignidade e se opõe fortemente aos agronegócios que destroem as relações sociais e a natureza. O movimento defende a igualdade de gênero, combatendo todas as formas de violência contra as mulheres. A Via Campesina possui 164 organizações locais e nacionais em 73 países da África, Ásia, Europa e Américas. No total, representa cerca de 200 milhões de agricultores. É um movimento político, autônomo, plural, multicultural, em sua demanda por justiça social, permanecendo independente de qualquer partido político, qualquer tipo de afiliação econômica ou de outra natureza. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/la-voz-de-los-campesinos-y-de-las-campesinas-del-mundo5/>>. (Acesso em 20 de agosto de 2017).

⁴ Disponível em: <<http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/44>>. (Acesso em 20 de agosto de 2017).

mulheres camponesas pensam, vivem e organizam o Movimento, construindo um *projeto popular de agricultura camponesa*, de bases feminista e agroecológica.

Como eixo central, o MMC defende a libertação das mulheres de qualquer tipo de opressão e discriminação, o que se concretiza nas lutas, na formação, na organização, e na implementação de experiências de resistência popular, nas quais as mulheres tenham autonomia e sejam protagonistas de sua história. Com propostas e práticas emancipatórias, traz reivindicações vinculadas tanto ao campo – direito e acesso à terra pela reforma agrária, a denúncia dos organismos geneticamente modificados (transgênicos), o resgate e a multiplicação de sementes crioulas, a soberania alimentar dos povos, a preservação da biodiversidade – como pautas historicamente trazidas pelo movimento feminista, como o fim da divisão sexual do trabalho, além do reconhecimento e valorização do trabalho e renda gerada pelas mulheres.

Apesar de invisibilizadas, há séculos, por uma cultura patriarcal⁵, classista e latifundiária, as mulheres são produtoras de alimentos em todo o mundo e continuam a ter importância central nos sistemas agroalimentares (PULGA, 2014; TAIT, 2014; SILIPRANDI, 2015). São elas as principais responsáveis pelo alimento destinado ao autossustento familiar e por práticas de manejo ambiental adequadas à seleção e preservação de sementes crioulas, além de representarem, no Brasil, 48% da população rural⁶. E foi graças, sobretudo, a essa resistência das mulheres do campo, das águas e das florestas, que toda uma biodiversidade de plantas e de raças crioulas de animais foi preservada, além de conhecimentos sobre produção de alimentos saudáveis e de uso de plantas medicinais, fazendo com que esse patrimônio não se perdesse com a difusão da “revolução verde”.

Refletir sobre as mulheres camponesas enquanto sujeitos na produção de conhecimento marcou o encontro desta pesquisa com autoras(es) do campo das *epistemologias feministas* (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998; SARDENBERG, 2002; TAIT, 2014; GASPARETO, 2017) e do *Sul* (SHIVA, 1995, 2002; SANTOS, 2007), a partir das disciplinas cursadas ao longo do *Programa de Mestrado em Divulgação Científica e*

⁵ Para Safiotti (2004), o patriarcado como fenômeno social é constituído de uma engrenagem de dominação/exploração do homem sobre a mulher que perpassa todas as áreas de convivência social na família, no mundo do trabalho, da política, enfim, da sociedade como um todo.

⁶ Os dados fazem parte da *Coletânea sobre estudos rurais e gênero - Prêmio Margarida Alves*, publicada, no ano de 2015, pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), reunindo os 16 trabalhos vencedores da 4ª edição do Prêmio Margarida Alves, realizado em 2014 com o tema "Mulheres e Agroecologia". Buscando promover o papel das mulheres dentro do movimento agroecológico, a coletânea aborda trabalhos com temas diversos como: protagonismo das mulheres na produção e comercialização agroecológica, saberes tradicionais, políticas públicas, organização social, articulação em redes, entre outros. Disponível em: <<https://goo.gl/rgK64i>>. Acesso em: 25 junho 2017.

Cultural, do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Unicamp). Tratam-se de autoras(es) que trazem contribuições que questionam os pressupostos de universalidade, neutralidade e objetividade atribuídos ao conhecimento científico tradicional, além de aprofundarem os debates em torno da complexa aliança entre o capital, a ciência e a tecnologia.

Buscando romper com a perspectiva da ciência moderna, fragmentada e reducionista, a pesquisa também marcou o encontro com as teorias e metodologias da *agroecologia*, que propõem um novo enfoque paradigmático, que consiga estabelecer um diálogo entre os conhecimentos historicamente construídos pelas comunidades camponesas, quilombolas e indígenas, com aqueles criados por diferentes disciplinas acadêmicas, pensando na totalidade dos problemas, e não no tratamento isolado de suas partes (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; CAPORAL, 2009; SILIPRANDI, 2015). Construída enquanto *ciência, prática e movimento*, a partir das culturas locais – que possuem um potencial endógeno transformador – e respeitando as diversidades ecológica e sociocultural, a agroecologia aponta a necessidade de se criar um conhecimento holístico, contextualizado, subjetivo e pluralista (GUZMÁN, 2005), propondo novas relações entre os seres humanos e destes com a natureza.

E se a agroecologia pretende ser um novo paradigma que repensa o saber de forma mais horizontal e articulado às demandas concretas do campo, defendendo, nesta pesquisa, que ela deve reconhecer as mulheres enquanto sujeitos históricos e políticos, além de produtoras e detentoras de conhecimentos e práticas indispensáveis para a continuidade da vida.

Nos quintais das mulheres muitas sementes foram testadas, muitas espécies domesticadas e diversos tipos de manejo foram experimentados antes de serem produzidos em maior escala nas propriedades. E muitas experiências são trocadas entre as mulheres nas comunidades, nos movimentos, nos grupos de mulheres, intercâmbios e eventos de formação tornando essa construção compartilhada. O saber popular das mulheres tem contribuído muito para a ampliação das experiências agroecológicas no Brasil e por isso tem que ser valorizado tanto quanto o saber dos homens. (CARDOSO *et al.* s/d, p.14)

Concordo, assim, com Emma Siliprandi (2015) ao afirmar que a agroecologia deve ocupar, teórica e praticamente, do enfrentamento das desigualdades de gênero no campo, debatendo temas como a divisão sexual do trabalho, a autonomia econômica e política das mulheres, além da construção de estratégias que visem a criação de espaços em que elas possam discutir, refletir e apontar alternativas para transformação da realidade em que vivem.

Definições de pesquisa

Buscando compreender o que há de peculiar nas investigações feministas, Harding (1998) sinaliza três características específicas dos estudos feministas que têm conseguido transcender os enfoques “somatórios”⁷ de mulheres: 1) a experiência das mulheres enquanto novos recursos empíricos e teóricos; 2) estar a favor das mulheres; 3) situar a pesquisadora (ou pesquisador) no mesmo plano crítico que o objeto explícito. A partir disso, buscando uma postura engajada e situada feminista (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998, TAIT, 2014), esta pesquisa parte do entendimento das *mulheres camponesas como construtoras de conhecimentos e agentes/sujeitos políticas*. A pesquisa trabalhou com a experiência dos quintais produtivos e outras práticas agroecológicas de integrantes do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC) buscando compreender, visibilizar e potencializar suas estratégias de socialização de conhecimento.

Desde uma perspectiva feminista e agroecológica, compreendo os quintais como uma ação política e instrumento de luta e resistência para a valorização do conhecimento das mulheres e valorização do trabalho por elas realizado, sendo o local onde elas desenvolvem suas experiências de cultivo e novas técnicas de manejo; resgatam, diversificam e multiplicam suas sementes crioulas; além de, a partir do qual, debatem a divisão sexual do trabalho, a soberania alimentar dos povos e a sustentabilidade da vida. Por fim, aponto algumas estratégias de produção e socialização de conhecimentos protagonizadas pelo MMC/SC, bem como por sua coordenação nacional (MMC Brasil).

Pelo seu histórico de lutas e conquistas, e pelo contato que tive anteriormente com algumas de suas dirigentes em eventos da área da agroecologia, a construção dessa pesquisa de mestrado se realizou junto ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Essa escolha teve, ainda, a influência do documentário *Mulheres da Terra* (Plural Filmes, 2010), em que quatro agricultoras da região oeste de Santa Catarina e integrantes do MMC no estado refletem sobre a importância das sementes crioulas, o resgate de espécies nativas, a soberania alimentar da família, além de mostrar a importância do Movimento para a emancipação das mulheres do campo, e os desafios que ainda precisam ser superados.

Por ser o estado onde se localiza o Centro de Formação Maria Rosa, na cidade de Chapecó (SC), a pesquisa de campo foi realizada, primeiramente, junto à estadual de Santa Catarina do MMC e, em um segundo momento, se ampliou também para atividades com a

⁷ Este tema será aprofundado no *Capítulo 1* desta dissertação.

coordenação nacional do Movimento (MMC Brasil). Entre os fatores que contribuíram para a realização desta pesquisa, destaco a participação da regional Sul do MMC, composta pelas estaduais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, no projeto das *Cadernetas Agroecológicas*, desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM)⁸, em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV). O projeto tem como objetivo monitorar e sistematizar, ao longo de um ano (entre 1 de março de 2017 e 28 de fevereiro de 2018), a produção de 250 mulheres rurais no país⁹. Construída com metodologias participativas, trata-se de um instrumento político-pedagógico criado para auxiliar na administração da produção de mulheres agricultoras, por meio do registro do autossustento, da troca, da venda e da doação de tudo o que é cultivado em seus quintais produtivos.

Outro projeto que contribui com a realização desta pesquisa foi o *Fortalecimento dos quintais produtivos e a autonomia das mulheres*, iniciado pelo MMC/SC em 2017, com previsão de término em 2018, compreendendo a realização de três oficinas em 70 municípios catarinenses. Além de uma equipe de três dirigentes camponesas atuando na coordenação, outras 30, aproximadamente, formam um grupo de monitoras populares com conhecimentos técnico e político-pedagógico, sendo responsáveis pela realização das atividades nos municípios, articulando temas como: preparação dos solos; produção, melhoramento e colheita de sementes crioulas; cultivo e uso de plantas medicinais; produção de alimentos para autossustento e geração de renda; bem como a construção de novas relações de gênero.

Como aporte teórico, busquei relacionar autoras(es) que refletem a produção de conhecimento na perspectiva feminista (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998; SARDENBERG, 2002; TAIT, 2014; GASPARETO, 2017) e do Sul global (SANTOS, 2007; SHIVA, 2002) com autoras(es) que refletem a agroecologia (SILIPRANDI, 2015; ALTIERI, 2012; CAPORAL, 2009; CAPORAL e COSTABEBER, 2004; PRIMAVESI, 2016). Também foram de fundamental importância as publicações (cartilhas, jornais, revistas, folhetos etc.) elaboradas pelo MMC Brasil e por sua estadual em Santa Catarina (MMC/SC), além dos estudos realizados por autoras militantes do MMC, sendo elas Gaspareto (2017), Cima e

⁸ O CTA-ZM é uma organização sem fins lucrativos, fundada em 1987, em Viçosa (MG), por um grupo de técnicas/as, agricultoras/as familiares e profissionais liberais, com o objetivo de promover, por meio de assessoria técnica e política, a Agroecologia como enfoque para o desenvolvimento rural sustentável.

⁹ Além do Movimento de Mulheres Camponesas da região Sul do Brasil, o CTA conta com a parceria de outras organizações do campo agroecológico e feminista para a realização do projeto nas diferentes regiões onde se propõe a sistematizar a produção das mulheres. São elas: Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (RMPNE), Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia (GT Gênero e Agroecologia), da Associação Brasileira de Agroecologia (CBA).

Collet (2015); Cinelli (2012, 2016); Pulga (2014); Jahn (2013), Seibert (2017) e Calaça e Seibert (2018), assim como as pesquisadoras engajadas Tait (2014) e Boni (2012).

No desenvolvimento da pesquisa, as etapas de campo - que serão descritas mais adiante nesta *Introdução* - contaram com observação participante e uso de caderno de campo, além da realização de quatro entrevistas semiestruturadas¹⁰ com dirigentes do MMC/SC envolvidas com os projetos relacionados aos quintais produtivos e cadernetas agroecológicas. Juntas, avaliamos se utilizaríamos o nome verdadeiro ou fictício, e a decisão unânime foi pelo uso do próprio nome. São elas: Lourdes Bodaneze, Ivanete Mantelli, Maria Leci Basso e Noemi Krefta. Julguei, ainda, importante trazer para a dissertação a entrevista que pude realizar, com foco no tema da soberania alimentar, com Adélia Schmitz, também dirigente do MMC/SC e que por 16 anos foi conselheira do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA). Cabe destacar, ainda, a importância das conversas informais que pude tecer com outras dirigentes ao longo das etapas de campo e que contribuíram para a escrita desta dissertação. Além da utilização de gravador de áudio, foram também realizados registros fotográficos, sempre com o consentimento de cada participante.

Estrutura da dissertação

A partir das pesquisas documental e de campo, da revisão bibliográfica, e das vivências que buscam um olhar investigativo engajado e comprometido, essa dissertação se estrutura em três capítulos. Partindo de uma postura crítica em relação à ciência moderna ocidental, o **primeiro capítulo**, intitulado *Corporificar o conhecimento: perspectivas situadas e engajadas*, apresenta contribuições epistemológicas e metodológicas de pensadoras feministas sobre a produção de conhecimento, assim como referências da agroecologia, que propõem a valorização dos conhecimentos locais. Ao questionar os pressupostos de objetividade, neutralidade e universalidade atribuídos à ciência moderna ocidental, o intuito será entender minha posição situada e engajada na elaboração desta pesquisa, assim como compreender as próprias mulheres camponesas enquanto sujeitos na construção desse conhecimento - e não como simples objetos de pesquisa. Uma perspectiva teórico-metodológica que permite articular militância política e produção de conhecimento.

¹⁰ Combinando perguntas abertas e fechadas, nas entrevistas semiestruturadas, explicam Boni e Quaresma (2005, p.75), a informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto, e a(o) pesquisador(a) “deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”.

No **segundo capítulo**, intitulado *Práticas feministas e camponesas e a sustentabilidade da vida*, busco compreender e visibilizar o protagonismo das mulheres em seus quintais produtivos agroecológicos, onde produzem alimentos saudáveis e diversificados, recuperando, melhorando e multiplicando sementes crioulas. O capítulo traz, ainda, a experiência das *cadernetas agroecológicas*, buscando entender como esta ferramenta contribui para visibilizar e valorar o trabalho realizado pelas mulheres em suas unidades de produção. Acredito, assim, que esse protagonismo das mulheres traz conhecimentos potentes sobre a *sustentabilidade da vida*.

Já o **terceiro capítulo**, *Estratégias de produção e socialização do conhecimento*, reflete sobre como os conhecimentos são compartilhados pelas mulheres camponesas. Traz, assim, experiências de formação político-pedagógicas e de comunicação emancipatórias, como as “oficinas dos quintais”, suas publicações (revistas, cartilhas, informativos), além de propostas que buscam potencializar suas estratégias de divulgação do Movimento.

Por fim, em *Reflexões e horizontes para a luta que continua*, apresento algumas considerações a partir da intersecção das teorias – tanto as que embasaram esta pesquisa quanto aquelas que perpassam as ações do MMC – com as práticas vivenciadas e documentadas na pesquisa de campo. Espera-se, assim, a partir da perspectiva feminista e agroecológica, apontar contribuições para o campo das epistemologias na construção de ciências e tecnologias justas, diversas, sustentáveis e dignas para as mulheres.

Etapas de campo

Um dos desafios desta pesquisa de mestrado foi ressignificar o fazer científico e o meu lugar, a partir do encontro com os conhecimentos e as práticas das mulheres camponesas, sendo este um trabalho que é dialógico e, também, político. Com as viagens a campo, entrevistas semiestruturadas e observação participante em oficinas, reuniões, seminários, assembleias e demais eventos, os esforços epistemológico e metodológico caminharam no sentido de co-construir lugares e espaços-tempos junto às mulheres camponesas. Uma construção que me permitiu - e seguirá permitindo - dialogar com sujeitos e movimentos em suas dinâmicas e lutas por mundos melhores, compreendendo histórias silenciadas e invisibilizadas pela ciência moderna hegemônica.

A **primeira etapa de campo** ocorreu entre 31 de janeiro e 2 de fevereiro de 2017, na cidade de Chapecó (SC), onde está localizado o Centro de Formação Maria Rosa, do MMC. Na ocasião, cerca de 50 camponesas da regional sul do Movimento estiveram

presentes para debater como seria a participação do MMC junto ao projeto das *cadernetas agroecológicas* desenvolvido pelo CTA-ZM, bem como a articulação do Movimento para organizar a *XIII Assembleia Estadual do MMC/SC*, e a estratégia da jornada de lutas do 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

Em relação à estrutura do centro, uma cozinha e um refeitório amplo marcam as refeições dos encontros, que são também momentos frutíferos para a troca de saberes, como receitas caseiras, novas técnicas de cultivo em suas produções agroecológicas, variedades de sementes crioulas, entre outras experiências. Uma ampla sala com lousa e cadeiras é o cenário de atividades como formações, palestras e demais dinâmicas em grupo, sempre organizadas em roda. O centro ainda conta com uma biblioteca e um banco de sementes crioulas, além de diversos quartos com beliches, banheiros coletivos, e duas salas administrativas. Em suas paredes, diversos cartazes trazem as bandeiras de luta que revelam 35 anos de histórias e resistências, como a campanha nacional *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos*, lançada em 1997, sobre a importância e necessidade das mulheres terem acesso a documentos pessoais e profissionais como um dos caminhos para a igualdade, autonomia e cidadania.

Circular pelo Centro de Formação Maria Rosa é também ter acesso a uma série de publicações produzidas pelo próprio Movimento para a formação de suas militantes e divulgação de suas pautas e princípios, abordando temas variados como autonomia, direitos sexuais e reprodutivos, previdência social, recuperação e multiplicação de sementes crioulas, além de produção de alimentos saudáveis. Ter contato com esse material revelou o empenho do MMC em sistematizar seus conhecimentos a partir de ferramentas pedagógicas e comunicativas.

E se o centro por si só já é um ambiente de formação política, a forma como as mulheres camponesas se organizam em torno de um cuidado coletivo é outro ponto a ser observado com atenção. Logo no início do encontro, nos dividimos em grupos responsáveis pela limpeza e harmonização dos espaços (banheiros, cozinha e refeitório, sobretudo) e pelas atividades artísticas e místicas. Além disso, uma equipe ficou responsável pelo chimarrão (esquentar a água e trocar a erva, quando necessários), para que todas pudessem desfrutar deste hábito cultural. Por fim, uma pessoa foi escalada para ficar responsável pela creche para que as militantes que têm filhas(os) pudessem participar das atividades. Todo esse cuidado gerou um clima de acolhimento e pertencimento para que as mulheres encontrassem, no Movimento, um espaço de escuta e partilha de suas dificuldades e demandas, além de conquistas.

Figura 1 - Símbolos trazem a mística da resistência camponesa.



Foto: autora.

Além da observação participante nos debates do encontro, nos intervalos das atividades, pude conversar com dirigentes do Movimento sobre as questões que trazia para esta pesquisa, bem como as possibilidades de atuação e construção junto ao MMC. Entre as propostas levantadas, a ideia de reconstruirmos o site oficial do Movimento, dado o lugar estratégico da comunicação para a ação política.

De Chapecó (SC), segui viagem para a cidade de Marema (SC), onde pude conhecer e vivenciar o quintal produtivo agroecológico da camponesa Lourdes Bodaneze, de 2 a 8 de fevereiro de 2017. Localizado na área urbana, com apenas dois mil metros quadrados, o quintal de Lourdes conta com um pequeno sistema agroflorestal, com árvores nativas e exóticas, uma estufa para o plantio de hortaliças, além de diversos outros canteiros onde ela desenvolve suas experiências sobre cultivos consorciados, defensivos e adubos naturais. Para além da produção diversificada de alimentos, vivenciar esses dias com dona Lourdes me fez refletir e reforçar a importância dos quintais produtivos para a construção de um espaço dialógico, de socialização e de resgate da autonomia e da autoestima das mulheres camponesas, temas esses que também aprofundarei ao longo dessa dissertação.

A visita de campo seguinte aconteceu, entre 8 e 10 de março de 2017, dessa vez em Viçosa (MG), na sede do CTA-ZM, quando participei do *Seminário Nacional de Pesquisadoras da Caderneta Agroecológica*, que teve como objetivo o planejamento,

monitoramento e avaliação da metodologia do projeto. Na ocasião, cerca de 40 facilitadoras do projeto nas regiões Amazônia, Nordeste e Sudeste puderam compartilhar os caminhos já percorridos junto às mulheres rurais e os desafios ainda a serem superados.

Entre as atividades realizadas durante o seminário, destaco a visita de intercâmbio de experiências ao quintal agroecológico de uma agricultora de Viçosa (MG) que está participando do projeto das *cadernetas agroecológicas* na região da Zona da Mata Mineira. Em meio à diversidade de seu quintal, Maria socializou sua trajetória de vida, com foco nos últimos cinco anos, quando iniciou seu cultivo de hortaliças a partir da necessidade de se alimentar de forma mais saudável, livre de insumos químicos, após a descoberta de um problema de saúde. Com o passar do tempo, sua horta começou a chamar a atenção da vizinhança, e o que era uma produção voltada apenas para o autoconsumo da família, foi se configurando como geração de renda. Além de comercializar sua produção de “porta em porta” a partir de encomendas, Maria começou a vender também em mercados do município, que priorizam sua produção devido à qualidade dos alimentos.

A agricultora também fez questão de partilhar seus métodos de produção agroecológica, salientando a maneira como faz seus experimentos e observações em seu quintal. Lembrou, ainda a importância dos intercâmbios entre quintais como uma fonte de conhecimento acessível a ela, sendo um espaço onde ela partilha e expõe suas experiências. O contato com grupos de agricultoras e feministas foi fundamental para a valorização de sua produção e para a conscientização da importância de se impor nos espaços sociais - uma experiência que nos remete à importância do papel das mulheres na construção da agroecologia.

De volta à sede do CTA-ZM, junto as outras facilitadoras do projeto das *cadernetas agroecológicas*, socializamos nossas impressões sobre o quintal da agricultora, bem como levantamos questões referentes à metodologia do projeto. Um desses questionamentos foi sobre a necessidade de se entender e aprofundar o que se define enquanto “quintal”, delimitando onde começa e onde termina este lugar na propriedade familiar, compreendendo os mecanismos e relações que a partir dele se desenvolvem. E, assim, após um rico debate teórico-prático sobre quais parâmetros definir o território dessas mulheres, segundo o entendimento de quintal e suas variáveis por região do país apresentadas por cada pesquisadora presente no encontro, chegamos, coletivamente, à definição de *lugar de trabalho e de experimentação de forma autônoma da mulher para a agrosociobiodiversidade, soberania e segurança alimentar*. Os alimentos e demais produtos colhidos desses espaços,

portanto, são aqueles que dão cor e vida às cadernetas, a fim de sistematizar e visibilizar a contribuição singular das mulheres rurais na construção da agroecologia.

A **terceira visita de campo** aconteceu novamente em Chapecó (SC), no Centro de Formação Maria Rosa, do MMC, nos dias 6 e 7 de junho de 2017, quando participei de uma atividade de formação sobre o fortalecimento dos quintais produtivos e a metodologia do projeto das *cadernetas agroecológicas*, dessa vez com a presença de camponesas dos três estados do Sul, tanto militantes do MMC como integrantes da Rede Ecovida de Agroecologia¹¹. Entre as atividades do encontro, destaco o estudo do artigo *Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres*. De autoria de duas camponesas militantes do MMC/SC - Zenaide Collet e Justina Inês Cima, o texto faz parte da cartilha de formação do Projeto de Extensão intitulado *Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica*, desenvolvido pela Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), durante o ano de 2015¹². Divididas em grupos, fizemos uma leitura minuciosa do artigo, que apresentava as singularidades das contribuições das mulheres na produção de alimentos saudáveis, passando pela relação com a terra, com o trabalho, e com a luta pela soberania alimentar dos povos. Em seguida, todos os grupos se uniram novamente para socializar as impressões do texto, momento este que também significou a partilha sobre a experiência dos quintais produtivos e da *caderneta agroecológica* de cada camponesa ali presente.

¹¹ Formada oficialmente em 1998, a Rede Ecovida de Agroecologia é pioneira no desenvolvimento da certificação participativa de orgânicos, uma metodologia que tem sido trabalhada como um processo pedagógico em que agricultores/as, técnicos/as e consumidores/as se integram no intento de buscarem uma expressão pública da qualidade do trabalho que desenvolvem. Atualmente, conta com 27 núcleos regionais, abrangendo cerca de 352 municípios. Seu trabalho congrega, aproximadamente, 340 grupos de agricultores/as (abrangendo cerca de 4.500 famílias envolvidas) e 20 ONGs. Em toda a área de atuação da Ecovida acontecem mais de 120 feiras livres ecológicas e ainda outras formas de comercialização. Disponível em <<http://ecovida.org.br/sobre/>>. Acesso em 22 junho 2017.

¹² Realizado em parceria com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais, do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o projeto contemplou os três estados do sul do Brasil, envolvendo mulheres da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Rio Grande do Sul (Fetraf), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), além do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). A formação contemplou seis módulos: Agricultura familiar e camponesa: as questões de gênero na organização da produção; Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa: o papel historicamente desempenhado pelas mulheres; Feminismo, Agroecologia e sustentabilidade; Plantas medicinais, aromáticas e alimentícias; Organização produtiva e economia feminista; e Acesso às políticas públicas pelas mulheres, com foco em políticas agrárias e agrícolas. Foram realizadas ações formativas com mulheres que participam do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF) e entidades prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Na **quarta etapa de campo**, realizada entre 26 e 29 de setembro de 2017, em Luziânia (GO), participei da *Reunião da Coordenação Nacional do Movimento de Mulheres Camponesas*, seguida pelo *III Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular*. Com a presença de mais de 30 dirigentes vindas dos vários estados onde o Movimento se articula, a reunião aprofundou temas como a organicidade do MMC a partir do trabalho dos grupos de base, da direção estratégica e da coordenação nacional. Já o seminário buscou avançar na sistematização do *feminismo camponês e popular*, que vem sendo construído na prática cotidiana das camponesas, e a partir de um processo coletivo de formação na Coordenação Latino Americana de Organizações do Campo (CLOC/Via Campesina)¹³. Participaram do seminário representantes de outros movimentos latino-americanos, como a Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), do Chile, a Coordinadora Nacional de Mujeres Trabajadoras Rurales e Indígenas (CONAMURI), do Paraguai, o Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Estar novamente em uma atividade organizada pelas mulheres camponesas reforçou a importância do cuidado mútuo para a criação de um ambiente de acolhimento; além da dimensão compartilhada e coletiva da construção do conhecimento ao lançarem mão de ferramentas da educação popular, como os *círculos de cultura*¹⁴ propostos por Paulo Freire, estimulando o debate entre todas presentes.

Na **quinta etapa de campo**, acompanhei a *XIII Assembleia Estadual do MMC/SC*, realizada em Pinhalzinho (SC), com o tema *Feminismo Camponês* e o lema *Mulheres e Agroecologia no Campo e na Cidade*. Realizada em meio ao contexto nacional de ameaça à democracia, e de retrocessos nos direitos sociais conquistados pela luta das mulheres e de toda classe trabalhadora, ao longo de dois dias (21 e 22 de outubro de 2017), cerca de 400 mulheres vindas de 50 municípios de Santa Catarina puderam trocar suas experiências de produção agroecológica e discutir ações estratégicas. Nas três mesas de debate da assembleia – *Mulheres e agroecologia no campo e na cidade*, *Feminismo camponês*, e *O papel da direção* -, as mulheres afirmaram que a missão do Movimento se

¹³ A Coordenadora Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC) foi criada em 1994 e constitui uma instância de articulação continental da Via Campesina Internacional, composta por 84 organizações indígenas, camponesas, afrodescendentes e de trabalhadores rurais presentes em 18 países da América Latina e do Caribe. O surgimento da CLOC está articulado à intensificação das lutas sociais e dos conflitos socioterritoriais na década de 1990, período emblemático no enfrentamento das políticas neoliberais em âmbito global. Disponível em: <<http://www.cloc-viacampesina.net/informacion-general/quienes-somos>>. Acesso em: 15 janeiro 2018.

¹⁴ Legados deixados por Paulo Freire, os Círculos de Cultura se caracterizam por reunir pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos para mobilizar os participantes do grupo a pensar sobre sua realidade dentro de uma concepção de reflexão-ação (BARBOSA et al., 2013).

concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Além das mesas, a XIII Assembleia trouxe a *Mostra de Produção Camponesa*, que deu visibilidade à produção dos quintais produtivos e ao trabalho das mulheres, com a participação efetiva da maioria das regionais do MMC/SC. Artesanatos, sementes crioulas, plantas medicinais, pães, compotas caseiras foram alguns dos produtos trazidos pelas camponesas.

Ainda no âmbito da *ecologia de saberes* (SANTOS, 2007), destaco outros dois momentos que contribuíram para as reflexões apresentadas nesta dissertação: o *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11*, realizado, simultaneamente, ao 13º Congresso Mundos de Mulheres¹⁵, em Florianópolis (SC), de 30 de julho a 4 de agosto de 2017; e o X Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), realizado entre 12 e 15 de setembro do mesmo ano, em Brasília (DF), simultaneamente ao VI Congresso Latino-americano de Agroecologia. Em ambos eventos, pude acompanhar as atividades junto a algumas dirigentes do MMC, que, além de participarem das palestras, seminários, rodas de conversa e apresentações de trabalhos (como ouvintes e proponentes), puderam expor e comercializar seus produtos camponeses na *Tenda Feminista e Solidária* e na *Feira Agroecológica e da Sociobiodiversidade*, respectivamente.

Em todas essas etapas de campo, além das falas e dos silêncios, o olhar investigativo buscou observar os espaços, as atividades, os sentimentos, a emoção, as experiências. E para além da observação em si, conversas informais, reuniões e entrevistas contribuíram para a escrita desta dissertação, que busca o diálogo entre conceitos e práticas no âmbito do feminismo e da agroecologia. Assim como as mulheres camponesas, busquei, com essas páginas, compartilhar conhecimentos, reinventar a ciência e a história e nos nutrir de esperanças. Uma esperança, como nos ensina o educador Paulo Freire, no sentido de se levantar, construir e não desistir.

¹⁵ Realizado pela primeira vez na América do Sul, trata-se de um evento que reúne, a cada três anos, mulheres de todas as partes do mundo, para discutir a desigualdade de gênero no contexto atual.

[Capítulo 1]

Corporificar o conhecimento: perspectivas situadas e engajadas

Partindo da perspectiva que compreende as ciências e as tecnologias enquanto construções sociais, históricas, políticas e, dentro do mundo em que vivemos, influenciadas pelo gênero, classe, raça/etnia, dentre outras categorias, buscaremos, neste capítulo, articular propostas que trazem novas relações entre teoria e prática, mostrando a interdependência de ambas e o surgimento/reconhecimento de novos agentes epistêmicos, como as mulheres camponesas, aqui representadas pelo Movimento de Mulheres Camponesas (MMC). Tal como propõem os estudos feministas, assumimos aqui, de antemão, nosso compromisso com a transformação e emancipação social, renegando, assim, os pressupostos de neutralidade atribuídos ao conhecimento científico hegemônico; defendendo, ainda, a necessidade de se resgatar o papel da emoção e da experiência na construção do conhecimento. E assim, a partir de “epistemologias situadas e engajadas” que provocam rupturas com a noção de ciência única (TAIT, 2014), nos propomos a pensar a produção de saberes articulando novas abordagens e respostas para conflitos em torno dos critérios científicos que definem quem pode ou não ser sujeito do conhecimento, bem como o que pode consistir-se como conhecimento, ou mesmo o que pode e/ou merece ser conhecido (SARDENBERG, 2002).

1.1. Resistências epistemológicas: construindo uma abordagem feminista crítica

Compreender as mulheres camponesas enquanto sujeitos na produção de conhecimento, a partir de uma resistência cotidiana que, além de política e cultural, é também cognitiva e epistêmica, nos convoca a problematizar a relação que a ciência moderna estabelece com os conhecimentos que não condizem com suas lógicas de produção, estruturação e validação. Ou seja, os conhecimentos que diferem de suas matrizes epistemológicas, como aqueles relativos à diversidade de experiências de grupos sociais subalternizados por questões de gênero, classe, raça, etnia, sexualidade etc.

Em sua obra *Monoculturas da Mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia*, Vandana Shiva (2002) aponta que essa relação é de negação e tem a ver como a ligação entre os sistemas hegemônicos de saber e de poder que esconde e desacredita os saberes locais e modos de vida de povos tradicionais, tachando-os de “primitivos” e

“anticientíficos”, sem validade considerável para a ciência, visto que não passaram pelos critérios de produção de verdades. Segundo a autora, a forma pela qual o saber ocidental moderno é gerado, estruturado e legitimado, e a forma pela qual ele “transforma a natureza e a sociedade, geram desigualdades e dominação, e as alternativas são privadas de legitimidade” (SHIVA, 2002, p.22). Tratam-se das *monoculturas da mente*, aponta a autora, que são a raiz de um processo de *mau-desenvolvimento*, que explora os “bens comuns” (terra, água, ar, biodiversidade) e os seres humanos a partir da lógica hegemônica do capital, afetando, principalmente, as populações do Sul global e as mulheres (SHIVA, 1995). Ao mesmo tempo, essas monoculturas criam mecanismos para imprimir, nas outras sociedades, suas formas de pensar e de estar no mundo, se outorgando como universal e único verdadeiro. Entretanto, afirma a autora, “o saber dominante também é produto de uma cultura particular” (SHIVA, 2002, p. 22)

Em diálogo com Shiva (2002), Boaventura de Sousa Santos (2007) afirma que essa ação de sufocamento das demais epistemologias e suas culturas acarretou o que o autor denomina como *epistemicídio*. Em seu livro *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social* (2007), Santos propõe as chamadas *Epistemologias do Sul* que partem de um novo modelo de racionalidade - a *razão cosmopolita*, com o objetivo de “criar o espaço-tempo necessário para conhecer e valorizar a inesgotável experiência social que está em curso no mundo de hoje” - como os saberes e as práticas das mulheres camponesas.

Para o autor, não há ignorância nem saber universal, uma vez que parte-se do pressuposto de que todas as práticas relacionais entre seres humanos, e também entre seres e natureza, implicam mais de uma forma de saber e, portanto, de ignorância. Desse princípio de incompletude de todos os saberes decorre a possibilidade de diálogo e disputa epistemológica entre os diferentes saberes. A proposta de Santos, portanto, é por uma *ecologia dos saberes*, ou seja, a transformação da ignorância em saber aplicado, superando a *monocultura do saber e do rigor do saber*, na qual apenas a ciência moderna e a alta cultura são respeitadas e entendidas enquanto critérios únicos de verdade e de qualidade estética¹⁶.

¹⁶ *Monocultura do saber e ecologia dos saberes* fazem parte de dois procedimentos sociológicos apresentado por Santos (2007): a *sociologia das ausências* e a *sociologia das emergências*. Enquanto no primeiro a investigação visa demonstrar que o que não existe, na verdade, é ativamente produzido como tal, isto é, como uma alternativa não credível ao que existe; o segundo - a das emergências, consiste em substituir o vazio do futuro por um presente de alternativas plurais e concretas que cabem no horizonte das possibilidades. Para transformar as ausências em presenças, Santos propõe a radicalização da luta contra as relações de poder, tendo como foco a superação dos cinco principais modos de produção de ausências operados e legitimados pela tradição científica e filosófica ocidental. São elas: 1) A monocultura do saber e do rigor do saber; 2) A monocultura do tempo linear; 3) A monocultura da naturalização das diferenças; 4) A monocultura da escala dominante; 5) A monocultura do produtivismo capitalista. Em cada uma dessas monoculturas, a racionalidade ocidental produz e legitima formas sociais de não existência: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Para confrontar cada uma

Na busca pela reinvenção da emancipação social, as *Epistemologias do Sul* apontam, assim, a importância de investigarmos e compreendermos o papel estratégico de movimentos sociais e demais ações coletivas, pois estas constroem novas formas de ver e estar no mundo, não hegemônicas. Ou seja, um giro epistemológico que privilegie a cultura e o pensamento produzidos no Sul global, repensando o saber de forma mais horizontal e articulado às demandas concretas de nossa sociedade.

Desde uma *ecologia de saberes* (SANTOS, 2007), a construção de uma abordagem crítica nesta pesquisa junto às mulheres camponesas também selou meu encontro com o campo das *epistemologias feministas* (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998; SARDENBERG, 2002; TAIT, 2014; GASPARETO, 2017), que, a partir de um espírito crítico e reflexivo, buscam a compreensão sobre *o que e como* o conhecimento se produz e se legitima. Sandra Harding (1998), estadunidense e filósofa da ciência, afirma que, na tentativa de retificar o androcentrismo¹⁷ nas ciências, as investigadoras feministas primeiro buscaram somar ou agregar mulheres aos tradicionais estudos das ciências sociais. Dessa forma, formavam o perfil das candidatas que seriam somadas a esses estudos: 1) as mulheres pensadoras e investigadoras; 2) aquelas que participavam da vida pública; 3) as mulheres que haviam sido vítimas das formas mais brutais de dominação masculina. Tais enfoques, no entanto, são limitados, na visão da autora, pois 1) os trabalhos das científicas não haviam incorporado os avanços teóricos do feminismo nas últimas décadas; 2) considera que as únicas atividades que constituem e moldam a vida social são aquelas que os homens consideram importantes e dignas de estudos, ocultando outros enfoques; e 3) tendem a criar a falsa impressão de que as mulheres limitaram-se a serem vítimas e de que nunca criaram potências e resistências com êxito.

Sardenberg (2002), nesse sentido, afirma que as diferentes abordagens das epistemologias feministas têm avançado da mera denúncia da exclusão e da invisibilidade das mulheres no mundo da ciência moderna, para questionar e problematizar sua natureza política e epistemológica, denunciando os vieses androcêntricos, coloniais, racistas, classistas e heteronormativos sob os quais os conhecimentos científicos hegemônicos estão assentados.

dessas monoculturas, Santos sugere cinco ecologias, cujo espaço e tempo situam-se nas sociedades colocadas à margem pelos centros hegemônicos. São elas: 1) Ecologia dos saberes; 2) Ecologia das temporalidades; 3) Ecologia do reconhecimento; 4) Ecologia da “transescalas”; 5) Ecologia das produtividades. Em cada uma das cinco ecologias, o objetivo da *sociologia das emergências* é revelar a diversidade e a multiplicidade das práticas sociais emancipatórias, e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas.

¹⁷ A partir da crítica de vertentes feministas, entende-se como androcentrismo “a generalização de atributos vinculados ao homem e ao masculino a todo o humano, para algumas autoras, a todos os seres vivos”. (TAIT, 2014, p.23)

Um processo que se revela em uma arena de tensões, onde se embatem posicionamentos plurais e polêmicos, quando não conflitantes, mostrando a diversidade de olhares e de posturas adotadas, enriquecendo nossos discursos críticos sobre a sociedade e a ciência (SARDENBERG, 2002).

Partindo desses questionamentos, Harding (1998) nos convida a compreender o que há de peculiar nas investigações feministas, sinalizando três características específicas dos estudos que têm conseguido transcender os enfoques “somatórios” de mulheres, e sob os quais também busquei apoiar o desenvolvimento desta pesquisa. São eles: 1) a *experiência das mulheres* enquanto novos recursos empíricos e teóricos; 2) *estar a favor das mulheres*; e 3) *situar a pesquisadora* (ou pesquisador) no mesmo plano crítico que o objeto explícito.

Adepta às teorias epistemológicas do “ponto de vista” (*Feminist Standpoint Theory*), de bases marxistas, Harding (1998) afirma que definir os problemas de pesquisa, exclusivamente, desde a experiência e perspectiva dos homens - em sua maioria brancos, burgueses e heterossexuais - nos conduz a visões parciais, e inclusive perversas, da vida social. A autora defende que os estudos feministas trazem uma leitura crítica sobre temas que passam despercebidas pela perspectiva dos tradicionais estudos das ciências sociais, incluindo aspectos de gênero e assimetrias de poder na construção do conhecimento.

Dessa forma, ao trazerem, para a esfera política, as questões relativas à desigualdade das mulheres, Maria Betânia Ávila e Verônica Maria Ferreira (2017), pesquisadoras da SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, apontam que as teóricas feministas trouxeram, também, um desafio para novas leituras da realidade, as quais deveriam incorporar a presença das mulheres como sujeitos das relações sociais.

As teóricas feministas no campo das Ciências Sociais têm realizado um longo e persistente trabalho crítico sobre uma teoria social que nas suas diversas correntes foi por tradição centrada na experiência dos homens como base empírica para sua formulação, tendo os próprios homens como sujeitos hegemônicos do conhecimento. Neste sentido a crítica é válida para todas as matrizes teóricas, mesmo que seja sempre possível para a produção de conhecimento feminista resgatar uma maior aproximação ou mesmo se situar dentro de uma ou outra corrente. O feminismo como movimento político e pensamento crítico nasce, portanto, questionando a teoria social e se instituindo como um sujeito de elaboração de conceitos, metodologias e análises desse campo teórico (ÁVILA; FERREIRA, 2017, p.145).

Harding (1998) alerta, também, para a necessidade de desconstruirmos a própria ideia de “mulher universal”, uma vez que somos sujeitos múltiplos, com demandas e intersecções diferentes e em níveis diversos - tema este que retomarei mais adiante neste capítulo a partir da construção do *feminismo camponês e popular*.

Como segunda característica dos estudos feministas que têm conseguido transcender os enfoques “somatórios” de mulheres, Harding (1998) aponta *estar a favor das mulheres*, de modo que os objetivos de uma pesquisa deveriam ser oferecer às mulheres as explicações dos fenômenos sociais que elas querem e necessitam. Ou seja, devem estar comprometidos com a emancipação das mulheres. Oakley (apud SARDENBERG, 2002) acrescenta que esse propósito de produzir e disseminar saberes que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas também de relevância *para* as mulheres e suas (nossas) lutas tem sido o principal objetivo do projeto feminista nas ciências e na academia. Dessa forma, enquanto a ciência moderna impõe uma separação entre “fatos” e “valores”, as práticas científicas feministas fundamentam-se em uma práxis política, em um projeto de transformação das relações de gênero (SARDENBERG, 2002).

Ávila e Ferreira (2017, p.145) acrescentam que a produção de conhecimento na práxis feminista tem uma dimensão central e que, portanto, se “realiza em relação dialética com a militância política, sendo, ela própria, parte da ação contra-hegemônica na produção do saber”. É, assim, afirmam as autoras, própria da constituição do feminismo como um movimento de autoemancipação das mulheres e de sua construção histórica, sendo realizada como uma prática coletiva de resistência e subversão.

Por último, a terceira característica apontada por Harding (1998) seria *situar a pesquisadora (ou pesquisador) no mesmo plano crítico que o objeto explícito*, ou seja, evidenciar como o(a) pesquisador(a) suspeita que raça, classe e traços culturais influenciaram em seu projeto de pesquisa. Para refletir sobre essa articulação entre pensamento científico e ação política, transcendendo as tradicionais formas de investigação que exigem um distanciamento entre pesquisador(a) e objeto, também busquei as propostas dos *saberes localizados* ou *conhecimentos situados* da filósofa e bióloga estadunidense Donna Haraway (1995). Segundo a autora, ao longo da história do pensamento moderno, foram construídos conhecimentos des-corporificados, assim como silenciadas e invisibilizadas as narrativas e a existência social de diversos atores. Em oposição aos universalismos e relativismos positivistas da ciência moderna, a autora reivindica, portanto, a ciência como uma construção social e histórica, contingente, localizada e parcial, refletindo a perspectiva ou corporeidade dos sujeitos cognoscentes, sendo gênero um dos fatores determinantes na sua constituição.

Assentada na parcialidade e no olhar contextualizado, Haraway (1995) defende que, do ponto de vista das epistemologias feministas, a noção de objetividade nasce justamente da prática de localizar a produção do conhecimento, de assumir uma posição responsável pelo objeto que se constrói. Assumir essa postura, complementa Harding (1998),

significa deixar de ser uma “voz invisível” e anônima da autoridade, para ser um indivíduo real, histórico, com visões de mundo, emoções, desejos e interesses sociais e políticos. Ou seja, reconhecer e explicitar os elementos “subjetivos” na análise, o que, na visão das autoras, aumenta a objetividade da pesquisa.

A moral é simples: apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva. [...] Todas as narrativas culturais ocidentais a respeito da objetividade são alegorias das ideologias das relações sobre o que chamamos de corpo e mente, sobre distância e responsabilidade, embutidas na questão da ciência para o feminismo. A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo, podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver (HARAWAY, 1995, p. 21).

Para que uma visão seja objetiva, Haraway defende, ainda, que, em sua parcialidade, ela possa ser compartilhada e que traduza conhecimentos entre diferentes comunidades e com diferenças de poder. A autora ressalta a necessidade de se buscar a perspectiva desses pontos de vista “que prometam alguma coisa extraordinária, isto é, conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” (HARAWAY, 1995, p. 24), afinal, não cabe a nós criar conhecimento desde as posições hegemônicas, já que as mesmas impedem a transformação da realidade, impondo-se como única verdade.

Nesse sentido, Sardenberg (2002) afirma que a crítica epistemológica feminista não pode restringir-se a apenas ser “crítica”: deve indagar e visualizar como seria a ciência, além de propor princípios, conceitos e práticas que possam superar as limitações de outras estratégias epistemológicas, no sentido de atender aos interesses sociais, políticos e cognitivos das mulheres e de outros grupos historicamente subordinados. Além de uma questão ética e política em si, a legitimação dos conhecimentos periféricos e a democratização do conhecimento são, também, uma questão de qualidade epistemológica.

1.2. Entre a igualdade e a diferença, os feminismos do Sul global

Pensando nas relações de poder que perpassam a produção de conhecimento, diversas pensadoras feministas do Sul global, a partir de diferentes lugares e posições subjetivas e políticas, têm nos alertado sobre a necessidade de olharmos criticamente os “feminismos hegemônicos” que privilegiam as mulheres brancas, cisgêneras, heterossexuais, urbanas e de classe alta, repetindo padrões de dominação que excluem, segregam, silenciam e invisibilizam outros grupos de mulheres.

Neste movimento, Darlane Silva Vieira Andrade, docente do Departamento de Estudos de Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em seu artigo *Para abaixo da linha do Equador: o standpoint e as produções feministas acadêmicas do terceiro mundo* (2015), indaga qual é o lugar das latinas, chicanas, não-ocidentais, negras, camponesas e outras diversidades de mulheres que querem falar.

Elas (nós) produzem(imos) um conhecimento feminista a partir deste lugar “de baixo” e é importante o reconhecimento das diversidades existentes deste lugar, bem como das inúmeras e ricas possibilidades de se falar desta posição. Mas será que conseguimos produzir algo autêntico e próprio, tendo nossas referências as produções de brancas, burguesas americanas e europeias? E nossa voz está sendo ouvida por quem? (ANDRADE, 2015, p.44).

Para o fortalecimento de produções científicas feministas mais democráticas e acessíveis, a autora defende que nós, pesquisadoras que estamos no Sul global, temos “o compromisso de mostrar o quanto o feminismo é plural e como as diferenças devem ser discutidas, consideradas e afirmadas” (ANDRADE, 2015, p.46). Temos, ainda, o compromisso de apresentar novas interpretações sobre sistemas outros de saber-poder, não apenas desconstruindo os paradigmas androcêntricos e etnocêntricos do sistema moderno-colonial-patriarcal, como trazendo novas categorias analíticas a fim de construir um conhecimento enraizado em nossas experiências de resistências e lutas na busca pela autonomia, transformação e emancipação social. Um processo que apresenta possibilidades de novos agenciamentos políticos e de construção de epistemologias situadas e engajadas (TAIT, 2014), que nos permitem compreender o mundo a partir do próprio mundo em que vivemos e das epistemes que nos são próprias.

A partir do diálogo entre as práticas e discursos de coletivos de mulheres camponesas do Brasil e da Argentina, em sua tese *Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistências aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina*, Márcia Tait (2014), pesquisadora do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Unicamp), aponta que as mulheres camponesas vêm gerando epistemologias que têm se destacado por sublinhar as noções de bem comum, comunidade, bem viver, articulando as reivindicações das mulheres às lutas pelos territórios, o que inclui o exercício da solidariedade, do cuidado e da proteção à natureza, e um rompimento com a própria separação entre natureza e cultura que marcou (e ainda marca) diversas teorias sociais. A partir do enfrentamento ao agronegócio e à mercantilização da vida, as mulheres trazem questões centrais e concretas como sementes, proteção da biodiversidade, produção de alimentos saudáveis, soberania alimentar, exploração

do trabalho e desigualdades de gênero. Comprometidas com uma ética singular em relação aos humanos e não humanos, Tait (2014) aponta para a construção de uma epistemologia crítica denominada pela autora como *ética feminista e com a natureza*, trazendo uma abordagem não reducionista sobre a vida e o ambiente, cuja potência está em responder questões fundamentais envolvidas nas crises ambiental, social e alimentar contemporâneas.

Em sua tese *A construção de saberes no Movimento de Mulheres Camponesas: uma análise a partir do Programa de Sementes Crioulas, no oeste de Santa Catarina – Brasil*, Sirlei A. Kroth Gaspareto (2017) também defende a construção de outras epistemologias a partir da experiência das mulheres camponesas em resgatar, produzir e melhorar sementes crioulas de hortaliças. Apontando outros sentidos e significados para a compreensão do mundo camponês na visão das mulheres camponesas, esse conjunto de práticas, saberes, processos organizativos e de lutas originou, defende a autora, uma *perspectiva epistemológica feminista camponesa*, que segue em construção no MMC.

As sementes, os saberes produzidos e recuperados pelas mulheres camponesas são ressignificados e adquirem relevância visto que reportam aos acúmulos de ancestrais, reforçam perspectivas históricas, lembram diferentes sociedades, explicitam culturas e identidades variadas, resistem às formas de dominação e criam alternativas para uma vida melhor, mesmo que, muitas vezes, sejam desqualificados e considerados inferiores por visões hegemônicas, patriarcais e eurocênticas. Observamos que as práticas com sementes crioulas a partir das mulheres camponesas em seus territórios possibilitaram a elaboração de outros conhecimentos, outras concepções, e esse processo vai construindo outras perspectivas epistemológicas (GASPARETO, 2017, p.131-132).

Outro ponto destacado por Gaspareto (2017) é que, ao retomarem a produção, recuperação e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, as mulheres também redescobrem o valor das práticas, dos conhecimentos e de seu trabalho, construindo o *projeto popular de agricultura camponesa*, de bases feminista e agroecológica, dentro de uma visão mais ampla, e não apenas referindo-se à produção. Em movimento, tomam contato com novas teorias e práticas, resistem à cultura patriarcal e se assumem como camponesas e feministas. Um processo que também segue em construção no Movimento de Mulheres Camponesas e nas demais organizações que compõem a CLOC-Via Campesina¹⁸. Denominado *feminismo camponês e popular*, trata-se de uma formulação política, organizativa e teórica, que intersecciona gênero, raça, classe e etnia com temáticas da vida no campo, como reforma agrária, agricultura camponesa, resgate e multiplicação das sementes crioulas, produção de alimentos saudáveis e soberania alimentar dos povos.

¹⁸ Ver nota 12 na página 24.

Antes de compreender como o *feminismo camponês e popular* tem se construído na práxis do MMC, no próximo item, apresento alguns momentos representativos em décadas de luta e resistência das mulheres organizadas no Movimento. O objetivo, com isso, não é construir uma historiografia do MMC, mas trazer alguns apontamentos que contribuam para contextualizar as reflexões que seguirão ao longo deste capítulo, bem como nesta dissertação como um todo.

1.3. Movimento de Mulheres Camponesas

Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua história. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza (MMC/SC, 2017, p. 14).

Organizadas desde a década de 1980, período marcado pelas mobilizações em torno da redemocratização do país, as mulheres camponesas percorreram uma longa trajetória de lutas e resistência para conquistar o reconhecimento da profissão e identidade como trabalhadoras rurais e agricultoras, o direito à sindicalização, à aposentadoria integral, à licença-maternidade, entre outras conquistas. Boni (2012) aponta que, ao montar caravanas de mulheres e ir a Brasília, exigindo que os parlamentares votassem em favor das(os) trabalhadoras(es) rurais, especialmente para a implementação dos direitos expressos na Constituição de 1988, o MMC teve um papel importante para a efetivação destes direitos no país.

Conforme a história do MMC contada pelo Movimento em sua página na internet¹⁹, a unificação enquanto movimento nacional aconteceu em 2004, de 5 a 8 de março, em Brasília (DF), durante seu 1º Congresso Nacional, quando 1200 mulheres camponesas de diferentes estados e movimentos autônomos fundaram o Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMC Brasil). Foi nesse momento, aponta Conte (2013, p.61), em que, “após profunda análise das lutas travadas, este Movimento se declara feminista, sem negar a identidade camponesa e popular”.

Durante o Congresso Nacional, os princípios, valores e missão do MMC também foram definidos, assim como seus símbolos: uma bandeira única, o chapéu de palha, a cor lilás e o lenço lilás. O caráter *camponês* do Movimento também foi debatido durante o

¹⁹ Disponível em: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/44>>. Acesso: 10 janeiro 2018.

Congresso, trazendo a memória do significado político das Ligas Camponesas, reforçando o papel das unidades produtivas familiares e das mulheres dentro da produção de alimentos saudáveis e diversificados, conforme aponta sua página na *internet*:

[...] a unidade produtiva camponesa centrada no núcleo familiar a qual, por um lado se dedica a uma produção agrícola e artesanal autônoma com o objetivo de satisfazer as necessidades familiares de subsistência e por outro, comercializa parte de sua produção para garantir recursos necessários à compra de produtos e serviços que não produz. Neste sentido, *mulher camponesa* é aquela que, de uma ou de outra maneira, produz o alimento e garante a subsistência da família. É a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, as extrativistas, arrendatárias, meeiras, ribeirinhas, posseiras, boias-frias, diaristas, parceiras, sem-terra, acampadas e assentadas, assalariadas rurais e indígenas. A soma e a unificação destas experiências camponesas e a participação política da mulher, legítima e confirma no Brasil, o nome de Movimento de Mulheres Camponesas (MMC, 2017, grifos do original).

Outro momento significativo na história do MMC foi o Encontro Nacional, realizado em 2013, contando com a participação de mais de três mil mulheres, homens, jovens e crianças do campo, vindas de 23 estados, com o objetivo de animar e fortalecer a base, trocar experiências, visibilizar a produção das mulheres camponesas, debater a conjuntura e temas pertinentes ao cotidiano, trabalho e luta das mulheres, fazer a mobilização de denúncia e enfrentamento da violência contra as mulheres (PULGA, 2014).

Em âmbito nacional, o MMC está organizado em 23 estados, a partir da formação de grupos de bases em comunidades rurais, direções municipais, estaduais e coordenação nacional. Articulado a outros movimentos de mulheres e mistos, rurais e urbanos, de atuação nacional e internacional, trata-se do único movimento autônomo de mulheres no Brasil que compõe a Via Campesina e que, a partir da auto-organização das mulheres, reafirma o modelo de agricultura camponesa agroecológica e feminista na luta em defesa da vida, contra o capital e o agronegócio.

Em Santa Catarina, onde realizei parte da pesquisa de campo, a auto-organização das mulheres camponesas começou em 1 de maio de 1983, no distrito de Nova Itaberaba, no município de Chapecó (SC), com a reunião de 28 mulheres. A iniciativa se espalhou e envolveu mulheres de outros municípios, criando a Organização de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina. Em 8 de março de 1984, em Nova Itaberaba, com o lema *Mulheres unidas jamais serão vencidas*, 500 mulheres realizaram um novo encontro e, dois anos depois, a organização passou a se chamar Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA), tendo como princípio ser um movimento autônomo, de classe, de base, democrático e popular (MMC, 2008; CINELLI, 2016; GASPARETO, 2017).

Influenciado pelos ideais da Teologia da Libertação, este período também foi marcado pela atuação de outros movimentos e organizações, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), sindicatos, associações, Movimento de Atingidos pelas Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outros. Articulando as lutas de gênero e classe, as ações e debates tinham como foco questões referentes ao cotidiano de opressões e exploração do trabalho, além dos impactos trazidos pela chamada “revolução verde” implementada no Brasil em meados dos anos 1960, tema este que retomaremos no *Capítulo 2* desta dissertação.

Segundo Jalil (2009), a partir de 1995, ano que marca a criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR)²⁰, o Movimento intensifica a reflexão sobre as consequências dos venenos, doenças e a liberação dos transgênicos. Nesse ano, reafirmando a opção pela construção de um projeto de desenvolvimento do campo, as mulheres realizam o *Encontro Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais*, fomentando discussões sobre a produção agroecológica, quando apontam a necessidade de resgatar a produção para o autossustento. Assim, foram desenvolvidas oficinas sobre produção agroecológica em dez regionais do estado de Santa Catarina.

Se nas duas décadas iniciais do Movimento, as mulheres organizadas reivindicavam o reconhecimento da profissão de agricultoras/trabalhadoras rurais, entre outros direitos, nos anos 2000, período que marca a consolidação do MMC Brasil e a entrada na Via Campesina²¹, os debates avançam com mais ênfase na construção de um novo modelo de agricultura capaz de enfrentar o neoliberalismo que se expandia no campo com a entrada, principalmente, das sementes transgênicas. Um marco nesse processo foi a realização da 8^o *Assembleia Estadual do MMC/SC*, em Concórdia (SC), em 2001, com o tema *O modelo de agricultura que queremos* e lema *Filhas da terra na construção de um projeto novo*, quando as mulheres se desafiam a recuperar, produzir e melhorar sementes crioulas de hortaliças (MMC/SC, 2008). Da 8^a Assembleia em diante, os temas e lemas²² propostos para as demais

²⁰ A articulação reúne mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), alguns sindicatos de trabalhadores rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). (JALIL, 2009).

²¹ O 3^o Congresso do MMA, realizado em Chapecó (SC), em 2003, com o tema *20 anos! MMA/SC na luta construindo o MMC do Brasil*, e a 9^a Assembleia – *MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil* –, realizada em novembro de 2004, em Itapiranga (SC), foram centrais na transição de Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina para Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Para um contexto mais detalhado sobre essa consolidação em um movimento nacional, sugerimos os estudos de Boni (2012) e Jalil (2009).

²² Para melhor elucidação, no *Apêndice* desta dissertação trazemos uma tabela com os temas e lemas de todas as assembleias estaduais organizadas pelo MMC em Santa Catarina.

edições passam a focar os debates em torno do novo modelo de agricultura que as mulheres propõem e constroem em seus cotidianos.

Em termos de organização, além das direções e coordenações, segundo Cinelli (2016), o MMC em Santa Catarina se organiza através de coletivos, sendo os principais: de lutas, formação, finanças, organização, comunicação e projeto de agricultura camponesa agroecológica. Ao todo, está articulado em 14 regionais que compõem um conjunto de municípios coordenados e acompanhados por camponesas que atuam como monitoras populares, que organizam os grupos de base, realizando a discussão política com as mulheres, construindo as ações públicas, oficinas (como as relacionadas aos quintais produtivos), fortalecendo as mulheres como sujeito feminista e agentes políticos locais, conforme aponta a documento final da *XIII Assembleia Estadual do MMC/SC*, realizada em novembro de 2017:

A práxis das mulheres do MMC é reafirmada e fundamentada nos valores da responsabilidade individual e coletiva; na ética; na disciplina; na construção de novas relações; no assumir as decisões coletivas; na solidariedade; no amor e continuidade da luta; no companheirismo; na valorização da mulher e de todos os seres humanos; na capacidade de indignar-se diante das injustiças, transformando nossa indignação em ação concreta de superação de nossos limites; na mística revolucionária feminista camponesa; no ressignificar a cultura camponesa, reafirmando o trabalho individual e coletivo, como forma de valorização do ser humano; na preservação, cuidado e proteção da natureza; na valorização das famílias camponesas do campo e da cidade; na luta pela igualdade respeitando as diferenças, como forma de fortalecimento do Movimento, tendo em vista a construção do projeto popular de sociedade e de nação (MMC/SC, 2017, s/p).

E é a partir desse acúmulo que as mulheres organizadas no MMC se lançam na construção do *feminismo camponês e popular* junto às demais organizações que compõem a CLOC-Via Campesina, enquanto um processo fundamental para a construção de alianças e articulações entre movimentos e experiências emancipatórias, como veremos no item a seguir.

1.4. Feminismo camponês e popular, uma construção coletiva

Nós somos camponesas, nós somos militantes, nós somos dirigentes, mas nós somos verdadeiras cientistas e nós, neste momento, com este acúmulo coletivo, queremos e podemos contribuir, inclusive, dentro das universidades, dentro de outros espaços. E eu queria desafiar aqui, a cada uma de vocês, nós precisamos pegar nas mãos todo esse nosso conhecimento coletivo e colocar a serviço da humanidade.

Justina Inês Cima, dirigente do MMC/SC, durante a XIII Assembleia Estadual do MMC/SC.

Figura 2 - Cenário da XIII Assembleia Estadual do MMC/SC



Foto: autora (2017)

A fala da camponesa e dirigente Justina Inês Cima, durante a *XIII Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina (MMC/SC)*, é representativa da disputa epistêmica-política protagonizada por movimentos e demais ações coletivas de resistência popular em tornos dos critérios hegemônicos de produção e legitimação de saberes. Ao proporem debates teóricos fundamentados em suas experiências concretas de lutas e resistências, elas não apenas retomam reivindicações históricas, como a valorização do trabalho e do conhecimento gerado pelas mulheres, como ressignificam o modo de ser, viver e produzir no campo, propondo novas relações entre seres humanos e destes com a natureza. Entre as articulações que nascem da busca pela libertação das mulheres e pela transformação da sociedade, temos o *feminismo camponês e popular*, conforme aponta Iridiane Seibert (2017), em artigo publicado na revista *Soberanía Alimentaria, Biodiversidad y Culturas*²³.

Nosotras decimos que no puede existir feminismo si no se plantea para la transformación de la sociedad. Nuestro feminismo habla de una nueva relación de los seres humanos con la naturaleza, que valora la agricultura campesina y cuestiona el proceso de explotación de la tierra, el acaparamiento de tierras y del agua, el extractivismo, es decir, cuestiona la concepción de la naturaleza como un espacio muerto y sin vida. Hay que comprender el proceso de producción de alimentos como una relación más armónica y también como espacio de vida en el que construir valores. Se trata de rescatar y de crear nuevas formas de vivir que se han perdido con la entrada del capitalismo (SEIBERT, 2017, s/p).

²³ Disponível em: <<http://www.soberaniaalimentaria.info/numeros-publicados/60-numero-29/454-feminismo-campesino-y-popular>>. Acesso em: 10 janeiro 2018.

Michela Calaça e Iridiane Seibert (2018, no prelo) apontam que, desde 2009, o MMC vem refletindo sobre como o feminismo começa a surgir no movimento, que elementos o compõe e que contribuições ele traz para a luta das camponesas. Um fator que contribuiu para o entendimento desse processo, apontam as autoras, foi a organização de três edições do *Seminário Internacional Feminismo Camponês e Popular*, realizado pelo próprio MMC, todos em Luziânia (GO). No artigo *Aproximações teórico/político entre a agroecologia e o feminismo camponês popular do MMC*, apresentado no 10º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA), as autoras trazem uma síntese das discussões das duas primeiras edições do seminário, realizadas em novembro de 2015 e março de 2016. Já os debates da terceira edição acompanhei pessoalmente, de 28 a 29 de setembro de 2017, durante as etapas de campo desta pesquisa.

Com o objetivo de resgatar a práxis feminista a partir da história de luta, formação e organização, Calaça e Seibert (2018) revelam que a primeira edição do seminário trouxe 14 trabalhos científicos divididos em três eixos: 1) Enfrentamento à violência contra a mulher; 2) Projeto de agricultura camponesa; e 3) Prática feminista do MMC. Desses trabalhos, afirmam as autoras, nove foram desenvolvidos pelas próprias camponesas, a partir do acesso ao ensino superior realizado nos últimos 15 anos, e cinco por pesquisadoras que estudaram o MMC.

Em relação ao primeiro eixo, os trabalhos trouxeram elementos sobre a gravidade da violência na vida das mulheres e como ela se rearticula na atualidade de forma ainda mais brutal. Apontou-se a necessidade de dar continuidade à luta feminista e camponesa, construindo caminhos de solidariedade e de denúncia a todas as formas de violência, opressão e discriminação contra as mulheres.

No segundo eixo, afirmam as autoras, as apresentações levantaram o tema da invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas na produção, apontando a divisão social do trabalho no campo, tema este que retomaremos no *Capítulo 2* a partir da experiência dos *quintais produtivos* e a importância de metodologias participativas com enfoque feminista, como as *cadernetas agroecológicas*. Outro ponto destacado por Calaça e Seibert (2018) é que, quando as mulheres não participam do processo de construção e efetivação das políticas públicas, estas não contribuem para a sua emancipação.

Em relação às práticas feministas do MMC, o seminário reafirmou a construção de um movimento autônomo, demonstrando que somente com essa luta e organização coletiva, participação política e busca pela autonomia é possível romper com os espaços de opressão e relações de dominação, tanto na família, como na comunidade e na sociedade como um todo. A partir desse conjunto, Calaça e Seibert (2018) afirmam que foi possível

perceber que as camponesas organizadas no Movimento constroem o *feminismo camponês e popular* a partir de três elementos: 1) a *luta de classes*; 2) a *luta feminista* pelos direitos e autonomia política das mulheres; e 3) a *luta por um projeto de agricultura camponesa e agroecológica*.

Já o segundo seminário, em 2016, possibilitou que as próprias camponesas expusessem elementos que, a partir de suas realidades, constituem o *feminismo camponês e popular*. Esses elementos, explicam, Calaça e Seibert (2018), foram sistematizados em dois eixos, sendo um referente ao modelo de agricultura camponesa baseado na agroecologia; e um segundo, vindo, sobretudo, das regiões Norte e Nordeste do país, sobre a necessidade de aprofundar a questão étnico-racial enquanto um elemento que precisa compor o *feminismo camponês e popular*, visto que essa condição determina muitas das violências sofridas pelas camponesas.

Que feminismo somos? Quais pontos nos identificam? Foram levantadas palavras que significava o feminismo do MMC. Coletividade, resistência, rebeldia, organização, autonomia, ancestralidade, unidade, luta, fortalecimento das mulheres, insistência, transformação da sociedade, soberania alimentar, agroecologia... O Feminismo Camponês e Popular não é algo único, é a junção de toda essa diversidade. Nisso, o segundo seminário foi muito provocador e como nos vemos como feministas? Houve um aprofundamento de classe. (CALAÇA; SEIBERT, 2018, no prelo)

No terceiro seminário, em 2017, todos esses debates foram retomados pelas militantes e dirigentes presentes, que também ressaltaram a importância de se reafirmar o termo *popular* enquanto um movimento de classe e de base, sendo radical no enfrentamento ao sistema patriarcal, capitalista e racista no campo. A partir de metodologias participativas, como os *círculos de cultura* propostos por Paulo Freire, novamente foram levantados os elementos que as identifica como feministas e camponesas.

Figura 3 – Um dos grupos de trabalho socializou as discussões sobre *feminismo camponês e popular* na linguagem musical

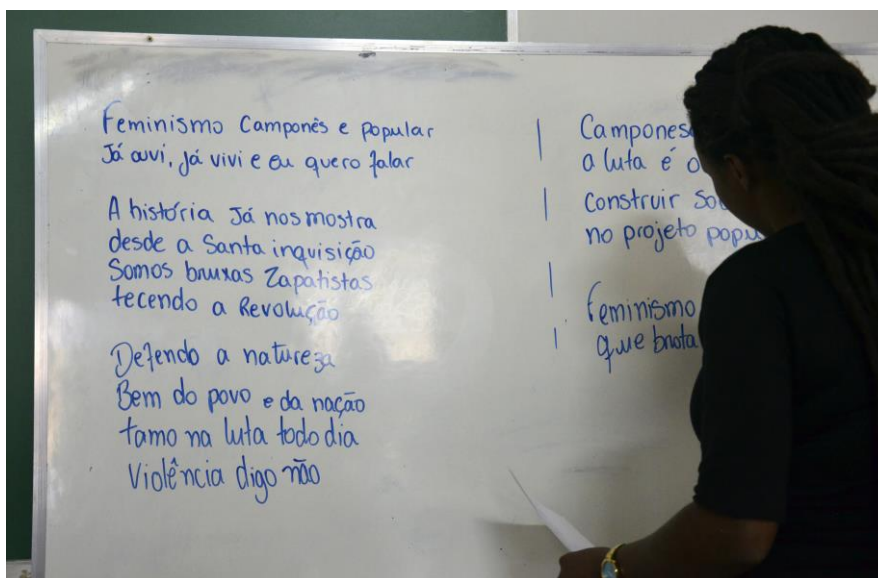


Foto: autora.

Enquanto uma síntese das três edições do seminário, as camponesas construíram os caminhos para se fortalecer o *feminismo camponês e popular* a partir de três pontos: a) *agroecologia* como um modo de vida²⁴, pela segurança e soberania alimentar, emancipação e libertação das mulheres; b) *luta das mulheres*, no sentido de fortalecer a mobilização e organização dos movimentos de mulheres no combate à violência e ao controle do corpo e da sexualidade feminina; c) *reconhecer-se como movimento feminista*, bem como sua contribuição no processo histórico de organização das mulheres contra o capitalismo, o patriarcado e o racismo.

Com relação a esse último ponto, durante as etapas de campo desta pesquisa, em uma das mesas de discussões da *XIII Assembleia do MMC/SC*, pude perceber a ênfase dada pelas dirigentes ao desafio de se desconstruir a falácia de que “feminismo é o contrário de machismo”. Por diversos momentos, as dirigentes buscaram esclarecer que machismo é um sistema de opressão, dominação e violência, enquanto o feminismo é a luta por direitos iguais, pela libertação das mulheres e pela transformação da sociedade.

Nesse sentido, ainda que não se autodeclarassem como feministas nas primeiras décadas do Movimento, as dirigentes afirmam a presença do feminismo no MMC desde o

24 A Via Campesina defende a agroecologia como “modo de vida que recupera todo lo que hemos perdido, una conexión con los saberes ancestrales, rescata los mercados locales, saberes de las comunidades, pone en discusión los precios, fomenta el intercambio y el trueque como modelo económico de una economía social y solidaria basada en la sustentabilidad, redistribución y reciprocidad”. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/agroecologia-como-modo-de-vida/>>. Acesso: 20 dezembro 2017.

momento em que a primeira mulher saiu de casa e, junto a outras camponesas, iniciaram as lutas por direitos, pela valorização como mulheres camponesas e por outras formas de relação de igualdade e dignidade. Apontaram, ainda, ao decidirem por uma organização autônoma de mulheres, os desafios enfrentados para superar o preconceito de que o feminismo e a luta das mulheres são divisores de classe, preconceito este que ainda perdura nos dias atuais (CINELLI, 2016).

Maria Ignez Silveira Paulilo (2016), que acompanha o MMC/SC em seus estudos desde a década de 1990, defende que não necessariamente foram as mulheres camponesas que demoraram para se aproximar do feminismo. Isso porque, conforme lembraram suas dirigentes, desde o início da auto-organização seus discursos e práticas políticas apresentavam uma base feminista. Em seu artigo *Que feminismo é esse que nasce da horta?*, a autora aponta a dificuldade do próprio feminismo, predominantemente urbano, em enxergar e incluir as mulheres camponesas e as particularidades de suas experiências. Outro ponto levantado pela autora é que, “enquanto o feminismo urbano afasta-se da ideia de classe social, o feminismo praticado pelo Movimento de Mulheres Camponesas considera esse conceito fundamental” (PAULILO, 2016, p. 306).

Em seu artigo *Feminismo(s) e o conceito de gênero: algumas contribuições teóricas para os debates nos movimentos sociais de mulheres camponesas*, Siomara Aparecida Marques (2017) aponta que o movimento feminista camponês, neste sentido, coloca para os estudos feministas questões e problemas que renovam criticamente seus conceitos e categorias – patriarcado, mulher, gênero, sexo, classe, raça, etnia etc. para explicar as diferentes realidades que vivem as mulheres do campo. Segundo a autora, é perceptível, no movimento feminista camponês, a prevalência do discurso sobre o patriarcado sobre as discussões de gênero. Analisar o poder sob a perspectiva das teorias do patriarcado, aponta a autora, “parece tornar ‘mais fácil’ a compreensão da opressão da mulher camponesa, já que analisam suas lutas e elaboram estratégias políticas com base no marxismo”.

Cinelli (2016), por sua vez, defende que as mulheres camponesas têm um jeito próprio de lutar e se organizar, sendo que é a realidade concreta, o cotidiano que as movem, e não as grandes teorias. “Para chegarem à teoria, com o trabalho e o cuidado que a elas foram delegados, elas mostram que esse não é menos importante, mas sim é o que garante o sustento de toda a família e a continuidade da vida” (CINELLI, 2016, p.98).

Lo importante para nosotras, en nuestro día a día es no tener acceso a las tierras, que no haya escuelas, no tener transporte, no tener acceso a la salud. Y es a partir de esta realidad que se construye el feminismo campesino. [...] No es una propuesta que

llega de fuera, de alguna pensadora intelectual o de una corriente de pensamiento determinada. Es una construcción nuestra, de las mujeres de base, desde abajo, señalando nuestras demandas y nuestras luchas de forma compartida. En este proceso se avanza cuando todas estamos de acuerdo con la comprensión de la necesidad de un feminismo con identidad propia (la campesina) y de la construcción colectiva (popular). Y así es como se asume formalmente en la CLOC, en el año 2015, el sentido del feminismo campesino y popular (SEIBERT, 2017, s/p).

Com os apontamentos das autoras, cabe aqui retomar as propostas epistemológicas do *standpoint theory* trazidas no item 1.2 deste capítulo, situando que todo sujeito do conhecimento vê e fala desde algum lugar e posição. Retomo, ainda, as colocações de Haraway (1995), para quem, quanto mais perspectivas parciais puderem ser reunidas, maior o aperfeiçoamento da produção de conhecimento, e maior será a possibilidade de se construir “conhecimento potente para a construção de mundos menos organizados por eixos de dominação” ou, nas palavras de Boaventura de Sousa Santos, “conhecimento prudente para uma vida decente”.

Nesse sentido, Calaça e Seibert (2018, no prelo) complementam que as mulheres camponesas

sintetizam suas lutas como uma luta classista, feminista, e pelo projeto de agricultura camponesa baseada na agroecologia, mas também percebem que, para a construção da agroecologia, é preciso demarcar a necessidade de reconhecer o papel que as mulheres desempenham na resistência ao modelo degradador, quando preservam sementes crioulas, quando mantêm sua produção no quintal sem veneno, quando preservam suas galinhas, porcos e bodes nativos, na preservação e multiplicação de seus conhecimentos e saberes, quando são as primeiras a perceber a importância da agroecologia como possibilidade concreta de fortalecimento do modo de vida camponês (CALAÇA; SEIBERT, 2018, no prelo).

A partir da demanda apontada pelas autoras - da agroecologia reconhecer as contribuições das mulheres, sendo este um processo que envolve conflitos e enfrentamentos, no próximo item, trago algumas reflexões sobre a construção da agroecologia, defendendo a importância do diálogo entre as teorias e práticas feministas e agroecológicas.

1.5. A perspectiva agroecológica: modo de vida, ciência, prática e movimento

Neste caminhar o MMC foi entendendo que a agroecologia é um modo de vida para o campo e para a cidade, associado ao projeto de agricultura e de sociedade que respeite todos os seres vivos proporcionando a continuidade da vida para as futuras gerações (MMC, 2017, p. 18).

Na caminhada de resistência e enfrentamento à lógica produtivista do capital, em meio às contradições vivenciadas, as mulheres camponesas aderem e constroem a

agroecologia enquanto *modo de vida* e ciência, e de propostas de alternativas de renda, de relações sociais, políticas e econômicas, sendo um princípio para as lutas emancipatórias em curso, conforme aponta a cartilha elaborada para preparar a *XIII Assembleia Estadual do MMC/SC*, através de encontros de mulheres nas comunidades rurais e urbanas:

Hoje uma das formas que esse sistema capitalista se apresenta é através do agronegócio tentando convencer as famílias do campo a produzir em grande escala, com tecnologias de ponta, aniquilando a cultura e o modo de vida camponesa, disseminando e propagando a agricultura convencional como única possibilidade de viver no campo. Enquanto MMC, propomos diferentes formas de produção de nosso auto sustento, elaboramos valores, práticas, saberes, construímos relações entre os seres humanos e destes com a natureza tendo como base os princípios que fundamentam a agroecologia. Resistimos como camponesas e também como mulheres. Lutamos contra a desigualdade entre homens e mulheres (MMC/SC, 2017, p.21).

Em outras publicações, o Movimento define a agroecologia enquanto “um princípio da agricultura camponesa que pensa a vida de forma integral” (MMC BRASIL, s/d, s/p), sendo, a partir do qual, possível resgatar o sentido da agricultura enquanto “a arte, a cultura de lidar com a terra”. A partir do *feminismo camponês e popular*, as mulheres camponesas assumem que optar por um *projeto popular de agricultura camponesa e agroecológica* significa incorporar um novo “modo de vida”, conforme aponta Justina Inês Cima, dirigente do MMC/SC, durante a *XIII Assembleia Estadual do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina*.

A agroecologia é um modo de vida, um projeto de sociedade, e ela precisa ser construída no campo e na cidade, porque a agroecologia vai para além, ela vai no sentido de construir novas relações entre os humanos, relações de igualdade, relações de respeito, relações de dignidade. Mas não só entre os humanos, entre as pessoas, também das pessoas com a nossa mãe-Terra, com a natureza, que é tratar os bens naturais, tratar a Terra como os nossos aliados, no sentido de promover a vida, promover a dignidade. Por isso que nós [...] com a nossa assembleia, que nós trabalhamos o nosso tema e o nosso lema, acreditamos que vamos, nesse momento tão preocupante da história do nosso país, ser a continuidade da esperança [...] da semente plantada [...] da luta e da colheita, daquilo que nós tanto fomos construindo nos nossos 34 anos de Movimento de Mulheres Camponesas.

Enquanto um *campo científico*, um *conjunto de práticas agrícolas* e um *movimento social*, a agroecologia vem sendo construída enquanto um processo que contempla não apenas aspectos tecnológicos ou agrônômicos de plantar e lidar com a terra e com os animais, como aponta para uma transformação das relações estabelecidas entre os seres humanos e desses com a natureza. Relações essas de cuidado, respeito e solidariedade que incorporam “dimensões mais amplas e complexas, que incluem tanto variáveis econômicas,

sociais e ambientais, como variáveis culturais, políticas e éticas da sustentabilidade” (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, p. 13).

A partir de uma abordagem sistêmica, Altieri (2012) e Caporal e Costabeber (2004) apresentam a agroecologia enquanto uma série de princípios e procedimentos que, aplicados de forma tecnológica, fomenta processos ecológicos de transição necessários à implementação de estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis. Os autores defendem que a unidade fundamental de observação são os agroecossistemas - uma complexa teia de relações que envolve todos os agentes naturais da prática agrícola e do ecossistema original, incluindo fauna e a flora, além do solo e da água, inclusive os microrganismos. Para se entender essas relações, portanto, é necessário analisar tanto os fenômenos ecológicos que ali ocorrem (bioquímicos, agronômicos), como “as interações entre os seres humanos, sua história e sua cultura” (SILIPRANDI, 2015, p. 88).

Sevilla Guzmán (apud SILIPRANDI, 2015), desde uma abordagem sociológica, defende que a agroecologia corresponde a um campo de estudos que, a partir do manejo ecológico dos recursos naturais, pretende reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, através de uma ação social coletiva, de caráter participativo e emancipatório. Essa organização comunitária e o protagonismo de agricultoras (es), camponesas (es) e indígenas são considerados centrais no pensamento agroecológico, basicamente, em três aspectos, conforme explica Siliprandi (2015, p.87):

(...) na construção de suas propostas técnicas, por conta da capacidade da agricultura camponesa de coevoluir respeitando os processos ecológicos; por sua premissa de que o desenvolvimento rural só poderá ser sustentável se for baseado no modo de produção camponês; e pelo reconhecimento da necessidade de promover o empoderamento desse grupo social, que foi marginalizado econômica, social, política e culturalmente ao longo da história da humanidade. As propostas agroecológicas têm, portanto, um caráter emancipatório, e os movimentos que se formaram em torno da agroecologia aproximaram-se politicamente das lutas por ecojustiça.

No Brasil, desde que o termo “agroecologia” começou a ser conhecido no final da década de 1980²⁵, a agroecologia vem se consolidando nos discursos e práticas de movimentos sociais do campo e demais entidades e organizações não-governamentais que buscam a construção de um novo paradigma de desenvolvimento rural, em contraposição ao modelo do agronegócio (SILIPRANDI, 2015). E é a partir desse caráter de luta emancipatória

²⁵ Siliprandi (2015), a partir dos estudos de Nizzi (2007), destaca que a publicação da tradução do livro *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*, de Miguel Altieri foi um dos fatores que contribuíram para popularização do termo.

que a agroecologia também se configura enquanto *movimento*, sendo estratégia de mobilização social e política em defesa dos bens comuns, de territórios e maneiras de ver e viver o mundo.

Isso pressupõe um modelo baseado em pequenas unidades de produção, descentralizadas, apoiadas em um profícuo diálogo de saberes entre os conhecimentos tradicionais e científicos, numa integração “virtuosa” dos seres humanos aos ambientes naturais onde estão inseridos. Não se trata de uma proposta apenas para a agricultura: inclui a construção de uma “sociedade sustentável”, em que muitas outras questões – como, por exemplo, o papel do mercado, do consumo responsável, da produção de conhecimentos – também deverão ser redefinidas (SILIPRANDI, 2015, p.142).

Com a proposta de intensificar e ampliar os espaços de intercâmbio de informações, conhecimentos e experiências, além de contribuir com a formulação de políticas públicas para o desenvolvimento rural, desde 2002, a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) se constrói enquanto um espaço de articulação e convergência entre movimentos, redes e organizações da sociedade civil engajadas em experiências concretas de promoção da agroecologia nos diferentes contextos do país. Também contribui com esse processo, a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), criada em 2004 com o objetivo de atuar no fortalecimento da agroecologia enquanto *ciência, prática e movimento*, ampliando o diálogo entre instituições de ensino, pesquisa e extensão, movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil envolvidas com as demandas da agricultura familiar.

Para a construção de novos paradigmas sustentáveis para o campo e para cidade, Elisabeth Cardoso e Vanessa Schottz (2009, 2015) afirmam que a sistematização de experiências localizadas nos mais distintos contextos e territórios do país tem sido uma prática comum adotada por entidades do campo agroecológico. Não raro, explicam as autoras, esse recurso metodológico é utilizado para o intercâmbio de saberes entre técnicos (as), agricultores (es) e ativistas, que passam a valorizar os conhecimentos camponeses como elementos dinamizadores dos processos de transformação social. As autoras, no entanto, alertam que, na maior parte das vezes, as sistematizações destacam a atuação da família ou do homem, sem questionar as relações sociais de poder vigentes, o que reforça a invisibilidade e a desvalorização do trabalho feminino. “Temas como divisão sexual do trabalho, planejamento produtivo, autonomia política e econômica das mulheres acabam, portanto, acabam não sendo abordados nas sistematizações” (CARDOSO; SCHOTTZ, 2009, p.12).

Aprofundando o diálogo entre feminismo e agroecologia, os grupos de trabalho (GTs) *Mulheres da ANA*, e *Gênero*, da ABA-Agroecologia, têm denunciado essas violências e

opressões vivenciadas pelas mulheres, assim como as contribuições que as mulheres trazem na construção de novos paradigmas para o campo. Defendendo a agroecologia como um projeto de vida, e não como um modelo de produção, o GT Gênero afirma que a teoria crítica feminista fortalece a luta das mulheres “enquanto sujeito político de direitos, que se materializa pelo direito à fala, à terra, à água, no acesso às políticas públicas e no processo de empoderamento das mulheres rurais”²⁶. Na mesma linha, o GT Mulheres da ANA busca incorporar o enfoque feminista nas instâncias organizativas da ANA e nos demais GTs da articulação, intervindo, ainda, nos espaços de formulação de políticas públicas buscando valorizar as experiências das mulheres” (CARDOSO; SCHOTTZ, 2009, 2015).

Entretanto, ainda que alguns avanços possam ser anunciados - como a definição de que 70% dos participantes das edições do Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) sejam agricultores e que, desse percentual, ao menos metade seja de mulheres – trata-se de um processo que (ainda) envolve conflitos e resistências. Exemplo disso podemos citar o *10º Congresso Brasileiro de Agroecologia (CBA)*, principal evento acadêmico do setor realizado pela ABA-Agroecologia e que, em 2017, aconteceu simultaneamente ao *6º Congresso Latino-americano de Agroecologia*, e ao *5º Seminário de Agroecologia do Distrito Federal e Entorno*, em Brasília (DF). Durante o painel *Memória da Agroecologia*, coordenado por Miguel Altieri, apenas homens compunham a mesa de debate, sem a representatividade de mulheres, da juventude, e dos povos camponeses, indígenas e quilombolas.

Como um manifesto de repúdio, e mostrando que a luta feminista deve ser travada todos os dias, e em todos os espaços, mulheres de distintas organizações, coletivos e movimentos sociais que participavam do CBA realizaram uma intervenção durante o painel, entrando no auditório com cartazes trazendo nomes de várias estudiosas e lutadoras da agroecologia – mulheres que estão vivas e que teriam a mesma legitimidade para realizar esse resgate da memória durante o painel, visto que, historicamente, a agroecologia vem sendo construída, principalmente, pela atuação das mulheres na luta pelos seus territórios e formas de existência.

Defendendo o lema *Sem feminismo não há agroecologia*, no dia seguinte ao painel, uma oficina com o tema *Memória das Mulheres na Agroecologia* foi coordenada pela pesquisadora Laetícia Jalil, do GT Gênero da ABA, trazendo nomes de diversas mulheres que contribuíram/têm contribuído com a construção da agroecologia, como Ana Maria

²⁶ Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/grupos-de-trabalho/genero/>>. Acesso em: 2 outubro 2017.

Primavesi²⁷, Elizabeth Teixeira²⁸, Margarida Maria Alves²⁹, Dona Dijé³⁰, entre outras. A oficina recordou, também, momentos históricos, como as cinco edições da Marcha das Margaridas³¹ e as oito edições da Marcha pela Vida das Mulheres e pela Agroecologia³², a formação de movimentos autônomos de mulheres e de setores e coletivos de gênero nos movimentos mistos, a conquista de políticas públicas voltada para as mulheres, como a linha de crédito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf Mulher)³³, em 2003, e na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER Mulheres)³⁴, em 2014.

Outro episódio que ilustra uma postura sexista dentro do movimento agroecológico é lembrado por Tait (2015, p. 58), envolvendo, dessa vez, Francisco Caporal, referência teórica sobre o tema no Brasil. Em uma troca de e-mails, o autor afirmou que a frase “sem feminismo não existe agroecologia” não se sustentaria, uma vez que as bases culturais (indígenas e camponesas) são historicamente patriarcais. Em resposta, um grupo

²⁷ Referência nos estudos sobre as ciências do solo, especialmente no seu manejo ecológico, Ana Maria Primavesi é engenheira agrônoma, nascida da Áustria em 1920 e naturalizada brasileira. Escreveu diversos livros, sendo *Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais*, lançado em 1979, sua maior referência.

²⁸ Uma das referências da luta pela terra no Brasil, Elizabeth Teixeira nasceu em 13 de fevereiro de 1925, em Sapé (PB), onde foi militante das Ligas Camponesas, ao lado de seu companheiro João Pedro Teixeira. Em trecho do clássico documentário *Cabra marcado para morrer* (1984), de Eduardo Coutinho, ela afirma que “a luta não para. Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos estudantes e de todos aqueles que são oprimidos e explorados”.

²⁹ Símbolo de resistência e luta contra a violência no campo, Margarida Maria Alves foi a primeira mulher a ocupar o cargo de presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, estado da Paraíba. Durante os 12 anos que esteve na presidência, lutou para que os trabalhadores do campo tivessem seus direitos respeitados, como carteira de trabalho assinada, jornada de trabalho de 8 horas diárias, férias e 13º salário. No dia 12 de agosto de 1983, na frente de sua casa, presença do marido e do filho de apenas dez anos de idade, Margarida foi brutalmente assassinada com um tiro de escopeta calibre 12 no rosto, disparado por um pistoleiro, a mando de fazendeiros. Margarida costumava dizer que era “melhor morrer na luta do que morrer de fome”.

³⁰ Dona Dijé é uma das fundadoras do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Segundo o Mapa da Região Ecológica dos Babaçuais dos estados do Piauí, Tocantins, Maranhão e Pará, o babaçu é fonte de renda para mais de 300 mil mulheres.

³¹ Realizada desde 2000 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (Contag), são algumas das reivindicações trazidas pela marcha temas como direito à alimentação saudável, reforma agrária, agroecologia, fim de todas as formas de violência e opressão contra as mulheres. A escolha do nome da marcha é uma homenagem à Margarida Maria Alves.

³² Organizada todo 8 de Março pelo Polo da Borborema - uma articulação de sindicatos rurais e organizações da agricultura familiar do agreste da Paraíba, em parceria com a AS-PTA Agricultura Familiar e Agroecologia, a marcha atua também como um espaço de reivindicação e protagonismo das mulheres rurais.

³³ Em vigor desde o Plano Safra 2003/2004, tem como objetivo reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária.

³⁴ ATER realizada por profissionais mulheres, para fortalecer a auto-organização de agricultoras familiares, ampliar e diversificar o cultivo e acessar alternativas de comercialização dos produtos.

formado por 60 mulheres de distintas organizações, movimentos e coletivos publicou uma carta³⁵ repudiando a postura de Caporal, e reafirmando a necessidade da agroecologia agregar os referenciais teóricos trazidos pelo feminismo, que permitem explicitar e combater as formas como a opressão de gênero se manifesta.

Assim, concordamos com você quando diz que as culturas indígenas e o campesinato historicamente têm sido patriarcais e machistas. A questão que se coloca é a seguinte: a agroecologia quer continuar cega a essa situação? Quer aceitá-la como normal? Seria possível transformar a realidade do ponto de vista do paradigma produtivo e ambiental, sem mudar essas relações entre os homens e mulheres? Sem considerar a desigual distribuição dos recursos produtivos, a desigual divisão sexual do trabalho, o não reconhecimento da contribuição que as mulheres trazem aos conhecimentos tradicionais sobre a gestão ambiental, dadas por suas práticas, marcadas pelas atribuições de gênero? Não reconhecer que as mulheres, por serem cerceadas em sua autonomia pessoal, são impedidas de participar como cidadãs de muitas das atividades concernentes ao desenvolvimento rural? Se a agroecologia quer ser coerente em seus propósitos de redesenhar os agroecossistemas levando em consideração todas as dimensões que você e [José Antônio] Costabeber explicitam em seus textos – incluindo a dimensão de gênero, como vocês citam inúmeras vezes – ela terá que ser feminista, sim.

Dessa forma, ainda que a perspectiva agroecológica tenha demonstrado potencial para que as mulheres conquistem mais autonomia nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política, Cardoso e Schottz (2009), Siliprandi (2015) e Calaça e Seibert (2018) afirmam que o trabalho com a agroecologia, por si só, não é suficiente para compreender, enfrentar e transformar as estruturas patriarcais-capitalistas-racistas que exploram, desvalorizam e invisibilizam o conhecimento e o trabalho realizado pelas mulheres do campo, das águas e das florestas. Para que seja uma teoria e um modelo para a ação emancipatória, Siliprandi (2015) defende que agroecologia deve se ocupar, teórica e praticamente, também do enfrentamento das questões da subordinação das mulheres camponesas. Isso implica colocar na agenda temas como a autonomia política e econômica das mulheres, a divisão sexual do trabalho, entre outros pontos levantados pelas mulheres. Implica, ainda, na construção de estratégias de empoderamento dessas mulheres, visando à criação de espaços em que elas possam discutir, refletir e apontar alternativas para transformação da realidade em que vivem.

Na experiência do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a perspectiva agroecológica tem contribuído com o fortalecimento dos *quintais produtivos* e com a construção do *feminismo camponês e popular* defendido no MMC, e nas demais organizações que compõem a CLOC-Via Campesina. Trata-se de um princípio para as lutas

³⁵ Disponível em: <<http://marchamulheres.wordpress.com/2013/12/20/carta-aberta-a-francisco-caporal-sem-feminismo-nao-ha-agroecologia>>. Acesso em: 26 setembro 2017.

emancipatórias, na construção de alianças e articulações entre movimentos e demais ações coletivas. Um processo que busca um diálogo de saberes revelando sentidos e direções da transformação social. E é a partir dessa perspectiva que, no próximo capítulo, nos propomos a refletir sobre como as mulheres camponesas, em suas práticas cotidianas nos *quintais produtivos agroecológicos*, vêm promovendo esses diálogos na construção de um projeto popular de agricultura camponesa, reivindicando seu protagonismo na produção de alimentos saudáveis, no resgate e multiplicação de sementes crioulas, na preservação da biodiversidade, ressaltando a importância da troca de saberes e experiências nesse processo.

[Capítulo 2]

Práticas feministas e camponesas e a sustentabilidade da vida

É preciso cada vez mais produzir de forma agroecológica, sem adubos químicos, sem sementes transgênicas, sem agrotóxicos. Produzir alimentos saudáveis é cuidar da vida e da natureza (MMC/SC, 2017, p.18)

A partir do papel fundamental das mulheres na produção de alimentos saudáveis, na recuperação e multiplicação de sementes crioulas e na preservação da biodiversidade, o objetivo deste capítulo será compreender os quintais produtivos agroecológicos enquanto um processo que questiona e, ao mesmo tempo, transforma visões, valores, saberes e práticas, proporcionando a geração de novos conhecimentos. Com a perspectiva feminista e agroecológica, buscarei compreender como as mulheres resistem ao modelo de agricultura industrial iniciado com a “revolução verde”, buscando, a partir da ressignificação da (agri)cultura camponesa, a valorização do saber e do trabalho por elas realizado. Acredito, assim, que a práxis cotidiana das mulheres camponesas faz nascer um conhecimento potente sobre a *sustentabilidade da vida*.

2.1. A “revolução verde” e a resistência das mulheres

A partir da segunda metade do século XX, com a falsa premissa de erradicar a fome, facilitar o trabalho pesado do campo, e gerar renda para as famílias camponesas, o projeto da modernidade intensifica a mecanização da agricultura em escala global, com base no sistema de latifúndios de terras, de monocultura de espécies e na alta dosagem de fertilizantes e agrotóxicos. Conhecido como “revolução verde”, este novo paradigma de inovações tecnológicas a serviço do capital, aponta Vandana Shiva (2002), colocou em movimento uma lógica industrial na agricultura que, violando a integridade de sistemas orgânicos interconectados e interdependentes, passou a entender o ar, a água, a terra, as plantas, os animais e os seres humanos como um enorme banco de recursos naturais a serem explorados segundo interesses econômicos de empresas transnacionais.

No Brasil, entre as estratégias utilizadas para garantir e implementar essa reestruturação do capital no campo, Conte, Daron e Martins (2009) destacam a criação de

instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER)³⁶ financiadas pelo Estado a serviço das agroindústrias, além do incentivo ao crédito rural condicionado à compra de insumos, máquinas e tecnologias agrícolas. Infraestruturas como hidrelétricas, ferrovias e estradas, além de pesquisas na área de biotecnologia, também passam a ser desenvolvidas com o incentivo do Estado em favorecimento dos complexos agroalimentares, dominando a cadeia produtiva agrária, determinando sua especialização e cada vez maior produtividade (JALIL, 2009).

Durante a “revolução verde”, o trabalho da extensão rural foi permanentemente marcado por um viés de gênero, assumindo um papel fundamental no processo de padronização da alimentação e de negação do papel produtivo que as mulheres historicamente desempenharam na agricultura (CONTE; DARON; MARTINS, 2009; SILIPRANDI, 2002). Com a perspectiva de “profissionalizar” e “modernizar” o meio rural, as autoras explicam que a extensão rural incentivava as mulheres a se organizarem em grupos, como “clubes de mães” e “grupos do lar”, os quais eram orientados, em sua maioria, para temas considerados “femininos”, como cursos de bordado, crochê, culinária, cuidados com as crianças etc. Incentivando a substituição de tradicionais hábitos alimentares camponeses, como o uso da manteiga e da banha de porco, pela margarina e óleo de soja, respectivamente, tratava-se de uma culinária baseada na homogeneização e na industrialização do alimento (derivados de leite, de soja, de milho), em um “processo de domesticação da mulher como ‘rainha do lar’”. Com isso, as funções de agradar e servir eram reforçadas, nas mulheres, tirando-lhes o papel central no trabalho considerado produtivo nas unidades de produção” (CONTE; DARON; MARTINS, 2009, p.90).

Embora as mulheres sempre tenham participado ativamente da produção de alimentos, e sobre elas recaíssem as consequências das mudanças ocorridas, Siliprandi (2002) observa que esse processo contribuiu para excluí-las dos espaços onde se tratava das questões tecnológicas e de financiamento da produção agrícola. Ou seja, ao chegar no campo, a extensão rural reforçava as desigualdades de gênero a partir da *divisão sexual do trabalho* que separa e hierarquiza o trabalho entre produtivo (assim considerado por ter valor monetário de troca) e reprodutivo (dos cuidados da casa, das pessoas), associando o primeiro à esfera pública e, o segundo, à privada. Com isso, reforçava-se a ideia do homem como o provedor da família e, portanto, o responsável pela negociação com o mundo público, enquanto que a casa

³⁶ Em Santa Catarina, o Serviço de Extensão Rural foi implantado em 1956, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC), atual Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado de Santa Catarina (Epagri) (LOHN, 2008).

- espaço privado - se apresenta como o lugar da mulher. As consequências desta chamada revolução são retomadas constantemente nas publicações do MMC, como podemos ver em sua cartilha para a preparação da 13ª. *Assembleia Estadual do MMC/SC (MMC/SC, 2017, p.11)*:

Neste período agrava-se a crise entre as famílias do campo. As mulheres cada vez mais perdem espaços, ou seja, a produção diversificada e o conhecimento prático construído histórico e culturalmente deixam de ter valor, sendo substituídos pelo conhecimento que vem das escolas técnicas, voltadas para a produção química. A Revolução Verde causou grandes impactos e alterou o modo de vida e produção camponesa, trazendo graves consequências, como endividamento em bancos, baixo preço da produção, corte de subsídios agrícolas.

Em nome da lógica produtivista do capital, a atividade primária da agricultura - antes voltada para a produção diversificada para o autossustento e a comercialização dos excedentes -, foi sendo substituída por um modelo de desenvolvimento enraizado nos monocultivos, na dependência de multinacionais de insumos agrícolas, além de formas de exploração do trabalho no campo, sobretudo do trabalho das mulheres. A exigência do foco em um tipo de criação que concentra a produção em suínos e aves e, mais recentemente, em monoculturas de pinus e eucaliptos, fez com que muitos dos alimentos que eram cultivados e criados para o autossustento passassem a ser adquiridos nos supermercados, conforme observa Boni (2012, p. 17-18).

Por exemplo, se um agricultor tem uma criação de frangos para a agroindústria, não pode criar a espécie caipira ou crioula, pois os frangos “industriais” são muito suscetíveis a doenças. E os frangos caipiras, como são criados soltos e com alimentação natural, têm resistência maior às doenças. Com isso, além de perderem uma fonte de proteínas mais saudável, a carne do frango criado solto, perdem também os ovos. A exigência em atingir uma cota de produção leiteira também diminuiu a produção dos derivados de leite para o consumo familiar. Muitas famílias que comercializam leite *in natura*, não produzem queijo para o consumo próprio.

Para Shiva (2002), a tendência tecnológica e econômica de substituir a diversidade pela homogeneidade na criação de animais, na agricultura, na silvicultura e na pesca está entre as principais ameaças à biodiversidade trazidas pela revolução verde. A autora aponta que, quando a produção passa a ser geração de valor em termos monetários, e se apresenta como desenvolvimento, substituindo cultivos tradicionais por monoculturas destinadas ao mercado, ela deixa de ser a obtenção de bens e serviços necessários à produção da vida. Mais que isso, destrói o potencial da natureza e das mulheres que, de criadoras e sustentadoras da vida, passam a ser reduzidas a “recursos” no modelo de *mau-*

desenvolvimento, fragmentado e contrário à vida. Um processo de exploração, desigualdade, injustiça e violência, sobretudo contra as mulheres do Sul global. Essas consequências foram apontadas por Adélia Schmitz, dirigente do MMC/SC na regional de Quilombo (SC), e uma das entrevistadas em nossos trabalhos de campo:

Historicamente são as mulheres que produzem o autossustento da família; e as mulheres são as cuidadoras das pessoas doentes, da alimentação de sua família, então elas querem uma alimentação saudável para suas famílias. Mas muitas mulheres camponesas hoje não estão mais fazendo isso. O sistema de integração leva elas a produzirem o monocultivo, seja de leite, de carne de frango ou suíno, que é muito forte na nossa região, e deixam de produzir [...] porque [o sistema] não lhes permite, porque elas ficam o dia inteiro no aviário, no chiqueiro, ou no trato das vacas. [...] O sistema não valoriza a pequena propriedade que produz uma comida digna. Nós, muitas vezes, somos taxadas de atrasadas porque nós não estamos dentro do sistema. Nós estamos à margem do sistema. E nós estamos fazendo o enfrentamento direto ao sistema, e isso incomoda eles. Então muitas vezes nós somos chamadas de burras, de atrasadas, de que não conseguimos evoluir com o sistema.

Tatiana Aparecida Balem e Paulo Roberto Silveira (2002) apontam que a “revolução verde” expropriava das(os) camponesas(es) a condição de decidir e agir sobre seu agroecossistema, com base em sua cultura, em seu conhecimento adquirido ao longo das gerações passadas, desvalorizando-as(os) enquanto detentoras(es) de um saber específico que as(os) diferenciam e as(os) capacita para fazer agricultura. A *cultura do agro*, afirmam os autores, deixa de ser fundamental para o fazer da (o) agricultora (a), bastando os padrões técnicos recomendados pelos diferentes agentes presentes no rural, desde a extensão rural pública até técnicos de empresas produtoras de insumos, todos imbuídos em transformar as práticas agrícolas.

Para Sebastião Pinheiro³⁷ (2018), trata-se de um processo que envolve a perda do sentido da palavra “agricultura” – entendida para além do cultivo, enquanto “uma cultura que tem uma espiritualidade, uma religiosidade, valores e a natureza associadas a ela”. Ao sair a cultura e entrar o negócio, ou seja, ao tornar-se “agronegócio”, há uma retirada de valores do modo de (re)produção camponês, como a entreajuda, a coletividade, a troca de saberes e práticas cultivados milenarmente. O resultado deste processo, aponta Balem e Silveira (2002), é amplamente conhecido em seus componentes econômicos (a expropriação da renda das

³⁷ Declarações obtidas na entrevista *Sebastião Pinheiro: ‘O agronegócio transformou-se em algo que não é mais agricultura’*, concedida pelo engenheiro ao Sul21, publicada em 8 de janeiro de 2018. Junto a outros pesquisadores gaúchos, Pinheiro foi um dos responsáveis pela pesquisa, divulgada em 1996, que avaliava a relação entre o índice de suicídio, o cultivo de fumo e os agrotóxicos, no município de Venâncio Aires (RS). Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/jornal/sebastiao-pinheiro-o-agronegocio-transformou-se-em-algo-que-nao-e-mais-agricultura>>. Acesso em: 12 janeiro 2018.

famílias agricultoras), social e política (exclusão das decisões e da própria atividade) e a dependência cultural.

Gaspareto (2017) explica que, em nome da “modernização” do campo, essa intensidade da imposição de uma lógica produtivista agroindustrial veio para negar as memórias e as experiências históricas de resistência das comunidades. Entretanto, como a realidade é contraditória, afirma a autora, as mulheres foram se dando conta e “enfrentaram as contradições vividas no campo. Criaram outras racionalidades, exercitaram outras sensibilidades, construíram outros saberes, outros horizontes” (GASPARETO, 2017, p.193). Saberes esses que forjam conquistas, denunciam injustiças e anunciam as possibilidades de novas relações sociais, econômicas e culturais.

Denunciando a mercantilização dos bens comuns e debatendo e praticando um novo modo de fazer agricultura, as mulheres camponesas organizadas no MMC resistem e mostram que têm alternativas para apresentar à sociedade, mesmo diante de um modelo que expropria famílias agricultoras de seus conhecimentos. Alternativas estas que, em tempos de *monoculturas da mente* e de *mau-desenvolvimento*, como nos coloca Shiva (2002), buscam ressignificar a (agri)cultura camponesa a partir dos princípios da agroecologia e do *feminismo camponês e popular*. Afinal, aponta Cinelli (2016, p.55), quando as mulheres decidem, coletivamente lutar, resgatar e ressignificar “o ser camponesa”, “são capazes de enfrentar os preconceitos da sociedade capitalista na agricultura, onde o latifundiário é que tem valor, e da sociedade patriarcal, onde o homem é considerado superior”.

Dessa forma, se as *monoculturas da mente* (SHIVA, 2002) e *do saber* (SANTOS, 2007) fazem a diversidade e as alternativas desaparecerem da percepção e, consequentemente, do mundo, “adotar a diversidade como uma forma de pensar, como um contexto de ação, permite o surgimento de muitas opções” (SHIVA, 2002, p.15). Entender e fortalecer os arredores da casa enquanto *quintais produtivos agroecológicos* é uma dessas ações de caráter emancipatório, de estratégia de mobilização em defesa dos bens comuns e de maneiras de ver e viver o mundo.

2.2. Quintais produtivos agroecológicos: produzindo grandezas

Esse é um trabalho riquíssimo e importante desenvolvido pelas mulheres que possibilita aprendizado às futuras gerações, para tanto o mesmo precisa ser valorizado pela sociedade (MMC, 2017, p.18).

No âmbito rural, as mulheres são as responsáveis pelos cuidados com a casa e familiares, trabalho este que também inclui a produção de alimentos para o autossustento realizada, sobretudo, nos quintais. Ainda que representem um trabalho fundamental para garantir a reprodução da vida no campo, essas atividades são tratadas como “serviço” ou “ajuda”, tendo um valor social menor em comparação com as tarefas consideradas masculinas (JALIL, 2009). Fruto de uma sociedade patriarcal e capitalista, essa *divisão sexual do trabalho* faz com que o “amplo leque de contribuições das mulheres, que desempenham diversas atividades reprodutivas e produtivas, agrícolas e não agrícolas, não seja reconhecido como trabalho, muito menos contabilizado como renda” (LOPES et al., 2015, p. 45).

Desde uma perspectiva feminista e agroecológica, os quintais produtivos têm demonstrado potencial de abrir espaços para que se questione essa invisibilidade e desvalorização do trabalho e produção das mulheres, que, antes chamada de “miudezas”, passa a ser as “grandezas” na perspectiva do *feminismo camponês e popular*. Trabalho este que vem permitindo a preservação de uma biodiversidade de plantas e de raças crioulas de animais, assim como de conhecimentos sobre preparo de alimentos, produção e uso de plantas medicinais, entre outros saberes, fazendo com que esse patrimônio não se perdesse com a difusão da “revolução verde” (SILIPRANDI, 2015). Para Nobre (2015, p. 26):

Valorizar las actividades consideradas femeninas implica también reconocer la capacitación de las mujeres que es naturalizada por haber sido aprendida en su socialización de género. Las mujeres agricultoras son profundas conocedoras en la selección de semillas, domesticación de especies, experimentos de combinación entre plantas que aseguran la calidad de la dieta familiar, la estabilidad del ecosistema y la biodiversidad. Ellas orientan la producción con criterios propios, por ejemplo, se prefieren la vaca que produce poca leche de modo que no sea necesario ordeñarla todos los días, el maíz que no tiene gusanos, el frijol que se cocina rápido. Estas prácticas convergen en la agroecología y la cualificación de las mujeres es en verdad un proceso de mejoramiento que pasa por favorecer el intercambio entre ellas de las semillas y de las técnicas de manejo.

Segundo Bernartt, Collet e Piovezana (2015), não há uma única forma ou regra uniformizada que defina os quintais produtivos agroecológicos, mas princípios a serem seguidos que se fundamentam na agroecologia e nas relações de igualdade de gênero. Diversificados como são as sementes crioulas, eles dependem, entre outros fatores, “do solo, clima, água, cultura, mão-de-obra disponível, do bioma enfim do ecossistema local, regional, da cultura dos sujeitos envolvidos”. Envolvem, segundo as autoras, “um esforço de integrar toda a biodiversidade como parte do universo”, sendo “espaços onde se ensina e aprende relações de igualdade entre todos os seres vivos” (BERNARTT; COLLET; PIOVEZANA 2015, s/p).

Em suas publicações, o MMC compreende os quintais produtivos como um complexo sistema que combina espaços de produção, geralmente nos arredores da casa, como horta, pomar, horto medicinal, jardins, reflorestamento para lenha, podendo envolver, ainda, a criação e reprodução de animais de pequeno porte (aves, caprinos, ovinos, porcos) (MMC, 2017; COLLET; CIMA, 2015). Também fazem parte as instalações como cisterna para captação de água da chuva, galpão, dispensa e demais estruturas necessárias tanto para o processamento e armazenamento da produção, como para guardar ferramentas e insumos (repelentes e fertilizantes orgânicos, sementes etc.), sendo essas estruturas planejadas e construídas estrategicamente no terreno próximo às residências (idem).

Por agregarem uma diversidade de plantas, como hortaliças, medicinais e aromáticas (chás e temperos), frutíferas e flores, os quintais representam parte importante do autossustento e da renda do grupo familiar, sendo que o manejo e o planejamento da produção são majoritariamente coordenados pelas mulheres, podendo ou não envolver o trabalho das(os) filhas(os) e/ou marido (MMC, 2017). Além da organização e separação do que é necessário para o autossustento, as mulheres também encaminham o excedente dos alimentos colhidos para a comercialização, troca por outros alimentos ou doação para familiares e vizinhas(os) – tema este que aprofundaremos mais adiante a partir da experiência das *cadernetas agroecológicas*.

Preservando e produzindo as “grandezas”, os quintais produtivos são espaços de estudos, observações e experimentações, “pois faz-se necessário entender o solo, as plantas, saber a época certa de plantar, acompanhar o desenvolvimento, a época de colher, bem como armazenar” (MMC/SC, 2017, p. 16). E se o agronegócio considera o solo somente como um suporte para as plantas, nos cultivos das camponesas, ele representa a garantia de alimentos saudáveis e diversificados. Daí a preocupação constante com sua fertilidade, requisito fundamental para a sustentabilidade dos agroecossistemas. Afinal, como aponta Ana Primavesi (2016), “solo sadio, planta sadia, ser humano sadio”. Uma reportagem da terceira edição da revista *Camponesa*, do MMC/SC, nos mostra essa conexão:

Diante da importância da alimentação para a saúde, faz-se necessário perguntar: Como é preparado o solo para o plantio de sementes? Quem produziu? De onde vem? Que qualidade tem as sementes? Os alimentos produzidos com adubos químicos e agrotóxicos têm seus nutrientes prejudicados, ao contrário dos alimentos produzidos de maneira agroecológica. Dessa forma uma alimentação saudável depende da forma como são cultivados (MMC/SC, 2015, p.04).

No artigo *Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa*³⁸, Zenaide Collet e Justina Cima, ambas camponesas do MMC/SC, apresentam os dados de uma pesquisa realizada por Pauletti e Bortoloni (2007) em relação à qualidade de alguns nutrientes da cenoura, da alface e do repolho produzidos pelo sistema agroecológico e convencional, sendo as amostras orgânicas coletadas junto à feira agroecológica do município de Concórdia (SC). Por julgar significativa essa diferença entre os cultivos, bem como saber da importância dessas informações, reproduzimos os resultados na tabela a seguir:

Tabela 1 - Comparação de nutrientes nos cultivos agroecológico e convencional

RESULTADOS OBTIDOS							
Análises	Alface		Cenoura		Repolho		Unidades
	Org.	Conv.	Org.	Conv.	Org.	Conv.	
Nitrogênio total	0,22	0,12	0,27	0,09	0,40	0,26	%
Sódio	14,86	19,58	7,50	150,98	6,99	17,24	mg.Kg ⁻¹
Lítio	309,45	135,45	112,12	130,99	121,39	39,88	
Potássio	208,05	11,06	134,94	10,38	139,91	8,16	

Fonte: PAULETTI, BERTOLINI, 2007 apud CIMA e COLLET, 2015, p. 47.

O solo enquanto um organismo vivo é tema constante nos estudos de Lourdes Bodaneze que, em seu quintal produtivo urbano, com cerca de dois mil metros quadrados, no município de Marema (SC), desenvolve uma série de técnicas como adubação verde (para adicionar matéria orgânica, reciclar nutrientes e fixar nitrogênio biologicamente no solo), adubação com esterco de animais; a cobertura com folhas secas e palhadas (para evitar o aquecimento excessivo do solo, protegendo da insolação direta); e a compostagem. Todo este material constitui a matéria orgânica que irá atuar como alimento para os microrganismos decompositores que vivificam o solo.

Lourdes, que também é educadora popular no MMC/SC, no qual se organiza há quase 30 anos, explica que é essencial falar sobre a importância desse “milagre da vida” que existe nos solos, dos “bichinhos” que ali convivem, uma vez que a “revolução verde”, interessada em vender seus insumos sintéticos, disseminou que era preciso “limpar o solo” antes de iniciar qualquer cultivo, o que acaba retirando dele todos os nutrientes, provocando seu esgotamento, erosão e enfraquecimento. Isso também se agravou com as frequentes aplicações de altas dosagens de fertilizantes, agrotóxicos e uso de sementes híbridas ou transgênicas (AMTR-SUL, 2008, p.53). Desse modo, recuperar e manter a qualidade do solo

³⁸ Ver nota 12 na página 25.

implica assumir todo esse cuidado com sua biodiversidade, e por isso é um dos temas que o MMC sempre aborda em suas publicações, oficinas e demais atividades de formação.

Outra técnica utilizada nos quintais das mulheres camponesas é o policultivo ou policultura, que consiste na combinação de uma variedade de espécies (como milho, feijão, mandioca, abóbora, tomate, etc.) em uma mesma área e ao mesmo tempo (PRIMAVESI, 2016). No quintal de Lourdes convivem diversas árvores frutíferas (banana, figo, laranja, limão, jabuticaba, carambola, romã, caqui, lichia, entre outras), além de cultivos consorciados em canteiros (cenoura, ervilha, feijão, pepino, tomate, fava, abóbora, moranga, milho, soja, alface, rúcula, amendoim, para citar alguns), cada qual cultivado segundo sua época de plantio.

Além de melhorar o solo, os policultivos também auxiliam no controle natural de pragas, ou para “viver bem” em equilíbrio “com os bichinhos”, no olhar de dona Lourdes. Ela conta que uma nova técnica de irrigação de morangos (manter uma camada de papel jornal acima do solo) fez com que ela não apenas gerasse renda, como refletisse sobre outras formas de cultivo em equilíbrio com a natureza, revelando a “teia da vida” que existe sobre e sob os solos.

Daí chovia e a água descia ali, e a plantinha ficava com gotejamento, bem cuidadinha, com sol na folha e com a raiz coberta. Comprei uma geladeira à vista pro meu filho só com [a venda de] moranguinho! Aí só deu dois anos e depois não deu mais, porque eu criei uma família de bichinhos debaixo do jornal [...] Aí tirei todo o jornal e comecei de outro jeito, até que eu pensei “poxa, primeiro eu vou alimentar eles [os bichinhos], né”. E um dia eu cheguei lá com essa história pro técnico. Aí eu plantava no contorno as mostardas, rabanetes, aveia, aí quando estava alto assim eu plantava o meu [alimento]. E aí que eu os bichinhos começamos a nos entender. E um dia meu filho veio me ver e me perguntou o que era aquilo, aquela maravilha de brócolis, tudo bonito, e no entorno tudo comido. [...] E eu disse, “isso é viver bem”, isso é saber todo mundo viver junto. Então quando todas as famílias fizerem assim, tem comida pra todos, pros bichinhos e também pra nós. Então eu comecei a perceber que a saída não era destruir tudo, e comecei a fazer calda, mas sempre em último caso, e vi que dava muito resultado, porque eu colhi muito nesse terreno.

Lourdes explica que o técnico mencionado por ela refere-se a um curso sobre Agroecologia que ela realizou através de uma parceria entre o MMC/SC e o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (Capa). Com um total de 14 etapas, sendo uma semana por mês, foi um dos primeiros realizados por ela sobre o tema, marcando o início da reestruturação de seu quintal.

Eu ia lá e quando eu voltava eu fazia as experiências. Se não dava certo, fazia de outro jeito e anotava também a experiência, foi passo a passo. E quando chegava lá

eu mostrava “olha, isso aqui não deu certo, e se fosse fazer assim?”. Para você ter uma ideia, eu fiz o Valdir [marido] trazer 14 feixes de rabo de burro. Isso dali [o quintal] era um cemitério de osso, sujeira, não tinha nada de matéria orgânica. E daí lá em cima tinha bastante capim rabo de burro. Daí naquele ano eu plantei batatinha e colhi um monte.

Esse cotidiano de experiências também se faz presente na vida Maria Leci Basso, moradora de Concórdia (SC) e que há mais de 20 anos participa do MMC/SC. Ela conta que busca sempre planejar seus cultivos com base no calendário *A influência da lua na agricultura*, publicado a cada edição no *Informativo do MMC/SC*³⁹. Baseado no calendário astronômico/agrícola da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica, o calendário aponta, em cada dia do mês, quais cultivos (frutos, folhas, raízes) têm seu plantio favorável em determinados horários, conforme podemos verificar na imagem a seguir:

Figura 4 - Calendário *A influência da lua na agricultura*

Informativo do Movimento de Mulheres Camponesas - SC 03

A INFLUÊNCIA DA LUA NA AGRICULTURA

MÊS JANEIRO

1 - CRESC. 12 - CHEIA 19 - MING. 27 - NOVA

DIA	DIA/SEMANA	PRODUTO
01	Domingo	Raiz
02	Segunda-feira	Raiz até 1h, flor até 14h, ---até 19h, após flor
03	Terça-feira	Flor até 1h, ---até 7h, flor até 22h, após folha
04	Quarta-feira	Folha
05	Quinta-feira	Folha
06	Sexta-feira	Folha até 17h, após fruto
07	Sábado	Fruto
08	Domingo	Fruto até 9h, após raiz
09	Segunda-feira	Raiz até 16h, após ---
10	Terça-feira	---até 16h, raiz até 19h, após flor
11	Quarta-feira	Flor
12	Quinta-feira	Flor até 17h, após folha
13	Sexta-feira	Folha
14	Sábado	Folha até 5h, após fruto
15	Domingo	Fruto até 7h, ---até 11h, após fruto
16	Segunda-feira	Fruto até 20h, após raiz
17	Terça-feira	Raiz até 3h, após ---
18	Quarta-feira	---até 3h, após raiz
19	Quinta-feira	Raiz
20	Sexta-feira	Raiz até 14h, após flor
21	Sábado	Flor
22	Domingo	Flor até 5h, após folha
23	Segunda-feira	Folha
24	Terça-feira	Folha até 17h, após fruto
25	Quarta-feira	Fruto
26	Quinta-feira	Fruto
27	Sexta-feira	Fruto até 3h, raiz até 15h, após ---
28	Sábado	---até 15, após raiz
29	Domingo	Raiz até 7h, flor até 18h, ---até 22h, após flor
30	Segunda-feira	Flor até 7h, ---até 11h, após flor
31	Terça-feira	Flor até 4h, após folha

A INFLUÊNCIA DA LUA NA AGRICULTURA

MÊS FEVEREIRO

1 - CRESC. 10 - CHEIA 18 - MING. 26 - NOVA

DIA	DIA/SEMANA	PRODUTO
01	Quarta-feira	Folha
02	Quinta-feira	Folha até 22h, após fruto
03	Sexta-feira	Fruto
04	Sábado	Fruto até 15h, após raiz
05	Domingo	Raiz
06	Segunda-feira	---
07	Terça-feira	Raiz até 3h, após flor
08	Quarta-feira	Flor
09	Quinta-feira	Flor até 3h, após folha
10	Sexta-feira	Folha até 11h, após ---
11	Sábado	---até 11h, raiz até 16h, ---até 20h, após fruto
12	Domingo	Fruto
13	Segunda-feira	Fruto até 6h, após raiz
14	Terça-feira	Raiz
15	Quarta-feira	Raiz
16	Quinta-feira	Raiz até 23h, após flor
17	Sexta-feira	Flor
18	Sábado	Flor até 13h, folha até 14h, flor até 22h, após folha
19	Domingo	Folha
20	Segunda-feira	Folha
21	Terça-feira	Fruto até 7h, raiz até 20, após fruto
22	Quarta-feira	Fruto
23	Quinta-feira	Fruto até 11h, após raiz
24	Sexta-feira	Raiz
25	Sábado	Raiz até 14h, após flor
26	Domingo	---
27	Segunda-feira	---até 15h, após folha
28	Terça-feira	Folha

Expediente

COMUNICAÇÃO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPOESAS - SC
Leticia Pereira e Danieli de Mello Pereira



Periodicamente bimestral
Tiragem: 1300 exemplares

Fotos: Arquivo MMC

Telefone: (49) 3322.2539
E-mail: aema@unochapeco.edu.br
Endereço: Rua Sete de Setembro, 2070-D
Bairro Presidente Médici - Caixa Postal: 670
CEP: 89806-150 - Chapecó/SC

Assinaturas:
Devem ser feitas com as dirigentes de cada município ou pelo endereço acima.

Valor da assinatura anual: R\$ 8,00

Impressão:
Gráfica ROTA - (49) 3323.3963 - Chapecó/SC

Fonte: Calendário astronômico/agrícola da Associação Brasileira de Agricultura Biodinâmica 2017.

Obs. Horário de Brasília sem considerar o horário de verão. Os dias desfavoráveis para plantio estão indicados por traço --- significa que são totalmente desfavoráveis para qualquer cultura. Esses dias são aproveitados para roçar, prolar, pois a redinha fica prejudicada. São considerados frutos, tomate, melão, feijão, pepino, etc. Folhas: alface, repolho, pastinaga, etc. Flores: couve-flor, brócolis, girassol, etc.

Fonte: Informativo do MMC/SC.

³⁹ No Capítulo 3 abordamos os materiais de pedagógicos e de comunicação do MMC/SC.

Maria Leci revela que o acesso ao calendário por meio do *Informativo do MMC/SC* contribuiu para que ela compreendesse algumas observações que estavam em curso em suas experiências em seu quintal produtivo, bem como modificar outras.

Antes a gente plantava feijão e não fazia vagem. Só vazia galho verde [...] e folha verde. A gente plantava no dia de folha, e não no dia de fruto. Eu já plantei e não colhi feijão, só fez folha. Se tu plantar feijão no dia da folha, não vai fazer fruto. Ele fica louco, só cresce e está sempre verde. E daí se eu planto no dia do fruto, ele vem, faz, perde tudo as folhas, e você vai lá e colhe. A gente já tinha notado que as vezes a gente plantava mandioca até meio dia, e a tarde você ia plantar, e em vez dela fazer raiz, ela fazia 10, 12 raizinhas, tudo fininha. E de manhã, se tu plantava, fazia 7 ou 8 raízes, tudo grossa e bonita. E a gente “mas como na mesma terra, se plantamos no mesmo dia?”. Mas era a hora que não era boa. E isso a gente já tinha percebido, mas até a gente ter o calendário, a gente não sabia. E daí depois do calendário a gente vai lá e planta. Então dá para perceber que faz toda diferença.

Outra técnica que Maria Leci aprimorou em seus cultivos foi a da produção de mudas de batata doce, ao visitar a unidade produtiva de outra camponesa do MMC/SC durante o curso *Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica*⁴⁰. Ela conta que esse intercâmbio de experiências a fez perceber que estava “plantando caruncho”, pois, durante a colheita das batatas, as que estavam boas ela levava para o seu consumo, e as ruins, “jogava para atrás” e deixava rebrotar.

Então [...] a gente plantava caruncho. E lá [no curso] a gente foi visitar a propriedade da Joana, [e vimos] que a gente pega as batatas e arranca, e aquelas que não têm nenhum caruncho, a gente lava, faz um carreiro e planta. Quando elas brotarem, a gente vai lá e mede dois dedos, com a tesoura corta a muda e planta. É uma muda sem caruncho e bem sadia. Daí você vai colher batata bem boa, nada nada estragada. E nada de juntar aquelas que a gente jogou para trás e que era puro caruncho. E até então era isso que eu tinha aprendido, na casa dos meus pais era assim. E isso é uma coisa que eu aprendi depois que eu entrei no movimento de mulheres e nesse curso de agroecologia.

Maria Leci conta que o cultivo consorciado de mandioca, iniciado há 15 anos, foi sua principal fonte de renda; e hoje, junto com sua filha, de 14 anos, tem como foco o trabalho com as plantas medicinais. Com orgulho, ela conta que chegou a plantar 2.500 pés de mandioca, os quais ela mesma, junto com seus outros dois filhos, colhia, limpava, descascava e comercializava. E foi graças a esse trabalho que seus filhos estudaram.

Eu plantava, eu descascava, eu entregava. As vezes vinham buscar também, e nunca sobrou um pé. E dessa mandioca eu engordava e vendia seis terneiros por ano. [...]

⁴⁰ Ver nota 12 na página 25.

as pessoas vinham em casa, e a gente matava e eles levavam. E eles saíam bem em conta porque eu aproveitava as cascas da mandioca e as pontas [para alimentá-los]. E na época eu tinha dois filhos que me ajudavam. E com o passar do tempo, um fez agropecuária e outro fez alimentos. E depois dos 18 [anos] eles foram trabalhar e daí começaram a dizer “ah, mãe, não precisa mais de tanta mandioca, porque a mãe trabalha demais”. E aí eu comecei com as plantas medicinais que dão menos trabalho. Mas ainda planto mil pés de mandioca e ainda vendo, tudo descascado. E tenho bastante plantas medicinais, que a procura é grande.

Assim como Lourdes, Maria Leci também revela os cuidados que têm com o solo, utilizando desde a adubação com “terra de mato” – “por já terem galhos, folhas, raízes em decomposição”, ela explica, assim como manejos ecológicos de pragas e doenças. Primavesi (2016) destaca que quando “os manejos agrícolas são realizados conforme as características locais do ambiente, alterando-as o mínimo possível, o potencial natural dos solos é aproveitado”. Exemplo disso temos na prática de Maria Leci:

[...] eu pego a cinza no fogão e vou ao redor do repolho e coloco ali um círculo, porque daí ali não passa nada de bicho que vem cortar, porque a cinza queima, ela é ácida. Você coloca ali ao redor e ela não faz mal pra planta e não deixa os bichinhos passarem, daí eles não vem cortar ela.

As experiências relatadas por Maria Leci e Lourdes, e por tantas outras camponesas que pude conhecer ao longo das etapas de campo desta pesquisa, revelam como ambientes ricos em biodiversidade são ecologicamente resilientes, estando aí um dos pilares das estratégias de sobrevivência e autonomia historicamente desenvolvidas pelos povos do campo, das águas e das florestas, em seus modos de produção/reprodução da vida (SILIPRANDI, 2015). Além disso, nos mostra como a agricultura camponesa, a partir da autonomia inventiva e do conhecimento experimental de seus sujeitos, desenvolve sistemas complexos de produção adaptados às condições locais (ALTIERI, 2012).

Na experiência do MMC/SC, desde seus quintais produtivos, a recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas têm sido uma das maiores contribuições das mulheres camponesas para a preservação da biodiversidade, produzindo alimentos livres de agrotóxicos e acessíveis à sociedade, contribuindo com a luta pela soberania alimentar dos povos.

2.3. Sementes crioulas e soberania alimentar

A produção e colheita das sementes crioulas para os bancos genéticos, garantindo a preservação das espécies, é historicamente uma das principais tarefas da agricultura camponesa, da qual as mulheres são protagonistas. A garantia das sementes crioulas

assegura autonomia e constitui herança da humanidade (GASPARETO; COLLET, 2013, p. 33).

Devido ao avanço das monoculturas agrícolas e à contaminação com as variedades transgênicas e híbridas, várias espécies de sementes e de raças crioulas de animais foram perdidas em uma tendência à homogeneização dos cultivos. Se, nos anos 1970, o Brasil produzia e consumia cerca de 35 tipos de grãos, na década passada esse número já havia reduzido para cinco - trigo, milho, soja, arroz e feijão (PINHEIRO, 2005 *apud* PULGA, 2014), o que demonstra o quão desconectado da biodiversidade estão nossos hábitos alimentares. Na contramão desse processo, a recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas têm sido uma das principais bandeiras de luta das mulheres camponesas. Indispensáveis para renovar, constantemente, a adaptação, a diversidade e a variabilidade das espécies, as sementes favorecem a resiliência dos cultivos às mudanças climáticas, contribuindo com a preservação da biodiversidade e a soberania alimentar dos povos.

Com foco nas contribuições das mulheres, e resgatando estudos de Stedile e Carvalho (2012), Collet e Cima (2015) recordam elementos da trajetória histórica do conceito de soberania alimentar para relacioná-lo às práticas das camponesas em seus quintais produtivos. Segundo as autoras, durante a Cúpula Mundial de Alimentação⁴¹, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em Roma, em 1996, a discussão em torno do conceito de *segurança alimentar* compreendia que as pessoas têm o direito ao alimento e que o Estado tem a obrigação de implementar políticas públicas que garantam o acesso.

Em um fórum paralelo à plenária da Cúpula, no entanto, as organizações camponesas, sobretudo as delegadas mulheres, avaliaram que a lógica do conceito ora em discussão estava de acordo com os interesses do sistema neoliberal e da Organização Mundial do Comércio (OMC), favorecendo as “grandes corporações de alimentos industrializados, sendo um grande e lucrativo negócio para as empresas transnacionais, do que combater a fome” (CIMA; COLLET, 2015, p.49). Ou seja, avaliaram que o problema não era apenas uma questão de distribuição do alimento e do acesso às populações empobrecidas, mas, principalmente, de soberania alimentar.

⁴¹ Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e Plano de Acção da Cimeira Mundial da Alimentação. Disponível em: < <http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.htm>>. Acesso em: 12 dezembro 2017.

Nos anos seguintes, os debates se intensificam no interior das organizações camponesas que, em 2007, em Mali, na África, definem, na Declaração de Nyéléni⁴², a soberania alimentar como o “direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo”. Adélia Schmitz, dirigente do MMC/SC e uma das entrevistadas em nossos trabalhos de campo, pontua essa disputa como a diferença entre ter acesso a alimento e produtos.

Então eu vejo com uma certa preocupação a maneira de produção hoje, embora já tenha muitas experiências agroecológicas já. E eu creio que o pessoal está se dando conta e que isso aumente a produção de uma alimentação saudável, porque hoje as pessoas se alimentam de produtos, que na verdade não poderíamos chamar de alimentos. Comem produtos para saciar a fome. E a fome eu posso saciar com pão e água, mas eu preciso me alimentar com as necessidades do meu organismo. E essas necessidades não são garantidas através de qualquer coisa que eu coma para matar a fome; porque eu tenho o direito de me sentir bem emocionalmente, economicamente. E a questão da alimentação é um direito básico de cada ser humano.

Enquanto uma ação estratégica alinhada à defesa da soberania alimentar dos povos, o MMC/SC desenvolve, desde o início dos anos 2000, o *Programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças*. O próprio processo de escolha de quais sementes recuperar – as de hortaliças, especificamente – já revela a singularidade das contribuições das mulheres a essa luta que, a nível mundial, se articula à campanha *Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade*, lançada na Via Campesina Internacional. Segundo uma das entrevistadas pelos estudos de Gaspareto (2017), a escolha pelas hortaliças tem um significado político-formativo porque expressa a resistência de luta das mulheres camponesas que, a partir de seus pequenos espaços de terra, de seus quintais produtivos, compreendidos como seus territórios, vão produzindo a diversidade de sementes. A escolha reafirmava, assim, um dos objetivos das mulheres organizadas no MMC, que é a produção de alimentos saudáveis e o reconhecimento do trabalho das mulheres, fortalecendo suas experiências como lutas de resistência.

O Movimento sempre fora criticado por não perder seu vínculo em relação “aos alimentos” tratados inicialmente como – “chazinhos”, “miudezas”, ditos como “coisas de mulher”. Entretanto, quando tais temáticas se traduzem em pautas da Via Campesina, espaço reconhecido pelo universo masculino, isso se torna importante. Nesses espaços, as mulheres também se fazem e ali também se afirmam na diferença (GASPARETO, 2017, p.118).

⁴² Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article327>>. Acesso em: 20 dezembro 2017.

Lourdes Bodaneze conta que, logo no início do Programa, as mulheres camponesas saíram em busca de tudo quanto era semente crioula que havia resistido ao pacote tecnológico da “revolução verde”. Um de seus achados, ela revela, foi uma variedade de alface denominada “denteada”, embalada em um lenço de pano, nas mãos de uma senhora de mais de 90 anos. E, segundo essa senhora revelou, a semente era cultivada desde sua mãe, o que nos traz um histórico de melhoramento genético e de resiliência de mais de um século.

Desde então, muitas espécies de hortaliças já foram e seguem sendo resgatadas, melhoradas e multiplicadas pelas mulheres organizadas no MMC em seus quintais produtivos. Lourdes, considerada uma “guardiã de sementes”, afirma que a comercialização das sementes crioulas, tanto em feiras como em seu próprio quintal, onde recebe grupos para intercâmbios de experiências⁴³, é, inclusive, uma de suas fontes de renda. Além das experiências em seu próprio quintal, a técnica de melhoramento envolve, também, um grupo de mulheres de sua região, com as quais ela compartilha conhecimentos sobre como cuidar, plantar, quando colher e como avaliar e escolher as plantas mais saudáveis, pois são dessas que as sementes serão retiradas para reprodução. São conhecimentos que ela começou a resgatar desde o lançamento do programa de sementes crioulas no MMC/SC, quando o Movimento decidiu sair em busca das sementes, “dos conhecimentos, das receitas, buscar valores dos antepassados que estavam perdidos”.

Lá [lançamento do programa de sementes] eu decidi largar a teologia, de estudar a bíblia, para estudar a natureza. E de lá para cá eu comecei a construir o meu conhecimento. Dificuldades eu tive muitas, porque, muitos anos sem escrever, e às vezes a gente não conseguia escrever direito. E daí foi crescendo, crescendo, de passo a passo. Primeiro a gente aprendeu como cuidar, plantar, colher. Depois a fazer reunião para ver o que deu errado. Depois [estudamos] alimentação, plantas medicinais, tudo isso pra depois a gente pensar na agroecologia.

Além do resgate das sementes, Gaspareto e Collet (2016) afirmam que o Programa permitiu o desenvolvimento de diferentes práticas, como a recuperação da fertilidade do solo, de plantas medicinais, frutíferas, flores e demais espécies; o resgate de raças crioulas de pequenos animais; o desenvolvimento de repelentes e biofertilizantes naturais - trabalho este que contribuiu na reorganização dos quintais produtivos agroecológicos.

Collet, Bernartt e Piovezana (2015) apontam que, à medida que as mulheres camponesas participavam do programa, elas começavam a repensar seus modos de vida na agricultura, levando, para o grupo familiar, a reflexão da importância da diversificação da

⁴³ No *Capítulo 3* desta dissertação abordarei os intercâmbios de experiências.

produção de autossustento, o que contribuiu para maior variedade e qualidade nutricional da dieta alimentar e, conseqüentemente, qualidade de vida. Sob essa perspectiva agroecológica - e não a proposta pela modernização agrícola - passam a sentir a necessidade de terem, em suas unidades de produção, uma área acessível para o plantio das sementes e dos alimentos para autossustento. Um processo que não se exime de conflitos no interior da família, uma vez que, na cultura patriarcal, a decisão sobre o uso da terra pertence ao proprietário/homem.

Nesse processo, complementam Cinelli (2012, 2015) e Gaspareto (2017), as mulheres redescobrem o valor de seu trabalho e de seus conhecimentos, debatendo a desigualdade de gênero, e construindo um modelo de agricultura camponesa, de bases agroecológica e feminista, dentro de uma visão mais ampla, e não apenas referindo-se à produção. A fala da dirigente Justina Inês Cima durante a *XIII Assembleia Estadual do MMC/SC* nos traz esse processo histórico das mulheres organizadas no MMC/SC:

Quando eu falo que nós fomos avançando nesse sentido da autonomia econômica é porque ao longo do tempo nós fomos percebendo que aquele trabalho das mulheres realizado lá na roça era chamado de miudezas, como uma coisa pequena, como uma coisa sem importância. E nós fomos descobrindo que esse trabalho é um trabalho fundamental, é um trabalho importante, um trabalho que garante bem estar, que garante saúde, que garante toda a parte do cuidado e por aí vai. Então, nesse sentido, fomos mostrando e construindo, nós mulheres fomos percebendo isso, mas também mostrando para a sociedade. E foi assim que fomos avançando aos poucos. Fizemos o nosso projeto das sementes crioulas e hortaliças, fomos aprendendo com as oficinas, com a saúde integral, com as nossas plantas medicinais e avançamos na criação dos pequenos animais. [...] E tendo toda essa formação política, técnica e ideológica, fomos avançando e nos entendendo como camponesas que produzem alimentos, que são guardiãs de sementes, que manipulam as plantas para serem remédios, e nós somos produtoras de ciência. Nós enfrentamos tudo aquilo que veio construído, pensado e estudado para nos oprimir, como são os agrotóxicos, os transgênicos, as sementes híbridas, e nós fomos avançando com o nosso conhecimento e provando que é possível produzir as nossas sementes, fazer os nossos remédios.

Neste sentido, outra experiência em curso no Movimento de Mulheres Camponesas que possibilita visibilizar e valorar o trabalho das mulheres na produção para o autossustento e renda são as *Cadernetas Agroecológicas*. Trata-se de uma metodologia político-pedagógica que busca visibilizar as contribuições que as mulheres trazem à construção da agroecologia.

2.4. Cadernetas agroecológicas e economia feminista: visibilizando grandezas

Criada a partir do *Programa de Formação Mulheres e Agroecologia*, realizado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA-ZM)⁴⁴, em parceria com o Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Gênero (NIEG), da Universidade Federal de Viçosa (UFV), a *caderneta agroecológica* teve suas origens em 2009, quando pensou-se, pela primeira vez, em um instrumento que possibilitasse as mulheres anotar o que cultivavam em seus quintais produtivos - o calendário agroecológico, que possuía duas colunas: consumiu/deu e vendeu/trocou. A partir do trabalho em redes, programas de formação e gestão de empreendimento para mulheres, em 2013, o CTA inicia outro projeto abrangendo as regiões Norte, Nordeste, Sul e Sudeste. De 2015 até o início de 2016, a *caderneta agroecológica* foi reeditada, tornando-se menor e mais leve, e com uma nova separação de categorias: consumiu, deu, trocou e vendeu, conforme figura a seguir:

Figura 5 - Caderneta Agroecológica

A imagem mostra uma caderneta agroecológica com uma tabela de registro. A tabela é organizada em colunas para registrar diferentes tipos de transações: Consumiu, Deu, Trocou e Vendeu. Cada categoria tem sub-colunas para 'Qtd' (quantidade) e 'R\$' (valor em reais). A tabela possui 10 linhas para anotações. No canto inferior esquerdo, há um logotipo com o texto 'Mulheres e Agroecologia em Rede' e uma ilustração de uma flor. No canto inferior direito, há uma frase motivacional: 'Anote seus produtos e valorize sua produção.' e uma pequena ilustração de uma mulher. O número '73' está no canto inferior direito da página.

Qtd	Consumiu	R\$	Qtd	Deu	R\$	Qtd	Trocou	R\$	Qtd	Vendeu	R\$

Em 2014, quando o programa sistematizou a produção de 64 agricultoras de 14 municípios da Zona da Mata Mineira, revelou-se que a maior parte da alimentação das famílias provém dos quintais, sendo que, em média, 70% de todos os produtos consumidos mensalmente são cultivados pelas mulheres” (LOPES *et al.*, 2015, p. 46). Foi possível, ainda, constatar que, muitas vezes, é justamente essa produção que mantém a agricultura familiar e

⁴⁴ Ver nota 8 na página 18.

campesina na atividade agrícola, evitando que se use o dinheiro obtido na comercialização do cultivo, na compra de alimentos necessários à subsistência das famílias. Em certos casos, verificou-se “que a contribuição econômica das mulheres ultrapassou a renda gerada pela venda do café, principal cultura comercial da região” (TELLES *et al.*, 2015, p.46).

Por meio de entrevistas semiestruturadas, visitas a campo e análises dos dados registrados, a equipe do programa pode compor um quadro revelador da efetiva contribuição das mulheres na gestão dos agroecossistemas. Além de uma rica diversidade biológica dos quintais produtivos, observa-se o emprego de um “conjunto de práticas agroecológicas, como cobertura morta, adubação orgânica, caldas caseiras, homeopatia aplicada à família e também à agricultura, uso responsável das fontes de energia e rotação de culturas” (idem).

A atual edição do projeto, denominado *Os quintais das mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil*, realizada em parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), e financiada pelo extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), tem como objetivo sistematizar a produção de 250 mulheres no país, entre 1 de março de 2017 e 28 de fevereiro de 2018, a partir de parcerias com outras organizações e movimentos sociais⁴⁵, como a regional Sul do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e a Rede Ecovida, ambas responsáveis por 50 cadernetas nos três estados que compõem a região.

Ainda que os dados da cadernetas estivessem em processo de sistematização durante a realização desta pesquisa, já foi possível perceber a importância das cadernetas para a luta das mulheres. Para Ivanete Mantelli, de Palma Sola (SC) e uma das dirigentes do MMC/SC, as cadernetas contribuem para revelar e valorar a diversidade da produção dos quintais, inclusive para as próprias mulheres, que “nunca tinham parado pra pensar o quanto elas produzem [...] e nunca se tocaram, em dinheiro, que, se fossem comprar isso, quanto custaria?”. Seu relato nos mostra uma série de atividades de produção e organização executadas pelas mulheres e que são essenciais à reprodução da vida no campo.

⁴⁵ Além do Movimento de Mulheres Camponesas da região Sul do Brasil, o CTA conta com a parceria de outras organizações do campo agroecológico e feminista para a realização do projeto nas diferentes regiões onde se propõe a sistematizar a produção das mulheres. São elas: Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (GT Mulheres da ANA), Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas, Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia (RMERA), Rede de Mulheres Produtoras do Nordeste (RMPNE), Grupo de Trabalho em Gênero e Agroecologia (GT Gênero e Agroecologia), da Associação Brasileira de Agroecologia (CBA).

Na agricultura eles chamam de “serviço”. A mulher faz o serviço. Mas ela não faz só serviço da casa, a comida, lava a roupa. Ela planta, ela produz [...] ela colhe, ela produz leite, comida caseira, ela faz o pão em casa, faz o macarrão caseiro, faz o queijo, cria o porco, faz o salame, o torresmo, a banha, ela faz a nata, a manteiga, é uma infinidade. Faz chimia⁴⁶, compota, conserva de tudo que é coisa, de pepino, de cebola, de hortaliça. Então é uma variedade imensa de coisas que ela produz, mas ela nunca tinha colocado no papel, nunca valorou, porque as coisas que produz em casa é o mesmo preço que a gente compra no mercado, com uma diferença: é muito mais saudável, porque produz sem veneno, porque é ela mesmo quem produz, com capricho, com higiene, ela sabe o que está comendo, mas nunca tinha feito essa pesquisa de valorizar, de somar, de botar preço, de saber quanto que tu tira por mês, quanto que vale a tua produção. [...] Então hoje elas estão vendo que o trabalho tem muito valor, que nunca foi dado o valor na verdade.

E continua:

[...] a gente fazendo os produtos de limpeza, a gente não gasta tanto porque a gente sabe o quanto custa, a gente economiza, a gente faz sabão caseiro, quiboa caseira, faz detergente caseiro, então não é só comida, a gente faz outras coisas caseiras. A gente cria ovelha, tem leite, tem o sebo que dá para fazer sabão. A gente carneia gado. Carne a gente não compra. A gente tem açude, tem peixe. E tem frango, tem gado e cria porco. Então carne nenhuma a gente compra, derivados de leite nenhum a gente compra, tudo a gente produz. Mandioca, batata doce, batatinha, cebola, alho, amendoim... Tudo, tudo a gente planta e colhe. E isso tem um valor. Se a gente for comprar, tem um valor, então tem que somar tudo o que a gente consome, o que doa, o que vende, o que troca.

Esse entendimento das cadernetas enquanto uma ferramenta que contribui para visibilizar o trabalho e a renda gerada pelas mulheres também foi identificado durante as etapas de campo desta pesquisa⁴⁷, quando acompanhei uma dinâmica de grupo em uma atividade de formação sobre os quintais produtivos e as cadernetas no Centro de Formação Maria Rosa, em Chapecó (SC), com a presença de camponesas dos três estados da região sul, tanto do MMC como da Rede Ecovida.

A caderneta nos ajuda a fazer o debate do quanto de trabalho tem nessa produção. Temos que tirar as mulheres dessa cultura do sacrifício, da doação, dar visibilidade ao valor do trabalho dessas mulheres e gerar renda. Senão vamos entrar num processo de depressão, recaídas, porque só se vê perdas. Então temos que ressignificar os quintais.

Então a gente está trazendo aquilo que a gente produz. E isso significa renda pra muitas famílias. Eu vejo a importância da gente anotar por isso e pra mostrar o trabalho das mulheres, pras mulheres mostrar “olha, isso tudo aqui que eu produzi,

⁴⁶ Semelhante à geleia de frutas, trata-se de uma iguaria bastante consumida na região Sul do Brasil. O termo chimia vem do alemão *schmier*, que significa “algo pastoso”.

⁴⁷ Conforme relatado na *Introdução* desta dissertação, o contato desta pesquisa com o projeto das Cadernetas Agroecológica aconteceu, especificamente, em três momentos: 1) em janeiro de 2017, na sede do MMC/SC em Chapecó (SC); 2) em maio de 2017, em Viçosa (MG), na sede do CTA-ZM, durante o Seminário Nacional de Pesquisadoras da Caderneta Agroecológica; e 3) em junho de 2017, em outra atividade de formação do MMC/SC, novamente em Chapecó (SC), sobre quintais produtivos e cadernetas agroecológicas.

se nós tivéssemos que comprar no mercado, nós precisaríamos desse valor”. Então é convencer a família que isso é importante.

A caderneta está mexendo com nós. De imediato eu percebi que a gente tinha que anotar.

Na avaliação de outra dirigente presente no encontro, a “cultura do serviço” tem outro componente que é a subordinação do campo à cidade, presente nas diversas situações em que muitas mulheres do campo se deparam nas suas vidas cotidianas. Em seu relato, ela destaca que foi a partir da organização no Movimento que ela pode entender o valor de seu trabalho e entender-se enquanto sujeito de sua própria história.

Uma vez uma amiga veio até em casa e eu tinha umas batatas lavadas descansando no sol, porque elas ficam mais doce quando estão no sol. E aí ela me disse se eu poderia dar algumas batatas pra ela. Eu disse “pode levar, mas o quilo custa tanto”. E ela me disse se eu não tinha vergonha de cobrar as batatas. E eu disse “não, não tenho vergonha, porque eu tive que arrumar a terra, eu tive que arrancar elas, limpar várias vezes para elas estarem prontas aqui. E aí se eu vou na sua loja e escolho uma blusa, e você vai me dizer que essa blusa custa tanto. Então eu vou te dizer você não tem vergonha de me cobrar essa blusa?”. E aí ela disse “sim, mas a blusa eu tive que comprar, eu tive que pagar”. E eu disse “a batata eu tive que plantar, tive que limpar”. E no final a gente se entendeu, ela disse que eu tinha razão de cobrar. Então a gente tem que fazer elas [mulheres urbanas] entenderem a nossa realidade. É diferente da dela, tem custo, e eu aprendi isso no Movimento.

Além de valorarem o trabalho das mulheres, as *cadernetas agroecológicas* revelam a existência de uma biodiversidade de cultivos nos quintais - biodiversidade essa que rompe com a homogeneização das dietas alimentares promovendo a soberania alimentar das famílias. Uma das camponesas presentes na atividade de formação revelou ter, em seu quintal, muitos produtos que ela não encontra nos mercados de sua cidade, como caxi, feijão arroz, feijão de corda, entre outros. Outra camponesa afirmou, ainda, ter somado R\$ 350 em seus produtos anotados na coluna do autoconsumo, sendo que o que mais lhe chamou a atenção foram todas as “diversidades” ali presentes. “Não tem nem comparação com os do mercado”. “Olha a quantidade de vida que a gente tem no sítio”. Outro relato também seguiu nessa linha, revelando que, de março a maio, ela contabilizou 18 cachos de banana maçã e que, quando transformados em valores monetários, representaram R\$ 1.080 em sua região. “Se eu não tivesse produzido eu não ia comprar, porque banana maçã é muito cara, eu compraria outro tipo. Então não é só o valor monetário, é a qualidade que tu come”.

Ao revelar que a produção dos quintais traz um potencial de geração de renda, a metodologia das cadernetas também busca incentivar as mulheres a comercializarem o excedente da produção, seja nas feiras, nos mercados locais, de porta em porta, ou no acesso a

políticas públicas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PNAE).

Em seu projeto popular de agricultura camponesa, o MMC defende que essa busca por novas formas de comercialização é um dos pontos essenciais para a construção de outros modos de vida no campo. Formas essas que tragam autonomia para as mulheres a partir do fortalecimento da produção agroecológica. Uma produção que mantenha o cuidado com a biodiversidade, que enfrente a lógica do capital no campo, sendo capaz de oferecer alimentos saudáveis, livres de venenos, como percebemos nas falas de Maria Leci Basso e Ivanete Mantelli, respectivamente:

Pra iniciar [a reestruturação do quintal] começamos com galinha caipira, porque quem tem aviário já não gosta nem que os vizinhos tenha. E ali a gente foi “aqui eu sou dona, aqui eu vou fazer, aqui é meu”, e o que é meu, é meu, não é do banco. A gente não é aquele do agronegócio, de querer bastante. A gente quer vida. E na minha propriedade e na de quem participa do movimento, a gente tem de tudo para comer né. A gente produz de tudo e o que sobra a gente vende.

Eu adoro plantar, eu me desestresso na terra, eu adoro ver as plantinhas crescendo e, muito mais ainda, ver a produção que você plantou, que você não passou veneno, e que você vai levar pra mesa, ou que você vai levar pra feira, e você sabe que as outras pessoas também vão comer uma comida saudável

As discussões sobre as *cadernetas agroecológicas* e o próprio entendimento dos arredores da casa como quintais produtivos também revelaram como trabalho e vida estão interconectados nas experiências das mulheres camponesas, já que é mediante o trabalho que se cria as condições adequadas para o desenvolvimento da vida. Além das relações monetárias, as *cadernetas agroecológicas* incorporam as contribuições da economia feminista, atrelando a dimensão do trabalho doméstico e de cuidados a um conceito de economia centrado na *sustentabilidade da vida* (CARRASCO, 2003), e não apenas em relações de mercado.

Renata Moreno (2014) explica que essa reconceitualização do trabalho enquanto conjunto das atividades necessárias para a produção do viver trata do aspecto central da *economia feminista*, que surge enquanto uma corrente de pensamento a partir da crítica à economia *mainstream*, que considera econômico apenas o que está na esfera mercantil.

A constituição das mulheres enquanto sujeitos políticos no enfrentamento ao neoliberalismo e, particularmente, a visibilidade das mulheres rurais como trabalhadoras, tornou pública a reivindicação de reconhecimento do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres como econômico e não como atribuição natural motivada pelo “amor materno”. Isso contribui para reconceitualizar o

trabalho, ampliando esse conceito para além do emprego e considerando a experiência das mulheres (MORENO, 2014, p. 36).

Para Seibert (2017) trata-se de valorizar o trabalho das mulheres não somente do âmbito produtivo, como também em seus saberes

que permiten cuidar y reproducir las semillas, por ejemplo, o conocer el uso de las hierbas y las plantas medicinales como formas alternativas de medicina integral, puestas a disposición del cuidado de la familia y de la comunidad. Es necesario valorar esto como parte importante del medio de vida e incluso como fuente de ingresos, pues dejar de comprar alimentos o medicamentos porque se producen en casa a veces supone más de lo que se consigue vendiendo. Por tanto, ese trabajo realizado por las mujeres también es un trabajo productivo, puesto que genera ganancias, genera riqueza. Estos cambios deben darse en el interior de los hogares, pero también hay que provocarlos en la comunidad (SEIBERT, 2017, s/p).

Essa recolocação do trabalho é, também, central na construção do *feminismo camponês e popular*, que busca romper com as relações patriarcais que colocam o homem como o “chefe da família”, sendo aquele que define as decisões, além de quem recebe e gestiona os recursos econômicos da família.

O feminismo camponês e popular significa muita coisa porque eu fui aprendendo no movimento de mulheres o sentido de você ter um jardim bonito, uma horta, os teus pequenos animais, as tuas galinhas, os teus gansos, os patos, os teus bichinhos de estimação, de você plantar, de você colher as coisas saudáveis e levar na mesa para tua família; a alegria de você saber que está comendo um alimento saudável e sem veneno e ver toda a sua família com saúde. É você ter poder de decisão, o poder de voz na família, ter poder de voz sobre o que plantar, o que colher, como usar o dinheiro, você se entrosar na família pensando no futuro, no que a gente vai produzir [...]. Então feminismo é você ter o poder de participar junto com o companheiro nas decisões da família [Ivanete Mantelli].

Pra mim é assim, eu vendo as minhas plantas, eu guardo o dinheiro, e se, que nem pra eu ir pro Rio de Janeiro, eu e minha filha, eu não tive que pedir pro meu marido, “olha, eu posso ir?” ou “você vai me dar dinheiro?”. “Ó, as mulheres me convidaram eu e minha filha, tem a passagem, temos a oportunidade, eu e minha filha vamos ir”. Mas eu tinha o dinheiro das minhas plantas. E já vendo e já vou guardando. [Maria Lessi Basso]

Desse modo, no desenvolvimento desta pesquisa, pude perceber que, além de representar uma ruptura com o paradigma convencional da produção agrícola, com base em monoculturas de espécies e alta dependência de insumos (agrotóxicos, fertilizantes e sementes transgênicas), a perspectiva agroecológica tem contribuído para avançar com os debates sobre o feminismo camponês. Debates estes que também questionam o fato de apenas as mulheres assumirem as tarefas de cuidados. Na cartilha para a preparação da 13ª. *Assembleia Estadual* podemos ver esse questionamento por parte do MMC/SC.

Muitos dizem para nós mulheres camponesas que o que resta é o espaço privado: a casa e arredores, os pequenos animais, a produção e preparação da alimentação, as tarefas que estão ligadas ao cuidado. Vejamos: será que o cuidado é tarefa só da mulher ou é tarefa de todos? O cuidado faz parte da vida. É próprio ao ser humano. Quando entendemos essas e outras situações impostas às mulheres, quando lutamos contra tudo isso podemos dizer que estamos construindo o feminismo camponês” (MMC/SC, 2017, p.25).

Superar a divisão sexual do trabalho no campo significa, portanto, romper com a hierarquia existente entre tarefas de homens e de mulheres, reconhecendo que a mesma resulta de construções sociais que buscam perpetuar o patriarcado na sociedade. Significa, ainda, defender que os homens também devem assumir essas tarefas dos cuidados com a casa e com as pessoas, no sentido de uma “universalização” da ética do cuidado (TAIT, 2014).

Desafios estes que revelam a necessidade da criação de espaços para que as mulheres possam discutir, refletir e apontar alternativas para transformação da realidade em que vivem (SILIPRANDI, 20015). Alternativas estas que, apoiadas na agroecologia e no feminismo camponês e popular, não consistem apenas em adoção de técnicas sustentáveis para a agricultura, como também instrumentos de transformação das relações estabelecidas entre seres humanos e entre estes e a natureza.

[Capítulo 3]

Estratégias de formação e socialização do conhecimento

Neste capítulo, a partir das estratégias de fortalecimento dos quintais produtivos, busco observar como os conhecimentos são compartilhados no e pelo Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina, trazendo experiências de formação político-pedagógicas e de comunicação emancipatórias. Tratam-se de metodologias participativas que buscam visibilizar o papel historicamente desempenhado pelas mulheres na produção diversificada de alimentos, mostrando a importância dos quintais enquanto espaços produtivos e de autonomia da mulher. Acreditamos, assim, que as atividades de formação e organização do Movimento, os intercâmbios de experiências, os momentos de mística, as páginas de suas publicações (cartilhas, revistas, informativos etc.) são, sobretudo, espaços onde elas se revelam como sujeitas da história, assumindo-se como construtoras de um novo modo de agir e de pensar a sociedade, o mundo e seus modos de vida. São oportunidades de criarem suas próprias narrativas, de tecerem um discurso, de (re)contarem, (re)conhecerem e cultivarem sua história. Uma construção de redes e saberes que se revela na auto-organização, na comunicação dialógica, na escuta sensível, na construção de sentidos e vínculos de afeto e confiança.

3.1. As “oficinas dos quintais” e o diálogo campo-cidade: formação e auto-organização das mulheres

Neste caminhar o MMC foi entendendo que a agroecologia é um modo de vida para o campo e para a cidade, associado ao projeto de agricultura e de sociedade que respeite todos os seres vivos proporcionando a continuidade da vida para as futuras gerações (MMC, 2017, p18)

Entendendo as mulheres camponesas enquanto sujeitos individuais e coletivos em constante processo de criação e recriação de seus saberes, de sua cultura, do mundo, as experiências de formação do MMC incentivam a prática da pesquisa, do estudo e da produção de conhecimento, a partir de ações organizativas que incorporam vivências concretas e a diversidade de suas lutas e resistências. Coletivamente, visualizam problemas comuns, questionam fatos, levantam dúvidas, percebem a ausência de direitos e se colocam em luta.

Da práxis cotidiana, um processo que cria, na avaliação de Gaspareto e Collet, (2013, p. 21) uma *pedagogia camponesa e feminista*.

Nesta pesquisa, evidenciou-se que fortalecer os *quintais produtivos agroecológicos* contribui como uma estratégia para avançar na formação e auto-organização das mulheres, ampliando as discussões sobre o modelo de agricultura camponesa que elas propõem e praticam em suas unidades de produção. Esse processo, que também busca ampliar o debate com a sociedade sobre a necessidade e as possibilidades de uma alimentação saudável e diversificada, fomentando o diálogo entre campo e cidade, é uma das contribuições trazidas pelo MMC, que também motiva as mulheres urbanas a produzirem alimentos em seus quintais.

Lourdes Bodaneze, entrevistada durante os trabalhos de campo da pesquisa, explica esse processo em construção no Movimento:

A gente começou a fazer uma avaliação sobre a necessidade de trabalhar as mulheres urbanas. É uma integração que a gente quer fazer com o povo que come nosso produto na cidade, com o que a gente produz. E até pra fazer com que as mulheres entendam melhor sobre a agroecologia, porque elas tem na cabeça aquilo de fazer canteirinho, tudo limpinho e tal. E aí a gente está mudando o jeito de trabalhar com elas pra elas entenderem que na natureza tem que ser tudo junto, que o quintal tem que ter de tudo, tem que ter frutas, tem que ter remédio, flores para as abelhas, tem que ter legumes, verduras, de tudo, animais de pequeno porte e tal, tudo dentro da harmonia, trabalhando tudo junto. [...] No resgate que a gente faz, a gente viu que antigamente não se falava "horta"; se falava pra um filho "vai lá no quintal pegar uma fruta", "vai lá no quintal pegar um tempero". Então dá pra ver que os nossos antepassados já plantavam tudo junto. Então esse foi o objetivo pra gente começar a trabalhar [os quintais]. E também pra começar a gerar mais renda, e pra fazer com que o povo entenda, pra que as urbanas entendam que a gente tem um objetivo, pra fazer com que elas se alimentem bem, com um alimento saudável.

Em Santa Catarina, além da metodologia das *cadernetas agroecológicas*⁴⁸, outro projeto que contribui com esse processo é o *Fortalecimento dos quintais produtivos e a autonomia das mulheres*. Entre 2017 e 2018, o projeto compreende a realização de três oficinas em 70 municípios catarinenses onde o Movimento se constrói, articulando temas como preparação dos solos, produção, melhoramento e colheita de sementes crioulas, cultivo e uso de plantas medicinais, produção de alimentos para autossustento e de renda, bem como a construção de novas relações de gênero. Além de uma equipe de três dirigentes camponesas atuando na coordenação, outras 30, aproximadamente, formam um grupo de monitoras populares com conhecimentos técnico e político-pedagógico, sendo responsáveis pela realização das atividades nos municípios.

⁴⁸ Este tema foi abordado no item 2.4 da dissertação.

Noemi Krefta, moradora de Palma Sola (SC), dirigente do MMC/SC uma das coordenadoras do projeto, destaca o potencial dos quintais para a organização das mulheres.

Quando essas mulheres saíram da roça e foram pra cidade, elas continuaram trabalhando o seu quintal, mesmo no espaço minúsculo, [então] isso pode ser utilizado como ferramenta de organização das mulheres. [...] Outra coisa é que as mulheres [do campo] começam a divulgar aquilo que elas produzem e começam a construir essa relação do ponto de vista da comercialização, do contato direto com as pessoas do meio urbano pra gente poder comercializar nossos produtos. A gente aprende a fazer a propaganda daquilo que a gente produz.

Ivanete Mantelli e Maria Leci Basso, entrevistadas durante a pesquisa, também relatam como as oficinas têm contribuído para compartilhar conhecimentos e engajar mais mulheres.

[as oficinas] antes eram das sementes, desde Curitibaanos [município catarinense], quando foi lançada a ideia da recuperação das sementes, de produção e recuperação. A gente aprendeu muito, porque às vezes a gente faz uma oficina na regional, então participam alguns municípios com algumas mulheres. E agora os projetos estão fazendo [as oficinas] nos municípios, então atinge muito mais mulheres, e mais mulheres que se engajam, que produzem sementes, fazem os repelentes, faz os remédios, as tinturas, as pomadas, então vai disseminando mais. [Ivanete Mantelli]

Muitas já participavam [do MMC], mas tinham várias novas. São mulheres da vila que estavam muito interessadas em aprender [...] porque elas gostam de cuidar da saúde, estão se cuidando. E daí elas viram ali que é um caminho. E eu levei umas 50 mudas de batata yacon. Mas aquilo foi espatifado. Eu levei bastante e todo mundo quis a batata yacon que é muito boa, ela é igual uma maçã pra você comer, pode comer crua, e é saudável. Mas, assim, queria que tu visse como elas se interessaram muito. [Maria Leci Basso]

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017), Santa Catarina tem 295 municípios e uma população estimada em 7 milhões, aproximadamente. Desses municípios, 56,3% (166) possuem até 10 mil habitantes, reunindo 11% da população do estado (769 mil). A partir desses dados, destacamos o alcance deste projeto protagonizado pelas mulheres camponesas ao levar a proposta do fortalecimento dos quintais produtivos, com a perspectiva feminista e agroecológica, para 25% dos municípios do estado. Uma vez que o projeto conta com recursos públicos, destacamos, ainda, a importância de se fortalecer e reivindicar, cada vez mais, políticas públicas voltadas às mulheres do campo, das águas e das florestas, sendo esta uma das bandeiras de luta do MMC na construção do *projeto popular de agricultura camponesa*, assim como de demais movimentos, coletivos e organizações do campo que assumem a perspectiva feminista em suas pautas.

Para o aprofundamento teórico dos temas abordados nas oficinas, antes de cada etapa, um encontro de formação com o grupo de monitoras é realizado no Centro de Formação Maria Rosa, em Chapecó (SC), sendo esta uma metodologia que propicia e valoriza momentos de troca de experiências e sementes, de diálogo de saberes e de renovação da luta camponesa e feminista. Ivanete fala sobre como se dá o processo metodológico no MMC:

Tem uma equipe que monta a pauta, faz o projetinho do que vai fazer naquela etapa. Então a gente faz um debate, cada uma leva plantas, explica como fazer um adubo, um composto, ou faz uma receita de repelente. Então cada etapa é um assunto, e os temas são muito bem escolhidos [pela equipe de coordenação] que se reúne e pensa junto, e quando uma equipe pensa junto, e sabe o que quer, pensa melhor, e programa melhor. Então a oficina rende né, ela vai ao encontro do que as mulheres querem. E elas querem é isso, querem saber as receitas, elas querem saber como planta, como colhe, que época colhe, como guardar, como armazenar semente. Então é uma coisa que elas se interessam muito, então elas participam. É um jeito de chamar as mulheres para o Movimento [Ivanete Mantelli]

Entre as ferramentas pedagógicas utilizadas no projeto, o *mapa da biodiversidade* tem como objetivo identificar e visibilizar o trabalho produtivo protagonizado pelas mulheres nos arredores da casa. Em um cartaz, as participantes são estimuladas a sistematizar cada espaço da unidade de produção e, em seguida, a socializar com o grupo. Ivanete, que atua como uma das monitoras do projeto, explica que:

[...] por ali, elas percebem quantas coisas elas produzem na sua propriedade e o valor desses produtos; a economia da casa quando deixam de gastar no mercado, além de comer produtos saudáveis sem veneno, gerando saúde para a família. [...] A maioria das [mulheres] urbanas do interior, das nossas pequenas cidades, elas vieram da roça, e elas têm o seu terreno. Então elas plantam árvores frutíferas, elas plantam os temperos, chás, o seu alface, o seu moranguinho, então é uma coisa que também tira as mulheres da depressão, de ficarem ali paradas, assistindo televisão. É uma coisa que desestressa, que deixa elas felizes. É uma atividade que elas fazem com amor, se distraem, então é uma coisa maravilhosa.

Noemi destaca, também, a importância dessa socialização entre as mulheres, pois, ao observar a sistematização do quintal de outra participante, muitas “vão observar tudo o que elas também têm em seu quintal e nem se deram conta”. De forma complementar ao mapa, é proposto para as mulheres realizarem, assim em que retornarem para suas unidades de produção, um “inventário” de toda biodiversidade dos quintais identificada durante a oficina.

Então, numa coluna, elas colocam o que tem de sementes, na outra o que tem de árvores frutíferas e nativas, na outra, as plantas medicinais, as flores. É pra elas enxergarem a diversidade presente na unidade de produção, para despertarem pra aquilo que tem um valor. [Noemi Krefta]

Buscando construir espaços de acolhida, vínculos afetivos e de confiança, as oficinas são também momentos em que as mulheres compartilham experiências, identificando o que há de comum entre elas, inclusive as opressões que vivem em seus cotidianos. Nesse processo, ao perceberem que os problemas enfrentados também atravessam as vidas de outras mulheres, abre-se um espaço para refletir que não se tratam de experiências individuais, mas um fenômeno social, expressão de um sistema patriarcal, capitalista e racista.

São abordados outros assuntos também, sobre a conjuntura política, direitos das mulheres, SUS [Sistema Único de Saúde], violência contra a mulher. É um espaço que elas conseguem falar o que sentem, como sua vida é, boa ou ruim. Elas se sentem mais à vontade para falar, porque a maioria das mulheres ficam caladas diante da violência sofrida, elas têm vergonha de expor a situação que vive. [Ivanete Mantelli]

Faria (2013), ao refletir sobre a formação como instrumento para a construção de uma abordagem antipatriarcal, recorda a importância dos grupos de reflexão, também denominados grupos de autoconsciência, desenvolvidos pelo feminismo dos anos 60 e 70, nos quais as mulheres, ao contarem suas experiências de vida, entendiam que suas vivências eram comuns, frutos de determinações sociais, e não problemas individuais. Uma metodologia que tem como princípios a articulação entre sujeito individual e sujeito coletivo a partir da análise crítica das experiências e que, no MMC, é potencializada pela mística que renova a luta camponesa e feminista, criando vínculos afetivos de confiança.

Nos relatos das camponesas, pude perceber como essa auto-organização das mulheres no MMC é fundamental para superar o isolamento e as barreiras que as impedem de participar dos espaços em suas comunidades e na sociedade. Este papel político e pedagógico do Movimento, explica Jahn (2013), pode ser entendido no sentido de fazer com que as mulheres, no ato de sair de casa, possam ver novos horizontes, outros mundos, outras pessoas e outras experiências, construindo novas práticas e novos olhares para além do espaço doméstico e de cuidados, assumindo um compromisso emancipatório, de resgate e ressignificação da identidade camponesa.

Não por acaso, em diferentes momentos da pesquisa ouvi as mulheres afirmarem que participar do MMC é como cursar uma “faculdade da vida”. Suas narrativas mostram como o Movimento é o espaço onde elas descobrem esse *ser mais*, aprendem a ser dirigente, liderança, construindo um coletivo que vai em busca de um sonho de uma transformação. Um processo de *aprender a fazer, fazendo* que, conforme aponta Paulo Freire (1977), revela-se no sentido da proposta pedagógica: possibilitar a realização do ato do conhecimento como descoberta da própria pessoa.

Comecei no MMC em 1991. Eu não pude estudar no tempo que eu era jovem. Aí depois que eu entrei no MMC eu comecei a perceber que eu deveria voltar a estudar. Então eu fiz faculdade, muitos cursos pelo movimento de mulheres, e hoje eu sou uma liderança no município, na regional e também no estado. [...] Participei de seminários, de palestras, de encontros. E toda vez que a gente faz algum encontro na regional a gente debate sobre alguma coisa, a gente troca experiências, e a gente vai aprendendo. Uma sabe uma receita e ensina pra outra como eliminar os bichinhos, que chá que usa, aí usa urina de vaca, usa as cinzas. Tudo coisa caseira, então uma ensina pra outra. É um conhecimento mútuo, uma ensina a outra, o que uma sabe, fala. [Ivanete Mantelli]

Eu estou muito feliz de ter tido a oportunidade de ter me integrado ao movimento [...]. Estou há 26 anos na liderança [...] e, para mim, o Movimento foi um espaço de formação, foi a faculdade que eu nunca pude fazer [...]. No Movimento eu me integrei, me achei, conheci países, trabalhei na maioria dos estados - foi um ou outro que eu não entrei. [Conheci] vários países da América Latina, e tudo pelo Movimento. Até pra Índia eu fui pelo Movimento. Fiquei três semanas no Fórum Social na Índia [...], fui em congresso no Chile, na Colômbia, em Buenos Aires, no Paraguai, e pra Brasília eu fiz mais de cem viagens nesses meses todos, então eu participei de muitos momentos bons que deram a conjuntura do mundo [...]. Na Índia eu tive a oportunidade de levar a prática da nossa produção das sementes crioulas e hortaliças, e lá tinha também muitas mulheres de outros países, que também tem práticas boas na agroecologia, então eu voltei da Índia muito entusiasmada de que o mundo, daqui a não sei quantos anos, vai ter outra cara, porque são muitas as experiências no mundo que querem o diferente para o planeta. São muitas as experiências. [Adélia Schmitz].

O Movimento proporcionou muitos cursos pra gente. Fizemos cursos com a ANA [Articulação Nacional de Agroecologia], no ENA [Encontro Nacional de Agroecologia], em Lages [cidade paranaense onde se localiza a Escola Latino Americana de Agroecologia - ELAA]. E nesse curso⁴⁹ de Porto Alegre a gente saiu para conhecer umas unidades de agroecologia. Nossa, quanta coisa boa a gente conheceu. E isso vai somando cada vez mais né. E o interessante da agroecologia é que o que soma não é só o valor que tu tem numa planta. Eu não sei direito como explicar, mas você começa a entender que o seu solo, a sua horta, é um ser vivo. Então começa a te dar aquele respeito por aquelas plantas, pelos bichinhos, e aí tu começa também a mudar o jeito de ver as coisas. E começa a crescer dentro de você uma segurança que tu nunca pensou que tu tem. [Lourdes Bodaneze]

Os relatos das camponesas nos remetem ao que a cartilha *Uma história de organização, lutas e conquistas* do MMC/SC afirma como ser tarefa do Movimento “implementar a escola de formação política para ampliar e qualificar muitas mulheres militantes” (MMC/SC, 2008, p. 41), compreendendo que essa formação se realiza nos cursos e programas, nas lutas, no trabalho de base nas comunidades rurais, enfim, onde o Movimento se constrói. Afinal, como defende o educador Paulo Freire, ensinar, para as mulheres

⁴⁹ Trata-se do curso A economia invisível das mulheres camponesas, que aconteceu em uma parceria entre MMC, Núcleo de Economia Alternativa, da Universidade do Rio Grande do Sul (NEA/UFRGS), e Fundação de Educação e Pesquisa da Região de Celeiro (FUNDEP), no ano de 2006. Realizado em três módulos, de uma semana cada, totalizando 140 horas, participaram 14 mulheres do MMC/RS, sete do MMC/SC, uma camponesa de Minas Gerais, outra do Mato Grosso do Sul, além de uma mulher do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA), além de cinco crianças.

camponesas, implica criar as possibilidades para a intervenção no mundo; ao passo que aprender é constatar o mundo a fim de construí-lo e recriá-lo, ou seja, agir para modificá-lo, o que não se faz sem lutas. Fortalecer os quintais produtivos, buscando a libertação das mulheres, e entendendo-as enquanto sujeitos na produção de conhecimento, sem dúvida, é uma dessas lutas.

3.2. Da troca de experiências entre quintais

Sem a visão difusionista comum ao modelo clássico de extensão rural, os *intercâmbios de experiências* entre os *quintais produtivos agroecológicos* são momentos que estimulam o diálogo de saberes a partir da realidade local e da história de vida de cada mulher camponesa. Seja recebendo grupos em sua própria unidade, seja visitando outro quintal, elas compartilham técnicas de manejo ecológico do solo, de controle de pragas e doenças, de consórcio de culturas, de produção e melhoramento de sementes crioulas, e vão além: socializam novas receitas de culinária, formas alternativas de tratamento de doenças, entre outros conhecimentos construídos na busca cotidiana por uma vida mais saudável e sustentável no campo.

Fundamentada na comunicação dialógica e horizontal de camponesa para camponesa, os intercâmbios atuam, nesse sentido, enquanto oportunidades de observar como o trabalho com a agroecologia se realiza na vida das mulheres, conectando experiência, teoria e prática, conforme aponta Noemi Krefta, dirigente do MMC/SC:

Então a gente busca olhar nessas unidades como funciona o trabalho. É um momento que elas trocam experiências, falam “viu, eu sabia que se eu fizesse desse outro jeito ia dar certo, e agora eu tenho certeza”. E tem também a questão de como saber consorciar a diversidade de plantas na produção. Então se convencem mais de que [a prática agroecológica] funciona.

Além de atuarem como uma ferramenta para expressão e troca de saberes, os intercâmbios são também uma estratégia de ampliação do espaço de atuação das mulheres, legitimando seu trabalho e conhecimento, e colocando-as em contato com outras redes de sociabilidade. São, ainda, oportunidades para a geração de renda, conforme percebemos nas falas de Mari Leci, de Concórdia, e Lourdes Bodaneze, de Marema (SC), respectivamente.

Tenho bastante plantas medicinais, que a procura é grande. [...] E quando elas [um grupo de 43 mulheres] vieram de ônibus, já veio o secretário da Saúde, e o grupo levou, só de ginseng, 60 mudas. E ele disse assim: “você já imaginou, daqui cinco anos, o que o município vai colher com todas essas plantas que elas levaram?” Vai

cair, vamos supor, as consultas, porque elas vão ter o anador, a dipirona em casa, tudo isso. Ele disse que é a longo prazo, mas que vai fazer toda a diferença. O secretário da saúde falou isso. [Maria Leci Basso]

É uma experiência muito importante. Já recebi até pessoas de fora do país, pessoas que nem você, estudantes, muitos agricultores que vem em busca de conhecimentos práticos, pessoas do MST, delegação do Moçambique, pessoas da França, da Espanha, Canadá. Sempre tenho minhas portas abertas pra quem vem aqui. Recebo estudantes dos movimentos. Já visitei outros quintais também. Em Porto Alegre visitei um lugar onde trabalhavam banana e açaí, e ali aprendi que a parte da bananeira [o tronco] é para picar e colocar nos canteiros. Lá parecia um paraíso. Tudo agroecológico. [Lourdes Bodaneze]

Em outro momento da entrevista, Maria Leci demonstra como seu quintal produtivo atua como um espaço de ensino-aprendizagem na rede pública de ensino em seu município, mostrando a importância do conhecimento sobre as plantas medicinais.

Agora vai vir uma professora com os alunos e [...] ela trabalhou com eles pra que que é bom a alfavaca cravo, que é bom pra gripe H1N1, o ginseng e a cúrcuma. E essas crianças já vão trazer dinheiro para comprar e levar [as mudas] pras mães. Mas antes a professora já trabalhou [ensinou] pra que que serve, porque se não eles vão pra casa e a mãe não sabe pra que que serve aquelas plantas. Ela trabalhou, eles vão vir comprar, e a mãe vai produzir. Então, quando eles vem, eu já sei que tenho que ter essas mudas porque eles vão comprar.

Além da geração de renda através da comercialização direta de mudas, sementes crioulas e demais produtos que beneficiam a partir de seus quintais, como compotas, conservas e medicamentos fitoterápicos (pomadas, tinturas de ervas medicinais etc.), há também a possibilidade das camponesas oferecem alimentação para o grupo e isso contribuir com a geração de renda, conforme aponta Lourdes:

Recebi vários grupos com a Epagri [Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina], de Erechim. Muitos grupos grandes. E cada um tem um interesse. Aí ofereço alimentação para os grupos também, e chamo minha família para fazer, e assim ela também ganha o dia dela, porque eu aprendi no movimento que o trabalho precisa ser reconhecido. E ela gosta. Então agora eu vou fazer essas parcerias. E faço tudo pelo bloco do produtor rural⁵⁰.

A partir da pesquisa, entendemos que os *intercâmbios de experiências*, quando realizados entre quintais protagonizados por mulheres, contribuem para o debate sobre a importância do fortalecimento do papel político das mulheres camponesas, abrindo espaços para que sejam reconhecidas como sujeitos na busca de uma mudança estrutural na sociedade. Dessa forma, os intercâmbios contribuem para problematizar o conceito de família centrado

⁵⁰Segundo a cartilha *Nenhuma trabalhadora rural sem documentos* (MMC, 2004), o bloco de notas de produtora rural é um dos documentos mais importantes para comprovar a profissão de trabalhadora rural.

no homem. Sobre esse tema, Lourdes Bodaneze lembra de seu incômodo quando visitou uma unidade produtiva e apenas o homem teve a palavra para explicar o trabalho ali realizado. “A mulher que plantou e era só o homem que explicava?”, questiona. Ela destaca a importância de organizações, movimentos populares e demais coletivos que são mistos também assumirem a perspectiva feminista, e não apenas a agroecológica.

Na contramão das *monoculturas da mente* (SHIVA, 2002) e do saber (SANTOS, 2007), nos quintais produtivos agroecológicos, cada semente, cada cultivo, são assimilados como símbolos de resistência, luta e libertação. Da invisibilidade e da desvalorização impostas pela cultura patriarcal no campo, as mulheres camponesas se “transformam em construtoras de conhecimentos, porque não dizer, cientistas de sua própria profissão” (GASPARETO, 2017, p.191). E, assim, cada quintal produtivo passa a se apresentar como um laboratório, um ambiente pedagógico de aprendizagem e de socialização de conhecimentos.

3.3. Construindo as próprias narrativas: materiais de formação e organização

Na busca por contribuir com a formação das camponesas, com a “leitura de mundo” da qual nos fala Paulo Freire, os processos de construção e socialização do conhecimento no MMC também são mediados por materiais de apoio político-pedagógico e de comunicação. Elaborados em diferentes formatos pelas próprias camponesas, por vezes em parceria com outras organizações e/ou movimentos, são materiais, como aponta Mário Kaplún, pesquisador argentino (1998), que facilitam a experiência de aprendizado; ou, se preferirmos, uma experiência mediada para o aprendizado.

Kaplún (1999, p.73) afirma que chega-se “ao pleno conhecimento de um conceito quando surge a oportunidade e, por sua vez, o compromisso de comunicá-lo a outros”. Desse modo, explica o autor, a construção do conhecimento e sua comunicação não são, como costumamos imaginar, duas etapas sucessivas através das quais primeiro o sujeito se apropria dele e depois o enuncia. São, assim, “o resultado de uma interação: alcança-se a organização e a clareza desse conhecimento ao convertê-lo em um produto comunicável e efetivamente comunicado”. Mas para que a(o) educanda(o) se sinta motivada(o) e estimulada(o) a empreender o esforço de entendimento que essa tarefa supõe, necessita interlocutoras(es) reais: escrever sabendo que vai ser lida(o), preparar suas comunicações com a expectativa que será ouvida(o). Afinal, defende Kaplún (1999, p. 74), “educar-se é envolver-se em um processo de múltiplos fluxos comunicativos”, em que educandos assumem-se cada vez mais como sujeitos de conhecimento e transformação.

Kaplún (1998) nos traz a concepção de uma comunicação dialógica, democrática e transformadora e que tem, também no diálogo participativo, sua principal ferramenta. Para o pesquisador, há uma concepção e uma prática comunicacional correspondente a cada tipo de educação. Kaplún (1998) parte, assim, de três conceitos de Educação: 1) a que enfatiza o conteúdo (bancária); 2) a que enfatiza os resultados (manipuladora); e 3) e a que enfatiza o processo (libertadora/transformadora). Em resumo, correspondem à: 1) transmissão de informação, 2) transmissão de informação e persuasão, e 3) comunicação (diálogo). Definir com qual conceito de comunicação se trabalha, portanto, equivale a mostrar em que tipo de sociedade se vive. Assim, teorias tradicionais – que entendem comunicação como transmissão de informações – equivalem a uma sociedade concebida a partir do poder, ao passo que na comunicação entendida como diálogo, tem-se uma comunidade democrática.

A exemplo do que nos coloca Kaplún, as cartilhas de formação elaboradas pelo MMC/SC para subsidiar os estudos nos grupos de base do Movimento partem dos princípios da educação popular, que tem como proposta o pensar coletivo e a problematização da realidade. Geralmente com poucas páginas (cerca de 30 a 50), em tamanho A5, a própria elaboração das cartilhas é fruto do diálogo entre as camponesas que tem mais afinidade com a temática a ser apresentada. Em suas páginas, sugerem uma metodologia para os encontros de formação, trazendo desde sugestões sobre como preparar o ambiente, - em círculo, com bandeira do MMC e símbolos do trabalho das mulheres (alimentos, sementes, artesanato), assim como trechos de músicas e poesias a serem lidos pelas participantes. Seu próprio conteúdo é apresentado em formato de diálogo, intercalando informações e perguntas geradoras a fim de estimular o debate entre as mulheres.

Ao longo de 2017, a cartilha utilizada pelo MMC/SC foi a de preparação da *XIII Assembleia Estadual*, que teve como tema *Feminismo Camponês*, e lema *Mulheres e Agroecologia no campo e na cidade*. Em suas 32 páginas, sugerem seis encontros de formação, sendo eles: 1) A história da agricultura; 2) Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina: 34 anos de lutas e conquistas; 3) Projeto de Agricultura para o MMC – Quintais Produtivos; 4) Nossas “fontes” são a história de lutas, a resistência dos povos e as mulheres lutadoras; 5) Feminismo Camponês e Popular para o MMC; e 6) Papel da direção e dos coletivos do MMC.

Figura 6 - Proposta do 3º encontro da Cartilha para o Trabalho de Base - Preparação para a XIII Assembleia do MMC/SC

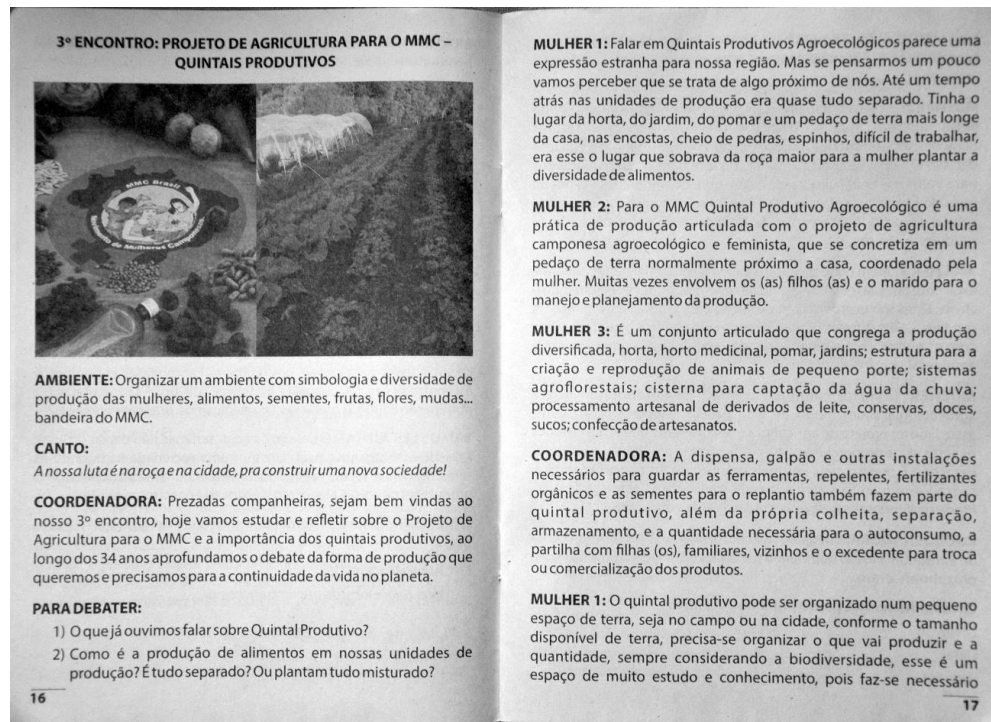
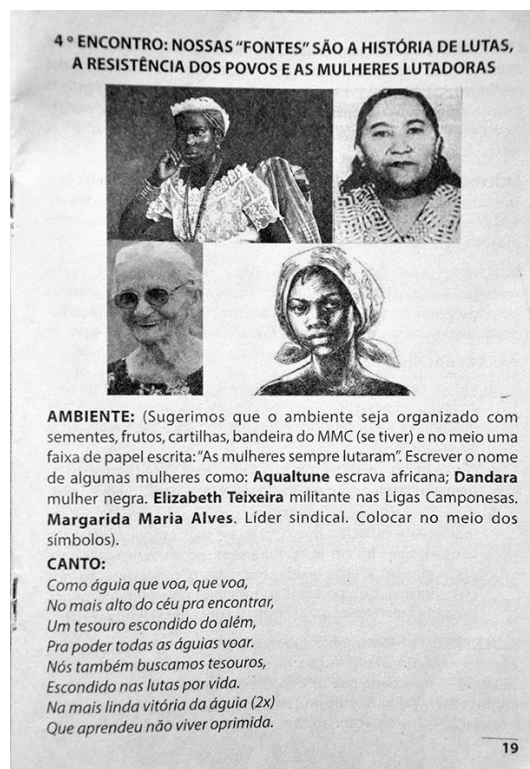


Figura 7 - Proposta do 4º encontro trazendo o protagonismo de Aqualtune, Dandara, Elizabeth Teixeira e Margarida Maria Alves.



Produzidos pelas camponesas desde 1993, o *Informativo do MMC/SC* tem periodicidade bimestral e tiragem de 1.300 exemplares, sendo R\$ 8,00 o valor da assinatura anual para custear seu envio por correios. Já nas atividades realizadas pelo MMC/SC, tanto na Escola de Formação em Chapecó (SC) como nos demais espaços, sua distribuição é gratuita. Com tamanho mais próximo do formato tabloide (25,7cm 34,6cm), suas seis páginas trazem uma análise de conjuntura política e econômica, o calendário *A influência da lua na agricultura*, experiências relacionadas à produção agroecológica; reportagens sobre eventos e atividades de formação que o MMC/SC participa ou organiza, além de temas relacionados a manejo agroecológico, de alimentação saudável, entre outras práticas de cuidados.

Noemi Krefta revela o processo de autogestão da elaboração do informativo.

Estamos trazendo dicas para os quintais, o que se planta naquele período, como fazer podas, os tipos de podas que são feitas, o cuidado com as sementes, a escolha do local. E a ideia é as mulheres começarem a trazer as experiências [...] a contar a história do seu quintal, o que ela produz, quanto ela produz. A gente, sempre na medida do possível, discute antes as matérias que vão entrar e a gente faz uma distribuição entre as dirigentes, quais vão escrever sobre determinado tema. Então são as próprias mulheres que escrevem, e por isso que a gente assina a matéria, porque a gente entende que quem escreve tem sua lógica de raciocínio, e por outro lado a gente entende o direito das pessoas terem a autoria daquilo que elas elaboram.

Figura 8 - Informativo do MMC/SC



Além de dicas sobre manejo ecológico, o informativo pretende trazer as experiências dos quintais das mulheres, sendo este um desafio atualmente, conforme nos coloca Noemi sobre o tema da sistematização de experiências.

Essa sempre foi uma questão das mulheres, e principalmente das camponesas da dificuldade de estar escrevendo sobre o que fazem. E a gente sabe que o conhecimento vai sendo passado de forma tradicional, e através da experimentação, daquilo que a mãe passa pra filha, mas tem muita coisa que acaba de perdendo se não está escrito. Então essa é uma das coisas que nós temos a avaliação de que precisa sistematizar isso, escrever sobre.

A importância desse aprofundamento e sistematização das experiências das mulheres em seus quintais produtivos, também, foi trazido pelas camponesas em uma das atividades de formação sobre as *Cadernetas Agroecológicas* que acompanhamos durante as etapas de campo, no Centro de Formação Maria Rosa, em Chapecó (SC). Na ocasião, as camponesas apontaram: 1) Fazer um histórico da unidade produtiva: como este quintal surgiu? Foi através da participação no Movimento? Há quanto tempo? 2) Desenhar o planejamento da produção: quantas pessoas estão envolvidas? Como é feito o planejamento desse quintal? O que se adquire de fora? 3) O que ele trouxe para a autoestima das mulheres? E para as novas relações de gênero? O que traz da perspectiva agroecológica? Esse aprofundamento é necessário, na avaliação das camponesas, para que todo este trabalho que envolve o protagonismo das mulheres seja visibilizado. Afinal, “a gente tem que contar em algum lugar pras próximas gerações saberem da nossa história”, enfatizou uma das camponesas presentes na dinâmica.

Ainda no âmbito das sistematizações, outra publicação que vem contribuindo para visibilizar o conhecimento produzido pelas mulheres é a revista Camponesa. Sem periodicidade regular, três edições foram publicadas (dezembro/2005, dezembro/2007 e novembro/2015), trazendo temas que conectam as pautas do Movimento à realidade concreta das mulheres no campo. Editada no tamanho 30 cm x 21 cm, tem distribuição gratuita e suas edições trazem tanto artigos elaborados por militantes do Movimento que socializam os acúmulos alcançados em suas pesquisas acadêmicas, como a sistematização de experiências de mulheres camponesas em seus quintais produtivos. Questionando o papel atribuído à ciência na sociedade atual, as mulheres camponesas entendem que a produção de conhecimento, assim como os bens naturais, deve estar a serviço da humanidade e não da geração de lucro.

Figura 9 - Páginas 14 e 15 da terceira edição da revista Camponesa

Experiências na Produção de Alimentos Saudáveis das camponesas da Regional de Concórdia

A regional de Concórdia compreende os municípios de Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá e Lindóia do Sul.

A regional tem um longo histórico de participação no Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, sempre defendeu causas referentes à conquista da terra, à alimentação natural, à biodiversidade, contra os transgênicos, sementes crioulas, cuidado com a água, contribuíram muito na campanha “Nem uma trabalhadora rural sem documentos”, na luta pela aposentadoria das mulheres agricultoras aos 55 anos e 60 para os homens, salário maternidade e obviamente à luta feminista.

Para Adelaide Frasnelli, do município de Concórdia, o MMC ajudou e continua ajudando as mulheres a serem mais independentes, a sabermos se defender. Em sua opinião “é cada vez mais forte a independência da mulher”, e isto tem a ver com a participação desta na vida comunitária e com o engajamento no MMC. Considera que mais mulheres deveriam participar, pois isso traz uma nova visão da vida, uma noção dos seus direitos e uma força para defendê-las.

A regional tem diversas experiências de produção orgânica, a seguir apresentaremos algumas:

• **Horta orgânica: Roseli Milan, Linha São Vicente, Irani - SC.**



“É um cantinho de terreno que tem lá do lado de casa, onde sempre foi jogado sabugo de milho e bagaço de cana, que apodreceu ali mesmo. Então pensamos porque não aproveitar essa terra boa fazendo uma pequena horta? Lavamos a terra para misturar bem, e fizemos um canteiro para as primeiras plantas que foram chicória, alface, rúcula, radiche, cenoura, rabanete, beterraba, chás e

temperos diversos. Em poucos dias estava verde nossa horta.

Ficamos muito felizes com o resultado, e é claro que sempre aplicamos o que aprendemos no Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), fazendo a combinação correta de plantas que dão certo. Agora dá um dó de cortar aqueles pezzos de salada, pois estão muito bonitos!”

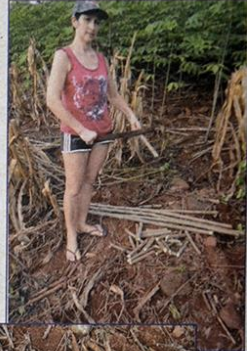


• **Produção orgânica e consorciada de mandioca: Maria Leci Basso, Linha Tamanduá, Concórdia - SC.**

Nossa primeiro vizinho ia todos os sábados fazer feira na cidade, foi assim que eu comecei a plantar mandioca para vender, no começo vendia só para ele. Com o passar dos anos comecei a fazer os meus próprios fregueses. Atualmente planto 2.500 pés de mandioca. Em primeiro lugar é feito o preparo das mudas, nos meses de abril e maio, guardamos as ramas em um monte e colocamos uma camada de ramos verdes em cima, como vassoura ou cana seca de milho ou terra para protegê-la dos efeitos do frio.

O plantio começa nos meses de setembro e outubro. Faça a correção da terra, plante em carreiras de 1,20m uma da outra em uma distância de 60cm entre os pés. Para ter um bom resultado é necessário capinar ao menos duas a três vezes antes da planta crescer muito. No mês de agosto capino novamente e planto milho entre as carreiras para aproveitar a terra.

A colheita começa em março e continua o ano todo até o mês de março do próximo ano. No início da colheita a produção é de 2k por pé e depois vai aumentando. Ela só para de crescer nos meses de junho e julho, quando ela perde toda a folha. Ao final da colheita chega a produzir até 3k por pé.





• **Produção Orgânica: Neri Amadei, Linha Cerro Agudo, Irani - SC.**





Há 25 anos moro com minha família neste local, faço parte da coordenação municipal do Movimento de Mulheres Camponesas - MMC. Somos seis na família e produzimos: alface, beterraba, cenoura, repolho, pepino e a famosa mandioca 15 minutos. Na nossa propriedade usamos adubação de vaca, ainda trabalhamos com gado de leite e criação de suínos.

Figura 10 - Páginas 16 e 17 da terceira edição da revista Camponesa

A EXPERIÊNCIA AGROECOLÓGICA NA PRODUÇÃO DE BATATA DOCE

A experiência que será descrita é da camponesa Joana Sebben, militante e dirigente do Movimento de Mulheres Camponesas desde 2003, técnica em agroecologia pelo Instituto Federal de São Miguel do Oeste. A partir do conhecimento adquirido no MMC e o amor pela terra, pelas sementes, pela biodiversidade que Joana tem organizado em sua unidade de produção, experiência agroecológica diversificada garantindo o auto sustento, a autonomia, geração de renda e a alimentação saudável. Joana vem da regional de São Miguel do Oeste. A Regional de São Miguel do Oeste composta por este município, além de Barra Bonita, Bandeirante, Paraíso, Tunápolis e Belmonte, ao longo de sua história vem construindo diversas experiências de produção agroecológica, hortos medicinais, oficinas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças, cuidado com a biodiversidade, a terra, a água, e o ambiente como um todo, pois entendemos a importância da construção do Projeto de Agricultura Camponesa Agroecológica, Feminista, Socialista, construindo novas relações no cuidado da vida das pessoas e do planeta.



A experiência apresentada será a produção de batata doce contada pela camponesa Joana:

“Tenho uma pequena unidade de produção de 10 hectares, desses, 3ha são para a produção diversificada, colhemos quase tudo para o nosso consumo, para a venda e geração de renda produzimos feijão, pipoca, arroz, legumes, verduras, frutas entre outros. Mas a nossa maior produção nesse ano de 2014 foi a batata doce, com a plantação de 0,9ha, comercializei em torno de 10 mil kg.

Temos duas variedades: batata amarela (ou cenoura) e a batata roxa (ou beterraba), plantei 60% da amarela e 40% da roxa, do resultado da produção já vendi toda a amarela e a metade da roxa.”

Produção das Mudas:



O cuidado no fazer as mudas é muito importante para ter resultado na colheita, os canteiros foram preparados no mês de julho, eliminamos as ervas daninhas, colocamos esterco curtido, calcário, pó de mármore. Removemos a terra para incorporar e deixa-la solta, fizemos os canteiros mais elevados e deixamos entre eles o

corredor para passar. Foi feito de 1,20m, de largura e 30 metros de comprimento, e com 3 fileiras de batatas. Organizamos uma estufa estilo túnel baixo coberta de plástico transparente. Escolhemos as batatas menores e as que estavam com boa aparência e sem sinal de doenças, lavamos as mesmas para observar melhor, isso é interessante para prevenir doenças, porque não usamos tratamento com produtos químicos, distribuímos nos canteiros uma batata a cada 10cm, cobrimos com em torno de 3cm de terra, usamos irrigação por gotejamento.

Transplante:



Quando a rama atingir 30cm mais ou menos, transplantamos na lavoura definitiva, não arrancar a rama, sempre cortar, não mexer na batata, deixar ela brotar de novo e quando crescer e medir 30cm cortamos outra vez, deixar crescer de novo, com isso se obtém mais mudas no mesmo canteiro, ajuda prevenir doenças, pois não leva terra do canteiro para a lavoura. Observamos as fazes da lua, é melhor depois da lua cheia porque as raízes devem ser plantadas em torno de 3 dias após a lua cheia. Controlamos as ervas daninhas, e quando não chovia irrigamos por aspersão. Na lavoura é importante sempre manter a terra solta com bastante matéria orgânica, palhada e cobertura do solo, plantamos com espaçamento de 70cm entre fileira, e 30cm entre os pés.

A colheita:



É feita manualmente, com enxada e cuidando para não cortar as batatas, após lavamos com cuidado, depois de limpas cortamos as pontas das raízes e fiapos mais compridas deixando-as limpas e lisas com boa aparência. Para lavar usamos o lava jato pequeno com baixa pressão em cima de uma mesa ripada feita com taquara, onde a terra que está grudada nas batatas cai pelas frestas com a água.



A partir dos trabalhos de campo e das pesquisas documental e bibliográfica, entendemos que esses materiais aprofundam os fundamentos teórico-epistêmicos e políticos da luta camponesa e feminista, apresentando-os desde as experiências de vida das mulheres camponesas em seus diferentes contextos. Integrada a outras dimensões como solidariedade, afetividade, partilha e socialização dos bens comuns, respeito às diferenças, o cuidado de si e do coletivo, suas narrativas questionam a racionalidade instrumental da ciência moderna e a lógica produtivista do capital, apontando para outra compreensão da (re)produção da vida no campo. Compreensão essa que traz elementos dos modos de vida camponês que as mulheres praticam e forjam no *projeto popular de agricultura camponesa e do feminismo camponês e popular*.

Ainda no campo das epistemologias, outro ponto que podemos destacar, a partir do levantamento bibliográfico, é que esses materiais são também fontes de pesquisa em teses e dissertações que trazem o MMC como sujeito coletivo, como é o caso desta pesquisa e de outras trazidas ao longo dessas páginas (PULGA DARON, 2003, 2014; GASPARETO, 2009, 2017; BONI, 2012; JALIL, 2009; CONTE, 2011; CINELLI, 2012, 2015; TAIT, 2014. Para as reflexões trazidas nesta pesquisa, foram fundamentais os acúmulos apresentados pelas mulheres camponesas na terceira edição da revista Camponesa (MMC, 2015); nas cartilhas *Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas* (AMTR-SUL, s/d); *Uma história de organização, lutas e conquistas* (MMC/SC, 2008); *Produção de plantas medicinais aromáticas* (MMC/SC, 2014); *Cartilha para trabalho de base – Preparação da XIII Assembleia do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina* (MMC/SC, 2017), além das 12 edições do Informativo do MMC/SC referentes aos anos 2016 e 2017) e de diversos outros folhetos relacionados a temas como agroecologia, alimentação saudável, relações de gênero e quintais produtivos.

Desse modo, diante da sociedade patriarcal que nega e oculta a trajetória histórica das mulheres, as publicações do MMC trazem o protagonismo de suas lutas coletivas, resgatando mulheres que ousaram e ainda ousam romper seus silêncios, conquistar seus espaços e compartilhar seus conhecimentos e experiências.

3.4. A mística

*Entrei na luta, da luta eu não fujo.
Pelos direitos, da luta eu não fujo.
Pela igualdade, da luta eu não fujo.
Pra construir uma nova sociedade.*

*A flor na terra desabrocha e floresce.
O sol aquece com seu brilho e esplendor.
Chegou o tempo de colher os nossos frutos
que juntas plantamos, regando com amor.
A mulher explorada da roça e da cidade
acredita sempre na sua força de união.
Se organiza reclamando seus direitos,
perde a vergonha, luta com fé e decisão.*

Letra e música: MMA/SC

Figura 11 - Mística durante atividade no Centro de Formação Maria Rosa



Foto: autora

Presente nas experiências de vida de cada mulher camponesa organizada no MMC, outro tema que tem centralidade nos processos de construção e socialização do conhecimento é a *mística*. Nas etapas de campo, foi possível verificar, sobretudo sentir, como elas participam e (re)criam o Movimento e seus quintais produtivos com seus corpos, mentes e sentimentos, renovando o espírito de luta e esperança que se constrói na práxis cotidiana, sendo esta uma resistência que é popular, feminista, camponesa e também revolucionária.

[...] a Mística do MMC encontra sua razão de ser no desejo de justiça e felicidade que nos anima na luta, no trabalho de base. A terra, a água, o fogo e ar são elementos que dão significados à mística da vida. [...] Como mulheres camponesas, lutadoras, militantes e dirigentes de nosso Movimento, na alegria, na confraternização, devemos nos entusiasmar pela vida, pelo feminino, pela natureza. A mística deverá nos levar a reconstituir uma cultura humana que acolhe, transforme

e cuide da vida e que, pouco a pouco vai se cristalizando na nova mulher lutadora. (MMC, 2018)

Para Pulga (2014), a mística libertadora e feminista vivenciada no MMC vem sendo construída e fundamentada na busca da reconstrução do ser humano, reintegrando sua relação consigo mesmo, com os demais seres e com a natureza. Em diálogo com a autora, Lourdes Bodaneze, em sua profunda perspectiva holística e integral da vida humana, defende que a mística tem o potencial de sensibilizar as pessoas, de proporcionar um movimento reflexivo durante as atividades de formação. Isso porque, como aponta Paulo Freire, ninguém conscientiza ninguém, mas em comunhão com a (o) outra (o), a partir de um processo de conhecimento e, para Lourdes, de sensibilização.

A mística é a peça principal, porque as vezes a mulher chega lá [na atividade de formação] com muita preocupação, não muito concentrada no curso. E a mística traz o sentido daquele momento, porque no MMC sempre se trabalha a mística dentro do tema que vai acontecer né. Então a mística te traz presente ali [...] A mística é pra você se emocionar, porque ninguém muda ninguém. A gente escuta que precisa conscientizar as pessoas. Ninguém muda a consciência se conscientizando. A gente precisa sensibilizar as pessoas. Você só vai conscientizar se você se sensibilizar com o que tu viu, do que tu tem que mudar. Tu tem que ir lá dentro, sentir lá, acreditar nisso e se sensibilizar. Agora conscientizar, a gente pode falar um ano com a pessoa, e não mudar nada. Ela vira as costas e vai pra casa. Então, pra mim, a mística é a peça principal para sensibilizar [...] E para você começar a mudar uma pessoa, um ser humano, tem que sensibilizar, e para ser sensibilizado, ele precisa ver o valor que tem, precisa ver o porquê está no mundo, o que é ser humano.

Para Conte e Jahn (2011, p.26), parafraseando Paulo Freire, quando se ressalta a busca pela emancipação e pelo protagonismo, entende-se que as mulheres do MMC almejam o *ser mais*, ou seja, a humanização, pois, ao descobrirem-se negadas e inferiorizadas, decidem não mais aceitar essa condição. Não se pode dizer, contudo, ressaltam as pesquisadoras, que em algum momento na história as mulheres tenham sido pacíficas, a ponto de aceitar a condição de ser menos que lhes foi imposta.

Dessa forma, a mística vivenciada no MMC busca valorizar as mulheres e o que elas fazem, transformando suas vidas, mostrando a elas um novo jeito de viver e ver a vida, e desafiando-as a romper barreiras, construir e transformar a história e suas vidas. Para Pulga (2014, p.152), “isso ganha um sentido profundo para o cotidiano de vida das mulheres camponesas, que se sentem valorizadas, reconhecidas, como parte de um coletivo, com força e coragem para enfrentar os desafios da vida”.

Exemplo disso pude vivenciar durante as etapas de campo desta pesquisa, principalmente durante a *XIII Assembleia Estadual do MMC/SC*. Na mística de abertura do

encontro, o protagonismo das mulheres na história da agricultura foi trazido pela camponesa Rosalina da Silva, que é benzedeira e líder comunitária no município de Chapecó (SC), sendo uma das referências do MMC/SC quando o assunto é plantas medicinais⁵¹. Em uma das cenas iniciais, Rosalina conta, para um grupo de crianças sentadas no palco, o papel histórico desempenhado pelas mulheres no desenvolvimento de técnicas de coleta, seleção, cultivo e armazenamento de sementes, na domesticação de pequenos animais, no conhecimento de plantas medicinais, assim como na descoberta de outras técnicas, como a confecção de cestas, tuias de madeira e vasos de cerâmica e de pedra. Em outro momento, diversas mulheres entram em cena carregando cestos e peneiras repletos de sementes, flores e alimentos, buscando revelar a força da agricultura camponesa praticada pelas mulheres, que desde seus quintais produtivos, resistem ao patriarcado e ao avanço do capital no campo.

Essa expressão pública da mística é um dos pontos mais importantes, na avaliação de Silva (2009), na reafirmação dos objetivos e no fortalecimento da militância. Compartilhada, envolvente e refletindo o assunto proposto para o encontro, são momentos de celebração e valorização dos saberes acumulados de tantas gerações, da herança camponesa, fruto de processos coletivos de construção do conhecimento.

Em outros momentos das etapas de campo, também pude vivenciar a mística enquanto vínculos de confiança que se tecem por meio de afetos e do fazer coletivo. Durante uma atividade de formação sobre os *quintais produtivos* e as *cadernetas agroecológicas*, uma dinâmica, proposta por uma jovem camponesa, se iniciou com todas nós em pé formando um círculo e com os braços entrecruzados. Em seguida, para cada uma de nós, ela entrega, um papel contendo o nome de uma semente. Ela, então, começa a pronunciar o nome de cada semente, sendo uma de cada vez, pois, ao escutamos o nome da semente correspondente ao nosso papel, temos que levantar os dois pés do chão, o que só é possível graças ao entrelaçamento de braços e ao fato das camponesas ao lado corresponderem a outros tipos de sementes. Assim, a dinâmica fazia com que cada uma de nós fôssemos percebendo a importância da companheira ao lado. Como havia uma diversidade de sementes, no início da dinâmica muitas conseguiram se apoiar umas nas outras e levantar os pés. No entanto, em determinado momento, a jovem camponesa pronuncia “soja” e diversas mulheres tentam levantar os pés ao mesmo tempo. Muitas, porém, não conseguem, pois a companheira ao lado também buscava o mesmo apoio.

⁵¹ Rosalina é uma das camponesas que contam suas histórias de vida no documentário “Mulheres da Terra”, da Plural Filmes.

Além de trazer um clima de descontração e de consciência das relações a nossa volta, a dinâmica simbolizou como o enfrentamento às monoculturas – seja ela qual for, de soja, de milho, eucalipto ou de mentes (SHIVA, 2002), se realiza pela diversidade – dos policultivos (PRIMAVESI, 2016), dos saberes, dos tempos, dos afetos, da criação de vínculos.

3.5. Popular, compartilhada e crioula: a comunicação como semente

Enquanto um símbolo de continuidade da vida e de preservação da biodiversidade, a semente está presente em diversas cartilhas, jornais, folhetos e demais publicações do MMC, sendo um dos temas centrais da luta e resistência que se constroem na práxis feminista e camponesa. Das assembleias estaduais aos seminários e oficinas de formação, a troca de sementes e mudas se faz presente em todos os encontros com a finalidade tanto de preservar como de melhorar as variedades locais, o que representa uma lógica oposta à oligopolização que atravessa dramaticamente a agricultura convencional. Essa relação com a semente, que também impulsiona a troca e a partilha de conhecimentos, é trazida pela camponesa Ivanete Mantelli:

Quando a gente faz uma reunião no município, ou na regional, todas levam sementes que tem sobrando, ou uma muda que têm bastante. E as mulheres ficam muito felizes, elas levam pra casa aquela planta com muito carinho. Elas plantam e depois voltam pra reunião e dizem “aquela plantinha que você me deu eu já colhi frutos”; “aquela sementinha que você me deu eu já distribuí pras minhas vizinhas” [...] É uma alegria partilhar. As camponesas partilham o saber, as sementes, partilham os remédios que sabem fazer, ensinam as outras, se tem uma doença, que chá fazer, como usar, então é uma coisa muito bonita.

Em sua tese sobre a potência das ações e discursos das mulheres camponesas na resistência ao modelo de agricultura industrial e às chamadas novas agrobiotecnologias, Tait (2015) apresenta a semente como uma metáfora que permite a construção de uma crítica mais radical ao reducionismo biológico, ao antropocentrismo, ao androcentrismo e à mercantilização da vida. Ao observar as práticas de socialização de conhecimentos entre as mulheres camponesas, também puder perceber como elas rompem com o paradigma dominante que reduz o campo da Comunicação a artefatos midiáticos. Com a metáfora das sementes, percebo que suas práticas refletem a raiz etimológica de comunicação, do latim *communicatione*, que revela um vínculo com a ideia de relação de grupo, de comunhão, no sentido de pertencer a todas e todos. Do verbo *communicare*, temos comungar e comunicar,

ou seja, partilhar, pôr em ação o comum. Uma perspectiva que se conecta a outras experiências em curso no campo da agroecologia.

Em seu artigo *O que é uma semente crioula na comunicação?*, divulgado no site da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia), o coletivo Mídia Crioula⁵² responde que ela guarda as sementes do conhecimento ancestral da humanidade; é saber sagrado que carrega a força da adaptação, multiplicação, resistência e informação.

Nossa comunicação é bem comum enraizado na saúde, no feminino e nos povos. É saber anti hegemônico. A semente é crioula porque ela está permanentemente na terra, produzindo, se reproduzindo e se adaptando. A informação que ela dispersa está mais assentada naquilo que ela quer comunicar do que à mercê do vendaval. A comunicação crioula é baseada e inspirada cotidianamente na prática dos guardiões dos saberes e práticas populares, no cuidado que nos impulsiona a observar os espaços onde estamos e seguir construindo a partir dele.

Um modelo de comunicação emancipatório também é defendido pela Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA)⁵³, em seu artigo *Manifesto por uma comunicação popular agroecológica*⁵⁴. A escola defende um modelo que compartilhe conteúdos que contribuam com as lutas sociais, com a disseminação da agroecologia e com a construção de uma sociedade em que todos os seres humanos possam viver bem, integrados as suas comunidades e à natureza. Entende, assim, que todas as pessoas têm o direito de comunicar seus saberes, de se reconhecer em suas origens e de incidir na evolução das culturas e da vida como um todo.

Queremos desenvolver nossos olhares e dialogar, inovar nos formatos, nos emancipando dos padrões que determinam o que é ou não notícia e de como devemos comunicá-las. Na comunicação compartilhada, além do conteúdo, importa a forma como ela é construída e o processo conjunto de reafirmação da diversidade – mais do “quê” comunicar, trata-se de “como” e “para quê” comunicar. É preciso reconhecer a comunicação popular como processo inerente aos movimentos sociais,

⁵² A iniciativa nasceu durante o *Seminário Regional de Sistematização de Experiências dos Núcleos de Agroecologia (NEA's) da Região Sudeste*, realizado no município de Sete Lagoas (MG), entre 27 e 29 de julho em 2016. Sua primeira experiência de trabalho conjunto, no entanto, foi durante o *II Seminário Nacional de Educação em Agroecologia*, realizado em Seropédica, de 25 a 27 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://aba-agroecologia.org.br/wordpress/o-que-e-uma-semente-crioula-na-comunicacao/>>. Acessado em: 15 janeiro 2018.

⁵³ A ELAA (Escola Latino Americana de Agroecologia) é uma iniciativa da Via Campesina que recebe militantes da América Latina e Caribe para que possam aprender e disseminar agroecologia. Localizada no Assentamento Contestado, comunidade do MST no município da Lapa (PR), a Escola surgiu em 2005 e, em parceria com o IFPR (Instituto Federal do Paraná), oferece o curso técnico em Agroecologia, além da Licenciatura em Educação do Campo, Ciências da Natureza e Agroecologia. Disponível em: <<http://elaa.redelivre.org.br/sobre/>>. Acesso em 05 junho 2017.

⁵⁴ Disponível em <<http://elaa.redelivre.org.br/2016/10/26/por-uma-comunicacao-popular-ecologica-manifesto-da-gestao-compartilhada-da-comunicacao-na-elaa/>>. Acesso em: 05 julho 2017.

como metodologia do fazer comum – e, em contraposição à monocultura da mídia de massa, criar nossa própria comunicação, agroecológica.

Peruzzo (2016), no artigo *Comunicar para transformar*, que abre o volume 13 da *Revista Agriculturas*, editada pela AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia, reafirma a comunicação na agroecologia enquanto um meio de reivindicação, de denúncia, mobilização, linguagem, de facilitação de processos de intercâmbio, de formação, geração e troca de conhecimentos. A autora recupera o conceito de Paulo Freire (1977) de “comunicação dialógica” como transformadora das condições de submissão e dominação, para defender que “comunicar para transformar quer dizer apropriar-se de meios e formas de comunicação para fazer valer os direitos e deveres de cidadania dos segmentos empobrecidos da população” (PERUZZO, 2016, p.06). De lógicas colaborativa e horizontal, resistindo à monocultura de ideias, a comunicação popular na agroecologia nasce para inventar novas direções e construir novos mundos, sendo um contraponto à comunicação hegemônica, na qual as regras do poder confundem-se cada vez mais com o controle da informação, interpelada por conteúdos unidirecionais, que manipulam e/ou silenciam saberes e vozes, servindo aos interesses do capital transnacional.

Por meio de estratégias de educação e comunicação dialógicas, participativas, emancipatórias, as mulheres camponesas vivem a comunicação enquanto um direito fundamental e uma ferramenta essencial de luta política e social, de educação e resistência. Nas etapas de campo junto à coordenação nacional do MMC, a pesquisa também identificou um material preparado para o trabalho de base junto à juventude do estado de Alagoas. Nele, o MMC/AL afirma que a comunicação possibilita a “participação orgânica dos sujeitos sociais na construção dos diversos processos que os envolvem e na visibilidade destes”. Defende, assim, a inegável “urgência que os povos camponeses, das cidades, das águas e das florestas têm de falar por si e serem ouvidos por todos”. O material aponta a necessidade de se construir e afirmar, no dia a dia, e em todos os espaços, a comunicação popular como um processo político, realizando a formação contínua de comunicadores, refletindo sempre sobre as práticas desta formação. Além disso, contrapondo-se à informação hegemônica, afirma que é preciso produzir conteúdo que dialogue com a sociedade, potencializando essa produção pelos próprios sujeitos das experiências a fim de disputar narrativas.

3.5.1. Ampliando os quintais produtivos: reformulação do site e oficinas de vídeo

A metáfora da semente como resistência e potência também se faz presente na plataforma Sementeia⁵⁵, criada e gerida por um coletivo de pesquisadores e movimentos sociais, que propõe a produção de *narrativas crioulas* por meio de *processos crioulos de produção simbólica* (audiovisual, mídias e linguagens). Da vida no campo e nas comunidades, afirma o coletivo, proliferam signos, códigos e linguagens próprias que têm pouca circulação e espaço nos meios de comunicação convencionais e sociedade em geral, ao mesmo tempo, as comunidades camponesas e movimentos sociais populares desejam ampliar o diálogo com a sociedade e se apropriar da comunicação e da linguagem como forma de luta e resistência social e inspirar reflexões e ações.

O processo crioulo de produção simbólica busca integrar comunicação, educação, redes sociais e tecnologias da informação para apoiar e estimular a memória cultural e as semânticas camponesas usualmente marginalizadas pelos discursos hegemônicos”. Os meios crioulos de produção simbólica podem ser definidos como o conjunto de ações capazes de promover a partilha desses significados e sentidos por qualquer coletivo. Para que o processo crioulo de produção simbólica se desenvolva como tal é fundamental que a participação coletiva seja garantida. A linguagem popular deve ganhar espaço e valor, a história a ser narrada deve se valer e se moldar no processo de identificação dessa linguagem. Disso reafirma-se que o meio crioulo, em essência, trata de um processo e não de um produto. (PUPO et al. 2017, p.169)

Nesse sentido, desde uma perspectiva engajada e situada feminista (HARAWAY, 1995; HARDING, 1998; TAIT, 2015), esta pesquisa iniciou, junto à direção nacional do Movimento de Mulheres Camponesas, um processo de fortalecimento das estratégias de comunicação utilizadas pelo MMC, como site, uso de fotos, vídeos e redes sociais. Dado o lugar estratégico da comunicação para a ação política, uma das propostas levantadas foi construirmos um novo site para o Movimento, a partir de softwares livres, para que suas dirigentes possam ter mais autonomia em seu uso e manutenção. Atualmente, o site nacional, hospedado no endereço www.mmcbrasil.com.br, oferece às dirigentes um acesso limitado no que se refere à alimentação de conteúdos e mudanças de estrutura, realizado pela empresa que o elaborou. Além de veicular notícias, o site apresenta as seções “Quem somos”, “História”, “Missão”, “Organização”, “Lutas”, “Contato” e “Download”. Nesta última, é disponibilizada uma série de cartilhas político-pedagógicas e folhetos sobre eixos centrais de atuação do MMC.

⁵⁵ Disponível em: <<http://sementeia.org/sementeia/>>. Acesso em: 15 janeiro 2018.

Figura 12 - Página inicial do site do Movimento de Mulheres Camponesas



Para além do site, estamos refletindo também sobre a possibilidade de desenvolvermos, na perspectiva de uma comunicação popular, crioula, feminista e agroecológica, oficinas de produção e edição de vídeos para que as mulheres camponesas contem suas experiências de vida por meio dessas mídias, divulgando seus conhecimentos que (re)nascem de seus *quintais produtivos agroecológicos*, mostrando seu protagonismo na recuperação e preservação da biodiversidade. Na avaliação das dirigentes, isso contribuiria com o fortalecimento da identidade camponesa e feminista na *internet*. Elas defendem, ainda, que a inserção de legendas em inglês e espanhol nesses vídeos poderia contribuir para o fortalecimento de alianças com movimentos populares autônomos e mistos de outros países, na luta contra o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

E assim como não podemos fazer agroecologia sem fazer reforma agrária, também não podemos fazer comunicação popular, crioula, agroecológica, camponesa e feminista sem a reforma da mídia. Caso contrário, conforme aponta o manifesto da ELAA, nos “restringiremos ao reformismo que não levam em consideração questões estruturais”. É preciso enfrentar o monopólio institucional dos meios de comunicação no Brasil, que atua

como um latifúndio midiático, criminalizando as lutas sociais e servindo aos interesses daqueles que se beneficiam da concentração de poder político e econômico.

Nessa linha, Maya (2013), em seu artigo *Sementes e comunidades copyleft*, nos traz uma reflexão sobre as analogias entre as monoculturas e os latifúndios da internet, da comunicação em rede, impulsionados por grupos como *Alphabet* (matriz da *Google*) e *Facebook* (proprietário também do *Whatsapp* e *Instagram*), e as monoculturas e os latifúndios da produção agrícola mundial, impulsionados por grupos corporativos como *Bayer*, *DowDuPont*, e *ChemChima*. Uma relação que nos permite outra analogia, que gira em torno do sistema de propriedade intelectual e patentes, quando temos, de um lado, softwares livres e sementes crioulas e, de outro, softwares proprietários e sementes híbridas e/ou geneticamente modificadas (transgênicas).

A primeira relação é perceber como as sementes híbridas que geram necessidade de compra constante por serem estéreis agem como as versões dos programas proprietários que se anulam obrigando os usuários a sempre comprar a última versão, trazendo grande instabilidade para quem depende de ambos os insumos. Outra ligação que fica clara é a insegurança de tais sistemas, pois se por um lado as monoculturas de híbridos e transgênicos geram uniformidade genética o que predispõe o sistema a danos, os softwares proprietários são um prato cheio para vírus. E é justamente esta insegurança que leva agricultores e usuários a investirem em fertilizantes e agrotóxicos e em pacotes antivírus respectivamente, aumentando os lucros das empresas fornecedoras, muitas vezes a mesma empresa, como é o caso da Monsanto, responsável pela venda de 90% dos transgênicos que também é famosa pelo Roundup, herbicida à base de glifosato, que já é proibido em diversos países do mundo (MAYA, 2013, p.221).

Desse modo, assim como a transição agroecológica tem sido valorizada junto às (aos) camponesas (es) para diminuir sua dependência dos insumos externos, Maya (2013) defende a necessidade de uma transição epistemológica para a construção de novos paradigmas e realidades. Ou seja, desenvolver um trabalho de tradução de agendas de movimentos, dialogando saberes e fazeres de/entre hackers e agricultoras(es), assim como de/entre outros campos que propõem resistências, transformando-se em uma constante *ciranda de conhecimentos* (MAYA, 2013, p.222). Para a autora, realizar uma nova mirada que contemple lutas plurais, uso de diferentes táticas, reconhecimento e incorporação de saberes não acadêmicos e não formais nas políticas públicas é de fato um caminho que já começou, mas precisa de constante ânimo.

A pesquisa com o MMC aponta, assim, que na construção de um novo paradigma para o campo, a comunicação também emerge como um tema tão significativo quanto a economia, a saúde, a educação e a cultura. Diversificadas como são as sementes crioulas, e

dialógicas como seus quintais produtivos, uma comunicação que germina de suas próprias narrativas, compartilhando suas experiências e disputando valores na sociedade. Mais que instrumentos ou meios, uma comunicação que crie espaços estratégicos para diálogos de saberes, que ecoe vozes historicamente silenciadas, defendendo e reivindicando seus direitos na construção de novas relações de gênero, produzindo e compartilhando conhecimentos que ressignificam a cultura camponesa.

REFLEXÕES E HORIZONTES PARA A LUTA QUE CONTINUA

O desafio é não desanimar, não deixar de lutar, estudar e se organizar para construir uma sociedade justa onde os seres humanos sejam valorizados e respeitados não apenas como produtores de coisas. Mas como sujeitos que constroem vida (MMC, 2017, p.15).

Em 2017, quatro transnacionais do sistema agroalimentar concretizaram sua fusão (Dow-Dupont e Sygenta-ChemChina) e outras duas estão a caminho (Bayer-Monsanto). Em seu artigo *Megafusiones: quién decidirá lo que comemos*, Silvia Ribeiro, pesquisadora do ETC Group (*Erosion, Technology and Concentration*)⁵⁶, aponta que o está em jogo, a médio prazo, é quem irá controlar os 400 bilhões de dólares de todos os insumos agrícolas, sendo que, deste valor, 97 bilhões referem-se ao mercado mundial de sementes e agrotóxicos. Empresas de máquinas e de fertilizantes, que também estão se consolidando, como John Deere, CNH, AGCO e Kubota, controlam o restante deste valor, somando 54% do setor. Na avaliação da pesquisadora, com o objetivo de impor uma agricultura altamente automatizada, com poucos trabalhadores, “tudo indica que as grandes empresas de maquinaria se mobilizarão para comprar os gigantes da genética, logo após terem terminado a primeira sequência de fusões”. A pergunta que fica é: quem decidirá o que vamos comer?

Complementamos esses dados com outros trazidos pelo relatório da organização não-governamental Oxfam: em 2017, mais de 80% da riqueza criada no mundo foi para as mãos dos mais ricos que representam 1% da população mundial. A mesma entidade, em outro relatório, denominado *A súplica pela fome*⁵⁷, afirma que há 815 milhões de pessoas sem comida ao redor do mundo, sendo que uma em cada quatro (200 milhões) é uma criança com menos de 5 anos de idade. A resposta: não estamos comendo. Ou, ainda, retomando as reflexões de dona Adélia Schmitz sobre soberania alimentar, não estamos nos alimentando.

Refletimos esses dados com a mensagem deixada pela camponesa Maria Leci Basso durante uma conversa sobre o contexto de crise internacional do capital, a qual atinge diversos países, sobretudo os do Sul global, incluindo, neste cenário, o golpe e desmonte do Estado democrático em curso no Brasil.

⁵⁶ Com sede em Ottawa, Canadá, o Grupo ETC é uma organização internacional que atua no setor de biotecnologias, monitorando o mercado de transgênicos e dedicando-se à conservação e ao fortalecimento da diversidade ecológica e cultural e aos direitos humanos. Disponível em: <http://www.etcgroup.org/es/content/megafusiones-agricolas-quien-decidira-lo-que-comemos>. Acesso em: 20 dez. 2017.

⁵⁷ Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/de-acordo-com-a-oxfam-800-milhoes-de-pessoas-passam-fome-no-mundo-destas-200-milhoes-sao-criancas/>>. Acesso em: 15 janeiro 2018.

A minha experiência no MMC que eu sempre passo, e que já teve várias que eu dei a opinião e que elas vêm e me agradecem “que se eu tenho a minha terra hoje é por causa de você”. Porque muitas vinham e diziam “ah, eu vou vender minha terra, porque eu me aposentei”, e eu dizia “não, não façam isso”. A mensagem que eu deixo para as mulheres é que, quem tem o seu pedacinho de terra, cuidem, não façam financiamento para não perder aquele pouco que a gente tem. Porque com o nosso pedacinho de terra podemos, um dia, talvez chorar a dor da doença, mas a da fome jamais, porque nós plantamos, não dependemos de mercado. A gente pode produzir de tudo e o mercado pode ficar lá, porque a gente consegue viver sem o mercado. Agora se nós não tiver a nossa propriedade, se nós vender e ir pra cidade, dependemos dele. E se a gente sabe que tá desse jeito, e que se nós podemos mudar o trabalhador, porque nós somos a maioria, mas se a gente não conseguir, a gente sabe que dias piores virão. É só a gente se preparar, economizar, não fazer dívida, porque o alimento, que é o principal, nós temos. A gente sofrerá sim, só que bem menos do que esses que não estão preparados.

Nesta pesquisa, buscamos mostrar que os *quintais produtivos agroecológicos* são experiências em construção e que exigem luta e compromisso pela visibilidade e pelo reconhecimento do papel historicamente realizado pelas mulheres na produção de alimentos saudáveis e diversificados. Buscamos mostrar a potência dos conhecimentos que elas trazem no manejo ecológico dos solos, das sementes crioulas, das plantas medicinais, suas práticas solidárias e noções de economia, bem como um desejo em buscar novos saberes, experimentar e trocar conhecimentos: princípios que constroem uma perspectiva feminista, camponesa e agroecológica. Dessa forma, ao se mostrarem como um enfrentamento aos transgênicos, aos venenos, aos monocultivos, à padronização da alimentação, à lógica do capital agroindustrial, os quintais produtivos trazem elementos que rompem com a lógica neutralizadora de saberes da ciência moderna ocidental, questionando-a como única fonte e forma de conhecimento válido e relevante (SHIVA, 2012; SANTOS, 2017).

Reconhecer esse protagonismo das mulheres camponesas nos convoca a promover uma profunda mudança de paradigmas em direção à sustentabilidade da vida, ao bem viver, a reaprender a enxergar e a se abrir para a troca de saberes, para descobrir uma nova forma de olhar e estar no mundo, denunciando o que ficou de fora da história oficial e reconhecendo o que emerge (sociologia das emergências), o novo, com suas práticas, suas falas, seus olhares, suas subjetividades, suas multiculturalidades. (JALIL, 2009; SANTOS, 2007; TAIT, 2015; GASPARETO, 2017; CINELLI, 2016).

Para o Movimento de Mulheres Camponesas, a construção do *projeto popular de agricultura camponesa* faz parte de um processo de resistência à ofensiva capitalista que impõe uma agricultura de mercado. Entre suas estratégias e lutas, o Movimento busca recuperar conhecimentos da agricultura camponesa, a diversidade da cultura alimentar

desenvolvida pelos povos, além de resgatar e visibilizar o protagonismo das mulheres camponesas como produtoras de alimentos saudáveis e diversificados, ampliando as possibilidades de geração de renda (CIMA; COLLET, 2015; CINELLI, 2012, 2016; GASPARETO, 2017). Junto aos movimentos populares do campo, o MMC constrói uma noção de soberania alimentar que aponta para uma nova sociedade e novas relações entre as pessoas e destas com o ambiente. Não se trata, portanto, apenas de um conceito, mas “um princípio”, uma “ética de vida”, uma “estratégia política” de enfrentamento ao sistema neoliberal globalizado, o que implica na luta de resistência e organização dos povos para garantir, às futuras gerações, o direito e as condições de viver bem.

Segundo a Oxfam⁵⁸, as mulheres fornecem, anualmente, US\$ 10 trilhões em cuidados não remunerados para sustentar a economia global. Esse dado reforça o quanto o trabalho das mulheres gera riqueza e é invisibilizado. Diante do contexto de modernização da agricultura, que nega e explora o trabalho realizado pelas mulheres, as *cadernetas agroecológicas* reforçam a necessidade da agroecologia adotar metodologias de sistematização com enfoque feminista. Ao produzirem indicadores econômicos que visibilizam a importância desse trabalho, inclusive para as próprias mulheres, entendemos que essas ferramentas são fundamentais na disputa por políticas públicas que foquem nas atividades realizadas pelas mulheres, como PRONAF Mulher, ATER Mulheres, entre outras.

Nesta pesquisa, buscamos mostrar que organizar um quintal agroecológico é uma ação que pode ser iniciada no campo ou na cidade. Conforme aponta o MMC em suas publicações, basta ter um pequeno espaço de terra, que pode ser um lote, terreno baldio, lavrado, fundo de pasto, roçado ou gleba, e considerar alguns pontos relevantes a serem observados para início do planejamento e implementação. Reproduzimos, a seguir, alguns desses pontos elaborados pelo Movimento e divulgados em suas publicações:

1. O primeiro ponto é ter a convicção de que precisa refletir e repensar a forma de produzir e de se alimentar. Esta reflexão, inicialmente, é pessoal, mas aos poucos o diálogo vai motivando a família. O despertar para a mudança pode vir da troca de experiências, de estudos reuniões, debates, intercâmbio, entre outros;
2. Com a tomada de decisão pela mudança, precisa fazer um estudo do que possuem, ou seja, um levantamento das potencialidades de seu quintal, avaliando a quantidade de

⁵⁸ Dado retirado na da reportagem 2017: o ano do maior aumento de bilionários da história. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/17/economia/1516220669_272331.html>. Acesso em: 15 janeiro 2018.

terreno, fertilidade do solo, água disponível, ferramentas, bem como a presença da diversidade de plantas, ventos, mata nativa, animais, água etc.;

3. Planejar a produção de forma que garanta a diversidade de produção vegetal e animal, necessária para o autossustento e excedente. É preciso avaliar o que é importante produzir e se o que deseja produzir é compatível com o solo, o clima, disponibilidade de água. Também é preciso verificar se possuem a estrutura necessária, ou se precisam adquirir;
4. Analisar a disponibilidade da força de trabalho;
5. Organizar o controle financeiro em relação ao investimento e a renda para avaliar a viabilidade da produção;
6. Organizar o processo de recuperação e manejo do solo a partir dos princípios da agroecologia.
7. Precisa livrar-se dos agrotóxicos, fertilizantes, adubos químicos, sementes híbridas ou transgênicas. Conscientizar-se que a autonomia vem da capacidade de recuperar, melhorar, produzir e controlar sementes e mudas crioulas. Exercitar a troca e partilha de sementes crioulas.
8. O pomar diversificado garante uma grande biodiversidade, contribuindo com a alimentação equilibrada, saudável e de qualidade.
9. Cuidar e proteger a água, bem como, organizar a captação da água da chuva. Preservar e proteger rios, fontes, córregos mananciais. Fazer pequenos açudes. Ter água boa para o consumo familiar e em abundância para os animais, hortaliças e outros cultivos.
10. Desenvolver a capacidade de observar e aprender com a natureza. Cada pessoa precisa tornar-se cientista de sua própria profissão, aprendendo com a natureza, com o comportamento das plantas, dos animais e do meio ambiente, sem dispensar o acesso ao estudo, qualificação, formação, política e técnica.
11. Incentivar todos os membros da família para o estudo, à formação e capacitação. Ter consciência de que o projeto popular de agricultura está sendo construído, por mãos de mulheres e homens, jovens, idosos e crianças.
12. Exercitar a criatividade, o envolvimento das pessoas para decidir, arriscar, desafiar, propor, experimentar e construir o projeto popular de agricultura camponesa repartindo o poder e criando novas relações de co-responsabilidade.

Construindo a Agroecologia como ciência e modo de vida para o campo e para a cidade, as mulheres camponesas reivindicam o direito de produzir alimentos saudáveis e

diversificados em uma relação de harmonia com a natureza, como percebemos no trabalho de campo participando de suas atividades de formação, visitando quintais agroecológicos, nas entrevistas e demais conversas informais, assim como em suas publicações. Ao mesmo tempo, elas defendem que quem está no meio urbano também tem o direito de produzir e consumir alimentos saudáveis. Assim, percebemos os quintais como pontos de conexão entre o campo e a cidade na construção desse projeto de sociedade que traz a proposta de uma vida digna. Trata-se de um espaço de vida e de diversidade, para além das questões produtivas. É também, um trabalho educativo e político.

Com este intuito, a pesquisa identificou meios pedagógicos e de comunicação que tornam possíveis abordar os quintais e divulgar o conhecimento produzido por elas. Com suas cartilhas, folhetos, informativos, que são distribuídos em suas oficinas e demais atividades, constroem suas narrativas e desenvolvem formas autorais que contribuem para formação e auto-organização das mulheres, assim como para a divulgação de suas lutas e bandeiras. São materiais que trazem a força e a memória do Movimento, o protagonismo e as conquistas das mulheres camponesas, além de temas e informações relacionadas ao cotidiano das mulheres. Todo esse processo de comunicação popular mostra a prática viva da resistência, denunciando o patriarcado e a lógica do capital agroindustrial que oprime a vida no campo, sobretudo das mulheres.

Por fim, vivenciar as místicas nos proporcionou compartilhar do desejo que move a luta e nos sensibilizou para a visão do Movimento, para tudo que envolve a prática e vontade de mudança. E a energia que faz seguir, construir de fato o projeto de uma nova sociedade, está nos quintais produtivos agroecológicos, nas atividades de formação, na resistência cotidiana. Mostra o *ser mais* que está em cada uma de nós.

Lutar pela visibilidade dos saberes e práticas dessas mulheres no campo é lutar por todo esse projeto de sociedade. Uma posição engajada e situada feminista que mostra como a produção de conhecimento realiza-se em relação dialética com a militância política, sendo, ela própria, parte da ação contra-hegemônica na produção do saber.

[REFERÊNCIAS]

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3.ed.rev.ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. 400 p.

AMTR-SUL - ASSOCIACAO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIAO SUL. Organizar a base, produzir alimentos saudáveis, construir caminhos de libertação. Cartilha para estudo nos grupos de base. Chapeco/SC: Impressão Gráfica Passografic, 2007.

_____. ASSOCIACAO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA REGIAO SUL. Sementes de vida nas mãos das mulheres camponesas. Chapeco/SC: s/d.

_____. Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida. Passo Fundo: Passografic, 2008.

ANDRADE, Darlene. Para abaixo da linha do Equador: o standpoint e as produções feministas acadêmicas do terceiro mundo. Revista Feminismos, v.3, n.2 e 3, p.36-47, mai-dez. 2015.

ÁVILA, Maria Betânia. FERREIRA, Verônica. A produção do conhecimento na práxis criativa do feminismo. Aportes a partir de uma perspectiva materialista, situada e emancipatória. In: SAGOT, Montserrat (Coord.). Feminismos, pensamiento crítico y propuestas alternativas en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2017. p.145-157.

ANMC - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MULHERES CAMPONESAS. Camponesas promovendo soberania alimentar com a diversidade brasileira. Passo Fundo/RS: Secretaria da ANMC, 2011.

BALEM, Tatiana Aparecida; SILVEIRA, Paulo Roberto. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. In: V Simpósio Latino-Americano sobre Investigação e Extensão em Sistemas Agropecuários – IESA, e V Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção - ISBP, 2002, Florianópolis. Anais... Florianópolis: EPAGRI, 2002.

BARBOSA, Willer Araújo. *et al.* Programa Teia: trocando saberes e reinventando a Universidade. Revista Agriculturas. v. 10, n.3, p.07-11, set. 2013. Disponível em <<http://aspta.org.br/wpcontent/uploads/2013/12/Artigo-1.pdf>>. Acesso em: 10 agosto de 2017.

BONI, Valdete. De agricultoras a camponesas: o Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina e suas práticas. 2012. 253p. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. Revista Eletrônica Pós-graduados em Sociologia Política da UFSC. v. 2, n. 1, p.68-80, janeiro-julho/2005.

CAPORAL, Francisco (Org.). Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Brasília, 2009. 111p.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia – alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004. 24p.

CARDOSO, Beth; SCHOTTZ, Vanessa; NOBRE, Miriam; SILVA, Nívia. PIMENTA, Sara. Mulheres rumo ao III Encontro Nacional de Agroecologia (Folheto). Disponível em: <<http://enagroecologia.org.br/files/2014/05/Folheto-mulheres-no-ENA.pdf>>. Acesso: 20 dezembro 2017.

CARDOSO, Elisabeth M. et al. Programa de Formação Feminismo e Agroecologia: mulheres agricultoras superando as desigualdades de gênero na zona da mata de Minas Gerais. Cadernos de Agroecologia. v.10, n. 3, 2015.

CARDOSO, Elisabeth M.; MARONHAS, Maitê; SCHOTTZ, Vanessa. É trabalho, não é ajuda. Revista Agriculturas, v.12, n.4. dez. 2015. p.48-53.

CARDOSO, Elisabeth Maria; SCHOTTZ, Vanessa. Mulheres construindo a Agroecologia no Brasil. Revista Agriculturas. v.6. n.4. dez. 2009. p.12-16.

CARRASCO, Cristina. A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres. In: A produção do viver. FARIA, Nalu; NOBRE, Miriam. Cadernos SOF. São Paulo: SOF – Sempreviva Organização Feminista, 2003. p. 11-49.

CIMA, Justina; COLLET, Zenaide. Produção de autossustento, quintais produtivos na agricultura familiar e camponesa. In: BONI, Valdete et al. Organização produtiva de mulheres e promoção de autonomia por meio do estímulo à prática agroecológica. Tubarão: Copiart, 2015.

CINELLI, Catiane. Programa de Sementes Crioulas de Hortaliças: Experiência e Identidades no Movimento de Mulheres Camponesas. 2012. 182p. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí.

_____. A experiência das e vivida pelas mulheres camponesas: resistência e enfrentamento na luta diária pela libertação. 182p. 2016. Tese. (Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

CINELLI, Catiane; CONTE, Isaura Isabel; WESCHENFELDER, Noeli Valentina. Educação popular numa experiência agroecológica no movimento de mulheres camponesas. X ANPED SUL, Florianópolis, out. 2014.

CINELLI, Catiane; JAHN, Elisiane de Fatima. A constituição de identidades camponesa e feminista no Movimento de Mulheres Camponesas. Revista Espaço Acadêmico. n. 117, p.86-92, fev. 2011.

COLLET, Zenaide; BERNARTT, Maria de Lourdes; PIOVEZANA, Leonel. Movimento de Mulheres Camponesas: os quintais produtivos como práticas pedagógicas. In: EDUCERE-XII Congresso Nacional de Educação. Anais... Curitiba/PR: PUCPR, 2015, p. 11733-11747.

CONTE, Isaura Isabel; DARON, Vanderléia Laodete Pulga; MARTINS, Mariane Denise. Movimento de Mulheres Camponesas: na luta a constituição de uma identidade feminista, popular e camponesa. In: PALUDO, Conceição (Org.). Mulheres – Resistência e luta em defesa da vida. São Leopoldo: CEBI, 2009, p. 86-132.

CONTE, Isaura Isabel. Mulheres camponesas em luta: resistência, libertação e empoderamento. 2011. 157p. Dissertação. (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Ijuí, 2011.

_____; CONTE, Isaura Isabel. Educação popular numa experiência agroecológica no movimento de mulheres camponesas. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPED SUL, out. 2014.

DARON, Vanderléia Laodete Pulga.; COLLET, Zenaide (Orgs.) Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida. Chapecó/SC: AMTR Sul, 2008.

FERREIRA, Ana Paula Lopes; SCHOTTZ, Vanessa. Intercâmbio e sistematização de experiências protagonizadas por mulheres. In. Actionaid Brasil, Grupo de Trabalho Mulheres da ANA (Orgs.). Mulheres e Agroecologia. Sistematizações de experiências de mulheres agricultoras. Rio de Janeiro, 2010. p. 11-17.

FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth; COLLET, Zenaide. Saberes e direitos humanos pensados a partir das mulheres camponesas. Revista Fórum Identidades. v. 22, n. 22, p. 210-222, 2016, jan-abr. 2016.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. A construção de saberes no movimento de mulheres camponesas: uma análise a partir do programa de sementes crioulas no Oeste de Santa Catarina - Brasil. 2017. 242p. Tese. (Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzales. Sobre a evolução do conceito de campesinato. São Paulo, Expressão Popular, 2005. 96p.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5), Campinas/SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995. p.7-41

HARDING, Sandra. Existe un método feminista? In: BARTRA, Eli. (Org.). Debates en torno una metodología feminista. México. DF: UAM, 1998. p.9-34.

JALIL, Laetícia M. Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2009.

KAPLÚN, Mário. Processos educativos e canais de comunicação. Comunicação & Educação, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 68-75, jan./abr. 1999. Disponível em:

<<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comeduc/article/view/4417/4139>>. Acesso em: 25 set. 2012.

_____. Una pedagogía de la comunicación. Madri: Ediciones de la Torre, 1998.

LA VIA CAMPESINA. Soberanía alimentaría y comercio. [s.d.]. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/index.php>>. Acesso em: 30. nov. 2017.

LOPES NETO, Antônio Augusto et al. Caderneta Agroecológica e Feminismo: o que os quintais produtivos da Zona da Mata têm a nos dizer. Cadernos de Agroecologia, v. 10, n. 3, mai. 2016. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/19857>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Mitologias do desenvolvimento: extensão rural e modernização: o caso de Santa Catarina (décadas de 1950 e 1960). Espaço Plural, ano IX, n. 18, p.9-17, 2008.

NETO, Antônio Augusto Lopes; FEITAL, Auxiliadora; LOPES, Isabel de Luanda; ALMEIDA, Angélica; TELLES, Liliam. Caderneta Agroecológica: empoderando mulheres, fortalecendo a Agroecologia. Rio de Janeiro/RJ: Revista Agriculturas, v. 12 - n. 4, dez. 2015.

MAYA, Tádzia Oliveira. Sementes e comunidades copyleft. In: BELISÁRIO, Adriano; TARIN, Bruno (Org.). :() { Copyfight :|:Pirataria & Cultura Livre };;. Rio de Janeiro: Azougue editorial, 2013. p. 217-224.

MARQUES, Siomara Aparecida. Feminismo(s) e o conceito de gênero: algumas contribuições teóricas para os debates nos movimentos sociais de mulheres camponesas. In: BONI, Valdete et al. (Orgs). Mulheres camponesas e agroecologia. Curitiba: Editora CRV, 2017.

MMC/SC. MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS DE SANTA CATARINA. Cartilha para trabalho de base. Preparação da XIII Assembleia do Movimento de Mulheres Camponesas em Santa Catarina. Chapecó: Rota Impressos Gráficos. 2017. 32p.

_____. Uma história de organização, lutas e conquistas. Chapecó/SC: Gráfica Rota, 2008.

_____. Camponesa. Fortalecer a luta em defesa da vida todos os dias. Chapecó/SC: MMC/SC, 2015.

MOLLISON, Bill; HOLMGREN, David. Permacultura um: uma agricultura permanente nas comunidades em geral. São Paulo: Ground, 1983. 149p.

MUNARINI, Carmem; COLLET, Zenaide. Recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças: uma luta do MMC/SC. Revista Camponesa, dez. 2007.

MURACA, Mariateresa. Práticas populares, feministas e decoloniais do Movimento de Mulheres em Santa Catarina. Uma etnografia colaborativa. 2015. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

NOBRE, Miriam. Economía solidaria y economía feminista: elementos para una agenda In: Las mujeres en la construcción de la economía solidaria y la agroecología. Textos para la acción feminista. NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu; MORENO, Renata (Org). São Paulo: SOF - Sempre Viva Organização Feminista, 2015. p. 13-44.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce da horta? Revista Política & Sociedade, v.15, p.296-316, 2016.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling Peruzzo. Comunicar para transformar. Revista Agriculturas. v.13, n.1, p.4-6, mar. 2016.

PRIMAVESI, Ana. Manual do solo vivo. Solo sadio, planta sadia, ser humano sadio. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

PULGA, Vanderléia Laodete. Mulheres camponesas plantando saúde, semeando sonhos, tecendo redes de cuidado e de educação em defesa da vida. 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

RIBEIRO, Welington Martins. Sementes crioulas: autonomia, identidade e diversidade dos grupos camponeses em Orizónia e Vianópolis - GO. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007, 128p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula; Nunes, João Arriscado (2004), “Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo”, in Boaventura de Sousa Santos (org.), Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Porto: Afrontamento.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar. Da Crítica Feminista à Ciência. Uma Ciência Feminista?. In: COSTA, Ana Alice Alcântara & SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar (Orgs.). Feminismo, Ciência e Tecnologia. Salvador: Coleção Bahianas, 2002, p. 89-120

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 2, n. 20, p. 71-99, jul./dez. 1998.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Martins. Soberania alimentar: uma necessidade dos povos. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>>. Acesso em: 10 janeiro 2018.

SHIVA, Vandana. Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo. Madrid: Horas y horas, 1995. 320p.

_____. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Editora Gaia, 2002. 240p.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres e Agroecologia – transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352p.

_____. Desafios para a extensão rural: o “social” na transição agroecológica. Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.3, jul/set 2002.

TAIT LIMA, Márcia Maria. Camponesas, feminismos e lutas atuais: resistência e potência na construção de epistemologias do Sul. Mundos plurales. Quito (Equador), n. 1, v. 2, mai. 2015

_____. Elas dizem não! Mulheres camponesas e resistência aos cultivos transgênicos no Brasil e Argentina. 2014. 151p. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) - Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2014.

TELLES, Liliam et al. Caderneta Agroecológica. Empoderando mulheres, fortalecendo a agroecologia. Revista Agriculturas, v. 12, n. 4. p.42-47, dez. 2015.

VAZ PUPO, Marcelo de Albuquerque; TAIT LIMA, Márcia M.; JUNQUEIRA, Kellen Maria Junqueira; WELLE, Janaína; LACERRA, Bruno. Sementeia: plantado sonhos, semeando sentidos e articulando resistências no campo e na cidade. In: Congresso Epistemologias do Sul, 2017, Foz do Iguaçu. Anais... Eletrônicos do Congresso Epistemologias do Sul, v. 01. p. 166-171, 2016.

APÊNDICE

TABELA DE ASSEMBLEIAS ESTADUAIS DO MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS/SC

	ANO	TEMA / LEMA
I Assembleia Estadual do MMA/SC	1986	LEMA: Mulheres Unidas jamais serão vencidas
II Assembleia Estadual do MMA/SC	1987	LEMA: Trabalhadoras organizadas lutando por seus direitos
III Assembleia Estadual do MMA/SC	1988	LEMA: Semeando justiça, brotando libertação
IV Assembleia Estadual do MMA/SC	1990	LEMA: Mulheres organizadas jamais serão pisadas
V Assembleia Estadual do MMA/SC	1992	LEMA: Por um futuro de igualdade, justiça e democracia construindo cidadania
VI Assembleia Estadual do MMA/SC	1996	LEMA: organizar... libertar... construir... na luta sempre mulher
VII Assembleia Estadual do MMA/SC	1999	LEMA: Mulher, beleza, garra e vida, nova sociedade sendo construída
VIII Assembleia Estadual do MMA/SC	2001	TEMA: O MMA/SC e o modelo de agricultura que queremos / LEMA: Filhas da terra na construção de um projeto novo”
IX Assembleia Estadual do MMA/SC	2004	MMA/SC na luta! Participando e construindo o MMC do Brasil
X Assembleia Estadual do MMA/SC	2007	Produzir alimentos saudáveis. Construir o projeto de agricultura camponesa.
XI Assembleia Estadual do MMA/SC	2010	TEMA: Identidade camponesa e feminista LEMA: Mulher camponesa produzindo alimentos saudáveis, construindo libertação
XII Assembleia Estadual do MMA/SC	2014	TEMA: Projeto de Agricultura Camponesa e Feminista LEMA: Construindo emancipação, agroecologia, autonomia, vida
XIII Assembleia Estadual do MMA/SC	2017	TEMA: Feminismo Camponês LEMA: Mulheres e Agroecologia no Campo e na Cidade